



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE).
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (MPA)

**Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa na Região
Nordeste, entre 2012 e 2016**

Victor Souza Lopes de Oliveira

**Brasília/DF
2018**

Victor Souza Lopes de Oliveira

**Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa na Região
Nordeste, entre 2012 e 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suylan de Almeida Midlej e Silva

**Brasília/DF
2018**

Victor Souza Lopes de Oliveira

**Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa em
beneficiários da Região Nordeste, entre 2012 e 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Prof^ª. Dr^ª. Suylan de Almeida Midlej e Silva – UnB (Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Rosano Peña (Banca Examinadora – Membro Externo)

Prof. Dr. João Mendes Rocha (Banca Examinadora – Membro Interno)

Prof. Dr. Ricardo Corrêa Gomes (Banca Examinadora – Suplente)

Brasília
2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os responsáveis pela oferta deste Mestrado da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e aos professores do curso, que contribuíram sobremaneira para o meu crescimento e para a elaboração deste trabalho.

Agradeço em especial à professora Suylan Midlej, por ter me orientado durante o mestrado e ter participado com importantes contribuições para a elaboração desta dissertação.

Agradeço também aos professores Carlos Rosano e João Mendes, por terem dedicado seu tempo em prol da melhoria dessa dissertação e terem aceitado o convite para participar da minha banca de qualificação e da banca final.

Agradeço aos colegas desse mestrado pela dedicação, parceria, profissionalismo e pelo apoio recebido nas atividades do curso, as quais seriam muito mais difíceis sem essas contribuições.

Agradeço e dedico à minha família essa nova conquista, que muito me orgulha. Em especial à Nara, minha mãe, por ser meu exemplo desde a infância e, também, ter sido minha base durante toda minha vida.

Agradeço à minha fiel companheira Mirella, que sempre me apoiou e ajudou para que eu me dedicasse aos estudos e permitiu que isso fosse realizado de modo mais saudável e proveitoso.

RESUMO

A presente pesquisa teve o seguinte tema: "Bolsa Família: um estudo sobre a efetividade do programa na Região Nordeste, entre 2012 e 2016". Para realizar esse estudo foi proposto o objetivo geral de investigar em que medida o Programa Bolsa Família produziu mudanças significativas nos beneficiários da Região Nordeste no período de 2012 a 2016?. A partir desse objetivo geral foram desenvolvidos objetivos específicos para selecionar dois grupos de comparação, um beneficiário do programa e outro não beneficiário; identificar o perfil socioeconômico deles; realizar a análise da variação da diferença entre os dois grupos; e elaborar mapas georeferenciados em âmbito municipal de acordo com a renda das pessoas. Como referencial teórico, foram abordados os temas de Políticas Públicas e Federalismo; Pobreza e Extrema Pobreza; Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda; e Efetividade das Políticas Públicas. Foi utilizado o método quase experimental com o "modelo somente depois com grupo de comparação", utilizado para projetos já iniciados e ainda não encerrados. Foram verificadas as diferenças entre os resultados do grupo de tratamento e do grupo de comparação. Os resultados indicaram que o grupo de beneficiários do Bolsa Família apresentou melhor evolução das condições econômicas, com melhor desempenho dos índices de educação e de trabalho infantil no período, mesmo com os não beneficiários apresentando maior renda e melhores condições na maioria das variáveis analisadas. Com isso, a hipótese do estudo de que o Programa Bolsa Família foi capaz de gerar impactos socioeconômicos significativamente superiores em seus beneficiários, por meio do repasse de recursos e de suas condicionalidades, foi confirmada. Por fim, foi proposta a criação de um indicador de qualidade de vida, a ser desenvolvido com base nas variáveis constantes do Cadastro Único de Programas do Governo Federal.

Palavras-chave: Avaliação de política pública, Programa Bolsa Família, Condicionalidades.

ABSTRACT

The present research had the following theme: "Bolsa Família: a study about the effectiveness of the program in the Northeast Region, between 2012 and 2016". In order to carry out this study, it was proposed the general objective to investigate to what extent the Bolsa Família Program produced significant changes in the beneficiaries of the Northeast Region in the period from 2012 to 2016 ?. Based on this general objective, specific objectives were developed to select two comparison groups, one beneficiary of the program and another non-beneficiary; identify their socioeconomic profile; perform the analysis of the variation of the difference between the two groups; and to elaborate maps georeferenced in municipal scope according to the income of the people. As a theoretical reference, the themes of Public Policies and Federalism were addressed; Poverty and Extreme Poverty; Social Public Policies of Income Transfer; and Effectiveness of Public Policies. The quasi-experimental method was used with the "model only after comparison group", used for projects already started and not yet closed. The differences between the results from the treatment group and the comparison group were verified. The results indicated that the Bolsa Família beneficiary group showed a better evolution of the economic conditions, with a better performance of the education and child labor rates in the period, even with the non-beneficiaries presenting higher income and better conditions in most of the analyzed variables. Thus, the hypothesis of the study that the Bolsa Família Program was able to generate significantly higher socioeconomic impacts on its beneficiaries, through the transfer of resources and their conditionalities, was confirmed. Finally, it was proposed to create an indicator of quality of life, to be developed based on the variables included in the Single Register of Programs of the Federal Government.

Key words: Public Policy Evaluation, Bolsa Família Program, Conditionalities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição regional dos recursos do PBF referente ao mês de dezembro de 2016.....	32
Quadro 2: Objetivos específicos e procedimentos metodológicos.....	56
Quadro 3: Itens e pontuação do indicador de qualidade de vida.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de não beneficiários e beneficiários por Estado da Região Nordeste.....	59
Tabela 1A: Forma de escoamento sanitário.....	94
Tabela 2: Características do local onde está situado o domicílio.....	59
Tabela 2A: Calçamento nos domicílios.....	94
Tabela 3: Quantidade de pessoas no domicílio.....	61
Tabela 3A: Forma de abastecimento de água.....	94
Tabela 4: Domicílio tem água encanada?.....	64
Tabela 5: Forma de coleta do lixo.....	66
Tabela 6: Trabalho infantil na família.....	66
Tabela 7: Renda média declarada pelos não beneficiários do Bolsa Família.....	67
Tabela 8: Renda média declarada pelos beneficiários do Bolsa Família.....	68
Tabela 9: Pessoa sabe ler e escrever?.....	74
Tabela 10: Frequenta escola ou creche?.....	75
Tabela 11: Curso que a pessoa frequenta.....	76
Tabela 12: Ano e série que a pessoa frequenta.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ações previstas e resultados esperados do Bolsa Família.....	22
Figura 2: Distribuição da renda por município (Não beneficiários - 2012).....	72
Figura 3: Distribuição da renda por município (Não beneficiários - 2016).....	73
Figura 4: Distribuição da renda por município (beneficiários - 2012).....	74
Figura 5: Distribuição da renda por município (beneficiários - 2016).....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Caixa	Caixa Econômica Federal
CEP	Código de Endereçamento Postal
CGU	Controladoria Geral da União
CV	Coefficiente de Variação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IQV	Indicador de Qualidade de Vida
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NIS	Número de Identificação Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PBF	Programa Bolsa Família

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Características do Programa Bolsa Família	14
1.2. Impactos do Programa Bolsa Família	23
1.3. Problema de pesquisa e objetivos	29
1.4 Justificativa	30
2. REFERENCIAL TEÓRICO	34
2.1. Políticas Públicas e Federalismo	34
2.2. Pobreza e Extrema Pobreza	40
2.3. Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda	43
2.4. Efetividade das Políticas Públicas	46
3. MÉTODO	49
3.1. Grupo pesquisado	51
3.2. Variáveis selecionadas	53
3.3. Procedimentos metodológicos e análise de dados	55
4. RESULTADOS DA PESQUISA	58
4.1. Caracterização dos grupos analisados	58
4.2. Variação dos indicadores do grupo de beneficiários e de não beneficiários	63
4.2.1. Variáveis Socioeconômicas.....	63
4.2.2. Variáveis Educacionais	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE	94
Apêndice 1 - Tabelas complementares do Cadastro Único	94
ANEXOS	95
Informações das pessoas do Cadastro Único	95
Informações das famílias do Cadastro Único	103

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º, inciso III, dispõe que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além deste, outros dispositivos da mesma norma, a exemplo do artigo 43, do artigo 165, § 7º e do artigo 170, inciso VII, estabelecem que o governo deve ter como propósito reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Segundo Fahel; Teles; Caminhas (2016), o Brasil adotou um novo paradigma de políticas sociais, com foco nos direitos sociais e significando grande mudança em relação aos programas assistenciais, com muitas inovações. De acordo com os autores, apesar de 80% dos países terem renda *per capita* menor que a brasileira, há um elevado nível de pobreza no Brasil em razão da forte desigualdade de distribuição de renda, ou seja, o país não é pobre, mas sim desigual.

Nesse sentido, um dos caminhos para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas no Brasil tem sido a implementação de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, que busca a redução da pobreza e da desigualdade econômica. Criado em 2003 e formalizado na Lei n. 10.836/2004, o programa transfere renda de forma condicionada para auxiliar as famílias consideradas pobres e extremamente pobres em todo Brasil.

O Programa Bolsa Família (PBF) possui gestão descentralizada, com atribuições de execução da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é o responsável em nível federal pelo PBF, enquanto a Caixa Econômica Federal (Caixa) executa os pagamentos, conforme previsto nos artigos 8º e 12º da Lei nº 10.836/2004 (BRASIL, 2004b). O PBF é destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou de extrema pobreza e que possuam, respectivamente, renda por pessoa mensal de até R\$ 85,00 ou, de R\$ 85,01 a R\$ 170,00.

Conforme disposto no art. 1º do Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 (BRASIL, 2016), que altera o Decreto que regulamentou o Bolsa Família (Decreto nº 5.209/2004), os valores atualmente vigentes para pagamentos no âmbito do Bolsa Família são:

Art. 1º O Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal **per capita** de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente.

.....” (NR)

“Art. 19.

I - benefício básico, no valor mensal de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - benefício variável, no valor mensal de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição:

.....

III - benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 92,00 (noventa e dois reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino;

.....

V - benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma do § 3º, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do **caput** igual ou inferior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) **per capita**.

.....

§ 3º O valor do benefício para superação da extrema pobreza será o resultado da diferença entre R\$ 85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e a soma **per capita** referida no inciso V do **caput**, multiplicado pela quantidade de membros da família, arredondado ao múltiplo de R\$ 2,00 (dois reais) imediatamente superior.” (NR)

De acordo com o Decreto supracitado, são previstos repasses de recursos pelo Bolsa Família com vistas a combater a pobreza e a extrema pobreza e são exigidas condicionalidades das famílias beneficiárias para que tenham direito aos recursos do PBF.

A efetividade do Bolsa Família tem sido medida por meio de várias pesquisas, que trazem resultados sobre diversos impactos resultantes do programa. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou estudos sobre o Bolsa Família, sendo um deles denominado Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios (BRASIL, 2010), em que foram verificadas várias análises no PBF, entre elas: impacto sobre a desigualdade e a pobreza; impacto sobre a frequência à escola; e análise da

heterogeneidade do programa na oferta de trabalho dos homens e das mulheres. Além dessas análises, foram apresentados pelo IPEA estudos comparativos do PBF com programas sociais de outros países, entre eles México, Chile e Uruguai.

Dessa forma, verifica-se que o governo tem utilizado a avaliação de programas governamentais como um dos mecanismos para aperfeiçoar sua forma de atuação, a fim de otimizar a utilização dos recursos arrecadados e atingir seus objetivos com maior eficácia. Cohen e Franco (2008) ressaltam que a avaliação não deve ser considerada isoladamente autossuficiente, deve fazer parte do planejamento da política, gerando retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficácia e eficiência, criando a possibilidade de retificar as ações rumo ao objetivo postulado.

Expõe Höfling (2001) que os fatores envolvidos para se determinar o sucesso ou fracasso de uma política governamental são complexos, variados e necessitam grande esforço de análise, especialmente se tratando de políticas sociais como, por exemplo: saúde, educação, previdência, habitação, saneamento.

A avaliação de programas governamentais faz-se necessária também no contexto do ajuste fiscal atualmente vivenciado pelos países, implicando na adoção de orçamentos equilibrados e gerando restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais (SOUZA, 2006). Nesse contexto, sobressaem as medidas adotadas para que o Estado tenha informações sobre os resultados de seus gastos, seja para aperfeiçoar seus programas ou até mesmo descontinuar as ações que não estão trazendo os resultados esperados.

Como visto no conceito acima, avaliação compreende muitos aspectos. No caso desta pesquisa, o objetivo é analisar a efetividade de um programa governamental, o Programa Bolsa Família, em municípios da Região Nordeste do Brasil. Segundo Cohen e Franco (2008), a efetividade, tem duas dimensões relacionadas com os fins do projeto, uma dimensão relativa aos resultados e outra aos objetivos (efetividade = resultados/objetivos), é a medida do impacto ou o grau de alcance dos objetivos. De acordo com Jannuzzi (2016), a efetividade relaciona-se com os impactos do programa de forma duradoura e abrangente na população, em função do atingimento dos resultados propostos pelo programa.

A avaliação está ligada à comparação, com os resultados precedidos de procedimentos, normas e estratégias para antever novos resultados a serem levados em conta e acrescentados aos produtos finais e aos recursos iniciais (MARINHO; FAÇANHA, 2001).

Apesar de o estudo da eficiência e da eficácia ser de grande importância para a avaliação dos programas governamentais, esta pesquisa se centrará no estudo da efetividade, por ter uma questão de pesquisa mais relacionada aos impactos do Programa, uma vez que se pretende investigar quais os principais efeitos do PBF no que se refere aos indicadores socioeconômicos dos municípios com até 20 mil habitantes da Região Nordeste.

Conforme exposto, o presente estudo pretende avaliar impactos de uma política pública do governo federal que tem por objetivo reduzir os índices de extrema pobreza e pobreza no país, de modo a interromper a transferência intergeracional da pobreza, mediante a exigência de condicionantes da população beneficiária para que recebam recursos.

Nesse contexto, a pesquisa conterá referencial afeto aos programas assistenciais, especialmente ao programa Bolsa Família, e será realizada mediante a comparação de dois grupos, um beneficiário do programa e outro contrafactual, que não sofrerá os impactos do programa.

1.1. Características do Programa Bolsa Família

O PBF é uma política social que busca combater a desigualdade socioeconômica no Brasil, objetivando reduzir a miséria e a pobreza, melhorar a condição de vida da população beneficiária e interromper a transferência intergeracional da pobreza e é um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, atingindo diretamente cerca de 13,569 milhões de famílias (BRASIL, 2017a).

O MDSA traz as seguintes informações sobre o Bolsa Família (BRASIL, 2017b):

O Bolsa Família repassa todos os meses aos beneficiários uma quantia em dinheiro a fim de promover o alívio imediato da pobreza. Para fazer parte do programa, é necessário estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. Com base nas informações do cadastro, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) avalia se a família tem ou não

perfil para entrar no programa. Já o valor repassado irá variar conforme o número de membros da família, idade e renda declarada.

O Bolsa Família realizou a unificação da gestão e das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as relativas ao: Programa Bolsa Escola; Programa Nacional de Acesso à Alimentação; Programa Nacional de Renda Mínima (Bolsa Alimentação); conforme o disposto no artigo 1º da Lei nº 10.836/2004 (BRASIL, 2004b).

Segundo a Exposição de Motivos nº 47, referente à Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro 2003 (BRASIL, 2003, p.1):

O Programa Bolsa Família tem como objetivo básico combater a fome e a pobreza, dando condições para que as famílias atendidas enfrentem sua situação de vulnerabilidade, tanto por meio de um benefício monetário que visa ao atendimento de suas necessidades básicas, quanto pelo estabelecimento de condicionalidades que induzem o acesso aos direitos sociais de segurança alimentar, saúde, educação e assistência social. O Programa pretende, também, contribuir para a emancipação dessas famílias, criando oportunidades de inclusão social, isto é, fornecendo meios para que possam sair da situação em que se encontram e, ainda, provocar impacto no plano local.

Verifica-se que o Bolsa Família foi concebido para combater a complexidade do fenômeno da pobreza e a sua transferência intergeracional, a qual não poderá ser combatida apenas com o repasse de recursos. Assim, a transferência de renda deve promover a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias e até da localidade em que essas famílias residem, aumentando a circulação de recursos, enquanto as condicionalidades são responsáveis por incentivar o acesso aos direitos sociais universais.

Com relação às condicionalidades, conforme disposto no art. 27 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), são contrapartidas exigidas das famílias beneficiárias do Bolsa Família para que tenham direito à manutenção do recebimento dos benefícios do programa.

Segundo o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), as condicionalidades se destinam a: a) estimular as famílias beneficiárias do programa a exercerem seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população; e b) identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos

serviços públicos a que têm direito, por meio do monitoramento do cumprimento das condicionalidades.

De acordo com o Manual de Gestão do Bolsa Família (BRASIL, 2015b), as condicionalidades apresentam dois aspectos relevantes:

1- Para as famílias beneficiárias do programa, para quem as condicionalidades são responsabilidades relacionadas ao cumprimento de ações nas áreas de saúde e de educação, a fim de melhorar as condições de desenvolvimento da família, principalmente das crianças e dos adolescentes; e

2- Para a União, estados, municípios e Distrito Federal, em que as condicionalidades representam um meio para estimular a ampliação e a adequação da oferta de serviços públicos, monitorar as políticas sociais locais e identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social.

Quanto à ampliação e adequação da oferta de serviços públicos, vale destacar que o esforço para ajustar essa oferta é importante, tendo em vista que as áreas de saúde, educação, assistência social, emprego, habitação e saneamento não atuam em conjunto, não dialogam entre si e não se propõem a desenvolver um esforço institucionalizado e sistematizado de compatibilização de ações e sinergias (GAETANI, 1997).

Vale destacar que, apesar da previsão legal dos três níveis de governo implementarem as condicionalidades, a maior parte das responsabilidades de oferta dos serviços e da gestão do cumprimento das condicionalidades recai sobre os municípios (BURLANDY; MONNERAT; SCHOTTZ e MAGALHÃES (2007).

Apesar disso, ressaltam as autoras que, mesmo com a exigência de termo de adesão dos municípios, que se comprometem ofertar adequadamente os serviços básicos das condicionalidades, não há responsabilização nem punição previstas para os entes pactuantes por não cumprimento. Assim, concluem que as famílias beneficiárias são as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades (BURLANDY et al., 2007). Conforme o Manual de Gestão do Bolsa Família (BRASIL, 2015b, p. 91):

O acompanhamento de condicionalidades permite ao poder público mapear os principais problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, relacionados à oferta dos serviços ou à dinâmica sociofamiliar, e identificar as áreas e as ocorrências de maior vulnerabilidade. Com isso, é possível construir diagnósticos sociais territorializados e

implementar medidas que contribuam para orientar as ações de governo de forma intersetorial, principalmente no âmbito das políticas sociais.

Outro ponto digno de nota da Exposição de Motivos nº 47 da Medida Provisória nº 132 de 2003 (BRASIL, 2003) se refere à necessidade da combinação de várias ações integradas para se combater a pobreza:

Na concepção do Bolsa Família foi adotado o conceito de que a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, não sendo possível combatê-la de forma duradoura apenas com transferências de renda - a transferência é meio de acesso a melhoria das condições de vida e as condicionalidades associadas à transferência incentivam o acesso a direitos universais. O êxito nesse combate requer a combinação de ações emergenciais com políticas estruturais e a conjugação de esforços entre os entes da federação e a sociedade civil organizada. (BRASIL, 2003, p. 1)

Fica evidenciada a preocupação de se combater a pobreza considerando a complexidade e a questão multidimensional da fome. Verificou-se que não seria possível combater a pobreza apenas mediante repasse de recursos, é preciso adotar medidas que promovam a melhoria das condições socioeconômicas e do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais.

Além disso, percebe-se que antes da implantação do Bolsa Família, o governo já demonstrava a necessidade de políticas estruturais e a conjugação de esforços entre os demais entes subnacionais e a sociedade civil organizada para um adequado enfrentamento da pobreza. Nesse sentido, foram previstos programas complementares como, por exemplo, capacitação, microcrédito e outros, que deveriam ser implementados em articulação com os demais entes federados. (BRASIL, 2003).

A regulamentação da Lei que implementou o Bolsa Família foi realizada pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), que dispôs em seu artigo 1º que o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), será responsável por complementar a normatização do programa. Nesse contexto, releva-se a importância do MDSA para o adequado funcionamento do PBF, em conformidade com o artigo 2º do Decreto supracitado:

Art. 2º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome coordenar, gerir e operacionalizar o Programa Bolsa Família e, em especial, executar as seguintes atividades; (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)
I - realizar a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família; (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

II - supervisionar o cumprimento das condicionalidades e promover a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados; (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

III - acompanhar e fiscalizar a execução do Programa Bolsa Família, podendo utilizar-se, para tanto, de mecanismos intersetoriais; (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

IV - disciplinar, coordenar e implementar as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família; e (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

V - coordenar, gerir e operacionalizar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010). (BRASIL, 2004)

Conforme exposto, o MDSA possui relevantes funções de gestão, coordenação e operacionalização do PBF, sendo uma delas a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Esse cadastro possui uma ampla gama de informações dos beneficiários de programas sociais, dentre eles, os beneficiários do Programa Bolsa Família. Segundo o exposto nas Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2012, p. 30):

A base do CadÚnico contém informações como: (a) identificação da família e de cada pessoa que faz parte da família; (b) características da família; (c) identificação da casa da família e suas características; (d) renda da família; (e) gastos da família; (f) bens das famílias; e (g) participação em programas sociais, dentre outras. Com essas informações, o governo pode saber quais as famílias que mais precisam de acesso aos programas sociais, como vivem, quais são as suas características e onde elas moram.

Ao ser cadastrada no CadÚnico, cada pessoa da família recebe um Número de Identificação Social (NIS). O Programa Bolsa Família, assim como outros programas sociais, utiliza o CadÚnico para selecionar os seus beneficiários. O cadastramento, porém, não garante que a família será incluída nos programas sociais de transferência de renda. Para isso, é necessário que a família atenda aos critérios de seleção de cada programa.

A presente pesquisa foi promovida a partir das informações detidas pelo MDSA e relacionadas com o CadÚnico, conforme exposto na metodologia.

Os beneficiários do PBF precisam estar inscritos no CadÚnico, conforme o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007 (BRASIL, 2007), que dispõe sobre esse cadastro:

Art. 2º O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

§ 1º A obrigatoriedade de utilização do CadÚnico não se aplica aos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Assim, percebe-se que, à exceção dos programas administrados pelo INSS, o CadÚnico deve ser obrigatoriamente utilizado para participação nos programas sociais do governo federal destinados à população de baixa renda.

Segundo exposição do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (BRASIL, 2017), podem se inscrever no CadÚnico: famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; famílias com renda mensal total de até três salários mínimos; ou famílias com renda total maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo. Todos os beneficiários do PBF precisam estar inscritos no CadÚnico para participarem do programa. Porém, o CadÚnico é composto não apenas por beneficiários do PBF, mas por um número maior de pessoas, desde que se enquadrem nos critérios supracitados para serem incluídas no cadastro.

A lei de criação do Bolsa Família foi regulamentada pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004), que enumera em seu art. 4º os objetivos básicos do PBF:

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:
I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
IV - combater a pobreza; e
V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

O Decreto estabeleceu os objetivos básicos do PBF e autorizou o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome dispor sobre novos objetivos para o programa. Isso representou um fator positivo para a gestão do programa, pois concedeu ao Ministério maior poder para regulamentar e direcionar o PBF, ampliando a flexibilidade em razão de não ser mais necessária a intervenção do chefe do Poder Executivo para definir tais questões.

O programa possui três dimensões, a primeira para o alívio imediato da pobreza, com a transferência direta de renda. A segunda objetiva assegurar os direitos sociais: saúde, educação e assistência social, por meio do cumprimento de

condicionalidades, e, por fim, a integração do programa com outros programas para que seja possível superar a condição de pobreza das famílias (BRASIL, 2015b).

Ele é destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza ou de pobreza e que possuam renda mensal por pessoa, respectivamente, de até R\$ 85,00 e entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos (BRASIL, 2004a).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2015b) expõe que os principais objetivos do programa são: reduzir a pobreza; promover a segurança alimentar e acabar com o ciclo intergeracional de pobreza, por meio da acumulação de capital humano; melhorar o acesso aos serviços públicos e promover o cumprimento de condicionalidades como: visitas regulares aos centros de saúde, consultas para lactantes, exames pré e pós-natal, atividades educativas de saúde e nutrição, vacinação de crianças até 7 anos e acompanhamento do crescimento.

Cavalcanti, Costa e Silva (2013) acrescentam que os objetivos principais do PBF são reduzir a pobreza no curto prazo e combater a transferência intergeracional desse problema. Detalham que a transferência do recurso busca aliviar a pobreza no curto prazo e as condicionalidades ou contrapartidas objetivam ampliar o acesso aos serviços sociais de saúde e educação de crianças e jovens, gerando maior demanda e busca de melhorias nesses serviços e incentivando as famílias a evoluírem socialmente, abandonando a situação de pobreza.

Com relação ao controle das condicionalidades, de acordo com o MDSA (BRASIL, 2017c):

O acompanhamento das condicionalidades de saúde de crianças do PBF é realizado pelo serviço de atenção básica, com foco no cumprimento do calendário de vacinação e no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. Durante o primeiro semestre deste ano [2017], essas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde alcançaram mais de 5,7 milhões de crianças de 0 a 7 anos, de um universo de cerca de 7,9 milhões de crianças, o que corresponde a quase 73,1 % de cobertura. Em relação ao cumprimento das condicionalidades, 99,5% das gestantes estavam realizando o pré-natal corretamente. Um total de 1.810 famílias com gestantes receberam efeitos por descumprimento dessa agenda, sendo 1.661 advertências, 116 bloqueios e 33 suspensões. Em relação às crianças, 98,9% estavam com o calendário de vacinação em dia. O descumprimento da agenda de vacinação pelas famílias com crianças entre 0 e 7 anos gerou cerca de 48 mil advertências, 3,8 mil bloqueios, aproximadamente 1,5 mil casos de suspensão e nove cancelamentos de benefícios.

De acordo com as informações apresentadas pelo MDSA, é possível verificar que os acompanhamentos das condicionalidades têm sido realizados e também têm sido aplicadas ações com vistas a responsabilizar as famílias que não estão cumprindo adequadamente as condicionalidades exigidas para que os beneficiários continuem recebendo recursos do programa. Além disso, tem ocorrido aumento no número de gestantes beneficiárias acompanhadas a cada ciclo de acompanhamento dos serviços de saúde (BRASIL, 2017c).

Outra questão a se destacar é a preferência das mulheres receberem os recursos do programa, o que contribui para um maior empoderamento da mulher na família (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007). A própria lei de criação do Bolsa Família (BRASIL, 2004), estabeleceu em seu artigo 2º, §14: "O pagamento dos benefícios previstos nessa lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.". Demonstra-se a intenção de dar maior autonomia à mulher para que receba os benefícios e seja responsável pelas condicionalidades do programa.

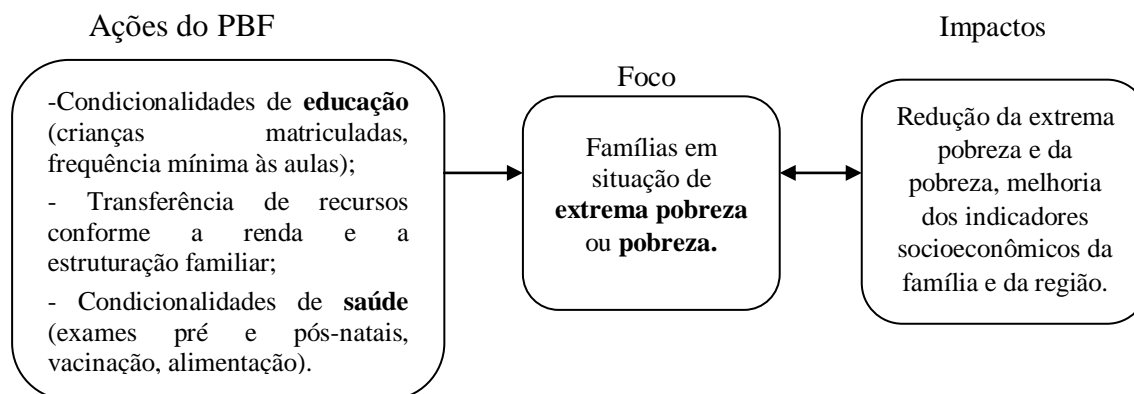
Com relação à origem do programa, Medeiros, Britto e Soares (2007, p. 9) tratam da diferenciação entre programas com previsão Constitucional, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas criados por governos por meio de normativos infraconstitucionais, conforme disposto a seguir:

A determinação constitucional para a existência do BPC resulta em considerável independência política para o programa. Os direitos sociais estabelecidos pela Constituição têm caráter mais permanente e não são associados a nenhum governo específico. Por ter sido estabelecido por uma medida de origem presidencial, o Bolsa Família é quase que automaticamente associado ao governo que o instituiu e mantém. Em decorrência dessas diferenças, governos específicos, por um lado, não recebem créditos políticos diretos pela administração do BPC e, por outro, são imediatamente identificados ao Bolsa Família. Evidência disso são as disputas pela paternidade política do Bolsa Escola e demais programas de transferência de renda e de seu sucessor, o Bolsa Família, muitas vezes levadas ao extremo de se negar qualquer relação entre eles.

Segundo os autores, há uma carga política mais forte nos programas estabelecidos por governos, enquanto que os programas relacionados com previsões constitucionais são mais indiferentes do ponto de vista de interesse político, pois os governantes não conseguem lograr tantos benefícios nessas políticas, como ocorre com programas criados e desenvolvidos pelos governos, que trazem créditos políticos mais evidentes.

A seguir, a Figura 1 apresenta ações previstas no PBF para serem implementadas com o objetivo de atuar em favor de seus beneficiários e promover melhorias socioeconômicas nessa população:

Figura 1: Ações previstas e resultados esperados do Bolsa Família



Fonte: elaborado pelo autor com base na Lei n. 10.836 (BRASIL, 2004b).

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2007/2008) indicaram que no ano de 2007 o PBF foi responsável por quase 25% da queda abrupta da desigualdade no Brasil e por 16% no declínio da pobreza extrema (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2008).

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015), os principais objetivos do PBF são a redução da pobreza, a promoção da segurança alimentar, o fim do ciclo intergeracional de pobreza, através da acumulação de capital humano e do aumento do acesso aos serviços públicos, especialmente saúde, educação e assistência social.

Para tanto, as condicionalidades apresentam um papel importante na promoção da melhoria social, com medidas como: visitas regulares aos centros de saúde; consultas pré-agendadas para grávidas ou lactantes; pré e pós-natais; participação em atividades educativas sobre saúde e nutrição; vacinação das crianças de até 7 anos e consultas de rotina e de acompanhamento do crescimento das crianças. Também se constatou que o PBF impactou: no aumento das matrículas em 5,5% no ciclo dos 1-4 anos de escolaridade e de 6,5% dos 5-8 anos de escolaridade; na melhoria da taxa de emprego; na redução das taxas de inatividade e informalidade; no aumento de contribuintes para a seguridade social, além do aumento do salário médio por hora dos

trabalhadores (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

1.2. Impactos do Programa Bolsa Família

Diversas abordagens já foram realizadas pelo meio acadêmico sobre os impactos do Programa Bolsa Família. Os principais motivadores para essa diversidade de estudos sobre o PBF são a magnitude dos recursos envolvidos, a situação de fragilidade socioeconômica de seu público alvo e a grande quantidade de famílias beneficiárias. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (BRASIL, 2017) mostram que, apenas no mês de dezembro de 2016, cerca de R\$ 2,458 bilhões foram distribuídos a cerca de 13,569 milhões de famílias beneficiárias do programa.

Gertler; Martinez; Premand; Rawlings; Vermeersch (2015, p. 17) consideram que, apesar das semelhanças entre as avaliações de programas de repasses de recursos com os programas que tenham abordagem multidimensional, esse segundo tipo de avaliação apresenta maior amplitude, em razão de incorporar mais dimensões e indicadores explicativos da pobreza:

que não contemplados pela visão unidimensional, restrita à questão de renda. Ou seja, a saúde, a educação e o padrão de vida, componentes estratégicos da concepção da pobreza multidimensional, agregam novos juízos e valores à questão da pobreza e contribui para uma melhor identificação das múltiplas áreas que demandam um investimento mais focalizado em termos de políticas sociais por parte do poder público.

Assim, verifica-se que a visão multidimensional da pobreza expõe novos aspectos a serem considerados para combatê-la, com novas medidas cabíveis ao poder público, seja na implementação, seja na avaliação das políticas públicas destinadas à problemática da pobreza. Fahel et al (2016, p. 2) destacam que essa visão é contra-hegemônica e inovadora, além de ressaltarem que a mensuração multidimensional "constitui uma alternativa avançada de explicação do fenômeno da pobreza".

Conforme o MDSA, a pobreza multidimensional é um "conceito-ação", representado por um constructo moldado por vários países com suas experiências das políticas e ações destinadas ao combate da pobreza. Nesse sentido, ela é explicada como a situação de privação de acesso aos meios econômicos e às políticas públicas que proporcionam a cidadania plena, demandando uma gama de programas sociais de natureza universal, alocativa e redistributiva, necessitando de indicadores específicos

resultantes de duas abordagens complementares: a pobreza monetária, baseada em linha da pobreza, e a vulnerabilidade social, baseada em escala de privação a direitos, bens e serviços (BRASIL, 2015c).

Gertler et al (2015, p. 183), ao tratarem dos dados necessários à avaliação de impacto, destacam que informações sobre impactos indiretos e até de impactos não intencionais também podem contribuir para a avaliação de um programa:

No entanto, a avaliação de impacto não deve medir apenas resultados diretamente atribuíveis ao programa. Dados sobre indicadores de resultados que o programa afete indiretamente, ou indicadores que capturem o impacto não intencional do programa, maximizarão o valor da informação que a avaliação de impacto gera.

No âmbito do PBF, são destacados abaixo estudos relacionados com efeitos de suas condicionalidades, bem como outras análises consideradas relevantes e que possuem relação com impactos decorrentes do programa.

Avaliações do Bolsa Família constataram a sua efetividade para melhoria das condições econômicas e para os indicadores educacionais da população beneficiária. Um desses estudos foi realizado por Neto (2010). O autor analisou o impacto nos beneficiários do programa sobre a frequência à escola de crianças de 7 a 14 anos em âmbito nacional. Foram feitas avaliações considerando os ambientes urbano e rural, possibilitando uma maior acurácia das análises. Constatou-se que características pessoais (raça), localização, escolaridade dos pais, número e idade dos filhos afetaram as chances do domicílio ser beneficiário do PBF.

Isso levou Neto (2010) a concluir que o programa apresentou foco satisfatório, pois as crianças não pertencentes à raça branca, com pais menos escolarizados, domicílios com menor renda, com maior número de filhos, localizados em zona rural, no nordeste do país, eram as que tinham maiores chances de serem alcançadas pelo programa. Na mesma linha, Soares; Sátyro (2009) concluíram pela boa focalização do programa, avaliando que não houve diferença significativa de impactos entre a população rural e urbana, comparativamente à totalidade da amostra. Por fim, Soares; Sátyro (2009) constataram um crescimento maior dos índices de frequência escolar na Região Nordeste, fator relacionado com o maior atraso da região nesse quesito, o que possibilitou uma maior margem para expansão.

Já o estudo realizado por Melo (2010) avaliou os impactos do PBF sobre a frequência escolar de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos nas famílias que vivem da agricultura familiar nos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba. Os resultados indicaram que a condicionalidade de frequência às aulas gerou um aumento da frequência escolar de cerca de 6% para as famílias beneficiárias do programa. Outra constatação foi a diferença de impactos relacionados com o gênero, identificou-se que meninas obtiveram resultados eficazes decorrentes da política, enquanto os resultados relacionados com os meninos não.

A razão apontada no estudo para essa divergência nos impactos foi a natureza do trabalho realizado no meio rural. Os custos de oportunidade para os meninos deixarem de trabalhar na agricultura eram maiores que o das meninas, que muitas vezes realizavam atividades domésticas não diretamente ligadas à produção. A maior participação de meninos na produção em zonas agrícolas resultou em impactos diferenciados da política pública (MELO, 2010).

Esse fato merece maior atenção dos gestores do PBF, especialmente considerando que a Região Nordeste do Brasil representa cerca de 47% da população rural do país e cerca de 8% da população brasileira (BRASIL, 2006).

Muitos estudos foram realizados sobre a diminuição da desigualdade de renda e da pobreza pelo PBF, mas pouco tem sido produzido sobre o impacto do programa sobre suas condicionalidades, as quais possibilitam uma melhoria do capital humano (AMARAL; MONTEIRO, 2013). Nesse contexto, Amaral; Monteiro (2013) realizaram uma pesquisa sobre a condicionalidade da frequência escolar, mais especificamente se essa condicionalidade estaria realmente trazendo impactos positivos na população beneficiária.

Amaral e Monteiro (2013) criticaram a existência de condicionalidades nos programas de transferência de renda pelo fato de se tratar de acesso a serviços de educação e saúde, que deveriam ser universalmente disponibilizados à população. Outra crítica que merece ser melhor avaliada em novos estudos sobre o PBF é o custo gerado pela imposição de condicionalidades. Foi dado como exemplo por Amaral; Monteiro (2013) o programa Progressa/Oportunidades do México, onde 18% dos custos administrativos e 2% dos custos totais do programa são resultantes do controle de condicionalidades (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

Entre as constatações desses autores, foi identificado que crianças de domicílios com mães que estudaram nove anos ou mais, a chance de evasão escolar é 75% menor que as crianças com mães que não completaram ao menos um ano de estudo. As conclusões foram no sentido de que quanto maior o tempo de escola das mães, menor a taxa de abandono escolar de suas crianças (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

Outra constatação foi relacionada com o capital social comunitário, que gerou uma redução de 43% na probabilidade das crianças abandonarem a escola quando as mães participavam de organizações sociais. A relação com a presença da mãe foi demonstrada na probabilidade 52% maior de abandono da escola em residências que a mãe trabalhava ao menos 40 horas por semana (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

Por fim, foi ressaltada a importância da frequência escolar para melhoria dos indicadores educacionais, entretanto, destacou-se a importância da melhoria da qualidade da educação, principalmente do nível básico e médio.

A redução do abandono escolar também foi apontada por Soares *et al.* (2010). De acordo com o estudo, o Bolsa família teve um impacto positivo na frequência escolar, representando 3,6% menor índice de ausência entre os beneficiários. Além disso, foi constatado que o abandono da escola foi 1,6% menor nos beneficiários do programa, comparativamente aos não atingidos pelo PBF.

Um estudo que destacou a percepção da importância da educação para as famílias beneficiárias do Bolsa Família foi o de Testa *et al.* (2013). A partir das entrevistas com profissionais relacionados com o PBF, foi ressaltado por Testa *et al.* (2013) que a educação é vista como importante pelos beneficiários, que perceberam melhorias na situação educacional após tornarem-se beneficiários do programa, inclusive não houve nenhuma resposta no sentido de que houve piora nesse quesito (TESTA *et al.*, 2013).

Além disso, dentre os impactos avaliados, a melhoria na educação representou o melhor resultado. As famílias reconheceram o aumento na preocupação com a presença das crianças e adolescentes na escola, entretanto, não foram relatados avanços relacionados com a aprendizagem (TESTA *et al.*, 2013).

Apesar das melhorias na educação, Testa *et al.* (2013) concluíram que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia dos indivíduos. Segundo os autores, a

transferência de renda permite aos beneficiários melhorarem de vida, seja pela melhora na alimentação, na moradia, na aquisição de bens de consumo, entretanto, a simples transferência de renda não é capaz de possibilitar a mudança efetiva na vida das famílias beneficiárias.

No que se refere aos benefícios educacionais, Testa *et al.* (2013) citam autores como Bueno e Garcia (1996), Chechia e Andrade (2005) e Lippitz e Levering (2002), os quais têm apontado que apenas a frequência às aulas não é suficiente e que é preciso ter continuidade das atividades escolares no contexto familiar, sendo esse fator relacionado com o sucesso ou insucesso escolar. Testa *et al.* (2013) citaram a dificuldade dos pais em auxiliar seus filhos com atividades escolares, seja por não poderem, seja por não saberem como contribuir. Para propor melhorias, os autores se apoiaram em exemplos de outros países que passaram pelo mesmo problema e planejaram ações de desenvolvimento e capacitação das famílias para que se tornassem agentes de desenvolvimento dessas novas gerações de crianças.

Cavalcanti, Costa e Silva (2013) verificaram que os trabalhos de Silva, Brandão e Dalt (2009), Glewwe e Kassouf (2008), Duarte e Neto (2008), Cicciamali, Tatei e Batista (2008), Pedrozo (2007) constataram que o impacto do PBF foi positivo na educação, mais especificamente sobre a frequência escolar, e também sobre o trabalho infantil.

A percepção é de que não há um consenso sobre os impactos nos beneficiários do PBF com relação à desigualdade de renda e a pobreza. No entanto, foi possível detectar o consenso sobre o baixo valor do benefício concedido às famílias por meio do PBF (CAVALCANTI *et al.*, 2013). Segundo Cavalcanti *et al.* (2013), os valores transferidos pelo PBF não são capazes de garantir uma adequada condição de alimentação, transporte e lazer. Apesar dessa insuficiência e de não poderem assegurar que todas as famílias retirem crianças do trabalho, os recursos transferidos servem para melhoria da renda das famílias e representam um incentivo à manutenção das crianças na escola, mesmo não sendo possível assegurar esse objetivo (CAVALCANTI *et al.*, 2013).

O resultado indesejado seria a necessidade das crianças continuarem a trabalhar, mesmo as que frequentam as aulas, ou seja, as crianças realizam dupla jornada, de trabalho e de estudo (CAVALCANTI *et al.*, 2013). Essa realidade é ainda mais perversa para os jovens do sexo masculino em zonas rurais, pois, além dos

estudos, acabam trabalhando em atividades agrícolas, que são atividades desgastantes e que atrapalham na dedicação aos estudos (CAVALCANTI et al, 2013). Nas palavras de Cardoso e Souza (2004, p. 2):

The paper finds that income transfer programs had no significant effect on child labor but a positive and significant impact on school attendance. These preliminary results suggest that these programs have not been effective in fighting child labor in Brazil. They increase the chance of a poor child going to school but do not reduce her labor activity perhaps because she prefers to combine school and labor, considering that the transfers are too small to provide an incentive to forgo the labor income.

Cabe destacar, apesar da noção de Cardoso e Souza (2004, p. 2) de que os recursos transferidos pelo PBF são insuficientes para que as crianças abandonem o trabalho e se dediquem aos estudos, a importância das condicionalidades para a redução da pobreza e para a obtenção de resultados positivos no trabalho infantil, com a ressalva dos resultados da política poderem variar, a depender do local onde os beneficiários estão inseridos (ROCHA, 2008).

Sobre as condicionalidades de educação do Bolsa Família, Pires (2013) entende que elas devem ser pensadas em uma perspectiva ampliada, ou seja, não deve ser restrita à frequência escolar e a ganhos de escolaridade. Segundo o autor, devem ser considerados os efeitos simbólicos como o fortalecimento do sentimento de pertencimento e reconhecimento sociais por parte dos beneficiários ao cumprirem as condicionalidades.

Quanto à efetividade das condicionalidades, Pires (2013) afirma que o ingresso e permanência na escola não garantem uma maior mobilidade social se o ensino não for de qualidade. Outras críticas foram sobre a existência de grande número de trabalhadores qualificados desempregados, o que indicaria que a qualificação e o emprego não seriam necessariamente relacionados e também foi repisada a questão do baixo valor pago pelo programa não ser suficiente para coibir o trabalho infantil, fazendo com que os jovens tenham dupla jornada de trabalho Pires (2013).

Um estudo realizado em âmbito nacional com base no censo escolar de 1998 a 2005 comparou taxas de matrícula, aprovação e abandono em escolas públicas que possuíam estudantes beneficiários do Bolsa Família com escolas sem beneficiários em diferentes períodos de tempo (GLEWWE; KASSOUF, 2008). Foi constatado que o PBF aumentou as matrículas de 1ª a 4ª séries em 5,5% e de 5ª a 8ª séries em 6,5%. Além disso, houve redução de cerca de 0,5% do abandono escolar, inclusive com aumento da

taxa de aprovação de 0,9% da 1^a à 4^a séries e 0,3% da 5^a à 8^a séries (GLEWWE; KASSOUF, 2008).

De acordo Glewwe; Kassouf (2008), as crianças beneficiárias do PBF representam um terço do total de crianças no Brasil. Apesar disso, questionaram se os benefícios do Bolsa Família superam os seus custos e propuseram a realização de pesquisas com o objetivo de responder a essas perguntas (GLEWWE; KASSOUF, 2008).

1.3. Problema de pesquisa e objetivos

Neste estudo pretende-se avaliar efeitos do Bolsa Família em seus beneficiários da Região Nordeste, com o objetivo de verificar resultados do programa relacionados com os repasses de recursos e com suas condicionalidades. Para isso, propõe-se a seguinte pergunta de pesquisa:

Em que medida o Programa Bolsa Família produziu mudanças significativas nos beneficiários da Região Nordeste no período de 2012 a 2016?

A hipótese desse estudo (H₀) é de que o Programa Bolsa Família foi capaz de gerar impactos socioeconômicos significativamente superiores em seus beneficiários, por meio do repasse de recursos e de suas condicionalidades, comparativamente aos não beneficiários do programa. A hipótese alternativa (H_a) é de que o PBF não gerou impactos significativos no grupo de beneficiários, comparativamente ao grupo de não beneficiários do programa.

Para verificar tal hipótese, são propostos os objetivos a seguir.

O **objetivo geral** é investigar em que medida o Programa Bolsa Família produziu mudanças significativas nos beneficiários da Região Nordeste no período de 2012 a 2016.

Objetivos específicos:

1- identificar, entre os inscritos no CadÚnico, um grupo de beneficiários e outro de não beneficiários do PBF dos municípios da Região Nordeste com renda de até R\$ 170 no período de 2012 a 2016;

2- identificar o perfil socioeconômico do grupo de beneficiários do Bolsa Família e do grupo de não beneficiários desse programa nos municípios em estudo;

3- comparar a variação dos indicadores socioeconômicos em cada grupo de estudo e identificar os impactos que podem ser atribuídos ao Programa Bolsa Família;

4- elaborar mapas georeferenciados no âmbito municipal, com base no Código de Endereçamento Postal (CEP), de acordo com a renda dos grupos.

1.4 Justificativa

A avaliação de políticas públicas é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (FREY, 2000). De acordo com Gertler et al (2015), as avaliações devem ser concebidas para lidar com questões que precisam ser respondidas para fins de formulação de políticas públicas ou sobre decisões acerca da expansão ou não de um programa. Nesse sentido, a avaliação dos resultados do Programa Bolsa Família por meio de estudos acadêmicos com essa característica de pesquisa avaliativa pode contribuir para ações de melhorias no âmbito do programa.

De acordo com Meneguim e Freitas (2013), para saber os impactos de uma política em uma ou mais variáveis de interesse é necessária a aplicação sistemática por vários autores de diferentes métodos e bases de dados. Segundo os autores, cada estudo contribuiria para o entendimento do problema, mas o aprimoramento da política só ocorreria a partir do conhecimento acumulado pelos diversos estudos. Dessa forma, entendem que a avaliação de políticas públicas contribui para a transparência na administração pública e possibilita maior eficiência alocativa dos recursos públicos.

Segundo Jannuzzi (2016), mesmo que se tenha acumulado diversos estudos sobre políticas públicas no Brasil, ainda é um desafio produzir conhecimentos mais específicos para uso imediato no aprimoramento de programas. Dessa forma, segundo o autor, a análise da efetividade do Bolsa Família na Região Nordeste, região que dispõe de mais da metade dos beneficiários e dos recursos do programa, poderá contribuir com informações atuais sobre os efeitos trazidos por essa política pública aos seus beneficiários.

A avaliação realizada durante a execução de um programa serve para adquirir mais conhecimento sobre um processo que se deseja aperfeiçoar, como a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa, com ênfase na aplicabilidade imediata dos resultados (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

Para desenvolver o estudo sobre o PBF, será realizada uma análise comparativa entre dois grupos: um de intervenção (beneficiários do PBF) e outro de controle (não beneficiários do programa). Será utilizado um método quase experimental, com modelo de comparação que é aplicado à política pública já em andamento, com o nome "modelo somente depois com grupo de comparação". Conforme o nome do método indica, ele compara dois grupos a partir das diferenças das médias de resultados entre eles para identificar os "impactos líquidos" que podem ser atribuídos especificamente à política pública analisada. Esse método é capaz também de lidar com viés de seleção associado às características invariantes no tempo (FOGEL, 2016). Tal abordagem será detalhada no capítulo destinado ao método da pesquisa.

A importância de se estudar o PBF também reside no fato de que programas assistenciais bem implementados possibilitam não só a redução da pobreza, mas a inclusão social dos seus beneficiários. No caso deste programa, já foram identificadas externalidades positivas, além da melhoria financeira para as famílias beneficiárias, havendo também a percepção de uma maior integração na sociedade por parte deste público, o que contribui para as famílias deixarem de depender do programa (HUNTER; SUGIYAMA, 2014).

Conforme expõem em seu trabalho sobre a análise multidimensional da pobreza no Brasil, Fabel et al. (2016, p. 1):

a medida unidimensional da pobreza baseada exclusivamente no rendimento mostra-se insuficiente para captar o universo das necessidades dos mais pobres, que se manifesta por meio de várias dimensões, como saúde, educação, emprego e condições de habitação. Nessa perspectiva, a configuração da multidimensionalidade da pobreza e suas medidas tomam parte do escopo das políticas sociais no país, com a introdução, concomitante, de uma nova agenda na arena social.

Fatores como a magnitude dos recursos repassados, as condicionalidades que os beneficiários se submetem e o aumento da sensação de inclusão social, considerando ainda a fragilidade da população à qual o PBF se destina, ressaltam a relevância do programa para a população de baixa renda beneficiária dos recursos e

submetida às condicionalidades de saúde e educação, que proporcionam a sensação de inclusão social nessa população. Essa abordagem multidimensional possibilita um enfrentamento mais completo da pobreza e de sua transmissão intergeracional.

A partir da análise da distribuição dos recursos do Bolsa Família pelo Brasil (Quadro 1), verifica-se uma grande concentração de beneficiários na Região Nordeste. Para ilustrar essa realidade, o quadro abaixo demonstra, por região, a distribuição dos recursos do PBF:

Quadro 1: Distribuição regional dos recursos do PBF referente ao mês de dezembro de 2016.

Região	Famílias atendidas	Recursos transferidos (R\$)	Percentual
Centro-Oeste	689.062	110.588.352,00	4,50%
Sul	872.624	138.206.402,00	5,62%
Norte	1.685.137	348.942.535,00	14,20%
Sudeste	3.513.971	580.714.409,00	23,62%
Nordeste	6.808.782	1.279.721.003,00	52,06%
TOTAL	13.569.576	2.458.172.701,00	100%

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do MDSA.

Ao se analisar o Quadro 1, percebe-se que as Regiões Centro-Oeste e Sul receberam apenas 10,12% dos recursos, menos da metade disponibilizada à Região Sudeste, que foi de 23,62%. O destaque dos repasses ficou para a Região Nordeste, que recebeu 52,06% dos recursos, ou seja, essa região recebeu mais da metade dos repasses feitos em todo país. Isso demonstra a grande concentração de recursos repassados, bem como a grande quantidade de beneficiários na Região Nordeste. Além disso, essa região também concentrou em dezembro de 2016 mais da metade das famílias beneficiárias do programa, cerca de 6.808.762 famílias, frente às 6.760.794 nas demais regiões.

Dessa forma, verifica-se que a Região Nordeste representa a região mais relevante para análise do PBF, seja pela expressividade dos recursos, seja pelo quantitativo de beneficiários. Além disso, o Nordeste brasileiro historicamente sofre com a pobreza e a seca, que tornam a vida das famílias socialmente excluídas ainda mais sofrida. Dessa forma, eleva-se a importância de se medir a efetividade do Programa Bolsa Família na Região Nordeste.

A criação do indicador foi realizada com o propósito de verificar como decorreu a evolução da qualidade de vida dos membros dos grupos com base nas variáveis escolhidas do CadÚnico. A partir do indicador, buscou-se trazer mais um recurso para tentar identificar se ocorreram diferenças significativas entre os dois grupos pesquisados no trabalho.

Pretende-se que o resultado da presente pesquisa seja útil para a compreensão dos principais efeitos do Programa Bolsa Família nos municípios estudados e vislumbra-se que seja possível ampliar os resultados da pesquisa para outros municípios para além da Região Nordeste.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão discutidos referenciais considerados relevantes para subsidiar o entendimento do caso estudado, bem como as análises relacionadas com o tema proposto. O primeiro será sobre Políticas Públicas e Federalismo, uma vez que o Bolsa Família é uma política implementada em toda a extensão nacional, com participação de todos os atores federados. O segundo tratará da Pobreza e Extrema Pobreza, com vistas a discutir esses conceitos, inerentes aos objetivos do Programa Bolsa Família, enquanto o terceiro aborda as Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda, importantes para pensar nas condicionalidades do programa. Por fim, será debatida a Efetividade das Políticas Públicas, em razão deste estudo se propor a avaliar o impacto do Bolsa Família.

2.1. Políticas Públicas e Federalismo

O Bolsa Família desperta o interesse de estudiosos sobre políticas sociais e já foi alvo de diversas abordagens pelo meio acadêmico. Esse programa baseia-se em decisões e ações decorrentes do poder extroverso e da soberania do Estado e, em razão disso, consiste em uma política pública (RUA, 2009).

De acordo com Höfling (2001), política pública é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Segundo a autora, uma das relações fundamentais do Estado é a que ele estabelece com as políticas que implementa em uma determinada sociedade em um determinado período de tempo.

Derani (2004) define política pública como um conjunto de ações coordenadas pelos entes estatais, em grande parte por eles realizadas, que se destinam a alterar as relações sociais existentes. Segundo a autora, em sociedades mais democráticas a política pública conterà de maneira mais fiel a força decisória da sociedade. Nesse contexto, uma sociedade pode ter competência para realizar políticas públicas, mas isso não significa necessariamente que resultará em uma política pública democrática (DERANI, 2004).

Souza (2006, p. 4) afirma "que a área de políticas públicas contou com quatro grandes 'pais' fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton."

Nesse contexto, afirma a autora que Laswell (1936) introduziu a expressão *policy analysis* como forma de conciliar o conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica do governo.

Com relação à H. Simon (1957), a autora atribui a criação da racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), ou seja, a racionalidade dos decisores públicos é limitada por fatores como a informação incompleta, pelo tempo até a tomada de decisão, o auto-interesse dos decisores, entre outros fatores.

Souza (2006) atribui a Lindblom (1959; 1979) o questionamento do racionalismo de Laswell e Simon, pois para Lindblom a formulação e análise das políticas públicas deveriam considerar outras variáveis, como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Por fim, a autora expõe que Easton (1965) considera a política pública como um sistema entre formulação, resultados e ambiente, recebendo *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Não existe uma única ou melhor definição para o que seja uma política pública (SOUZA, 2006), entretanto, para este estudo, basta ser uma política implementada pelo setor público no uso exclusivo do seu poder de império para ser considerada uma política pública. Nesse sentido, Saravia (2006) expõe que a política pública é elaborada ou decidida por uma autoridade legalmente constituída no âmbito de sua competência e vincula a coletividade.

Para Jannuzzi (2016), política pública é o conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado para solucionar um problema ou promover um objetivo comum da sociedade. Ele expõe que o programa público é um dos instrumentos operacionais das políticas públicas, sendo os programas sociais representantes de um subconjunto do programa público. Nesse sentido, complementa que programas sociais são sistemas administrativos complexos, com vários objetivos e operados por arranjos federativos com diversos processos de trabalho e atividades para que se produzam resultados e impactem na sociedade.

Um exemplo desse tipo de programa é o Programa Bolsa Família, que conta com a participação coordenada da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios.

A Federação é a organização político-territorial baseada no compartilhamento das decisões e da legitimidade entre os níveis de governo (ABRÚCIO, 2007). Nos Estados Unidos, a federação foi formada a partir de um pacto de entidades autônomas que concordaram em perder um pouco de sua autonomia em troca de criar um ente maior que congregasse todas as demais entidades territoriais. Diversamente, no Brasil houve o desmembramento do todo da "União" para criar os estados membros (ABRÚCIO, 2007).

Apesar de haver controvérsias sobre as principais características dos sistemas federativos, há duas que são consensuais entre os autores que tratam desse assunto: divisão territorial de poder governamental e desenho constitucional de suas relações (SOUZA, 2005).

Ainda segundo Souza (2005), essas duas características possibilitam a estruturação e sustentabilidade do sistema federativo em uma nação. A configuração da federação permite a existência de mais de um ente no mesmo território, compartilhando interdependência e responsabilidades de forma mais contratual que hierárquica, com divisão de funções e poderes entre os entes relacionados (SOUZA, 2005).

Como a forma que o Brasil se organiza politicamente e administrativamente impacta na sua capacidade de gerir as políticas públicas, o país tem passado por mudanças com o objetivo de descentralizar - à exceção da previdência - as atividades da política social (educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação) (ARRETCHE, 1999). Segundo a autora, essa realidade diferencia-se da existente no início da década de 1990, quando a gestão de todas as políticas era centralizada pelo governo federal.

A implementação de políticas nacionais depende em grande parte da coordenação da União e de seus instrumentos institucionais para incentivar os níveis subnacionais a seguirem os objetivos gerais traçados (BICHIR, 2014).

Na mesma linha, Abrúcio (2007) considera que o sucesso das políticas públicas em um Estado federal depende da capacidade de instaurar mecanismos de controle mútuos e de coordenação entre os níveis de governo.

Dessa forma, apesar dos esforços da Constituição Federal de 1988 para descentralizar as políticas sociais, o governo federal passou a coordená-las, com o

objetivo de uniformizar a implementação e facilitar a gestão dessas políticas. Souza (2005) conclui que o constitucionalismo brasileiro não foi capaz de sustentar o regime democrático e nem solucionar o problema das desigualdades econômicas entre as regiões.

Fenwick (2009) expôs que a capacidade do governo central do Brasil para evitar a atuação dos governadores determinou o sucesso do fornecimento de bens públicos em toda a federação em matéria de política de proteção social não contributiva. Essa situação acaba confrontando a autonomia dos Estados prevista no federalismo, mas torna-se necessária para possibilitar padrões mínimos capazes de permitir uma atuação em âmbito nacional dessas políticas.

O nível central de governo tem papel fundamental em processos de descentralização de políticas públicas, tanto na direção quanto na coordenação da formulação, da reforma e da implementação dessas políticas (ARRETCHE, 2004). A autora retrata essa situação como um paradoxo, pois, de um lado, busca-se descentralizar as políticas públicas do governo federal para os municípios, por outro lado, o governo central fica responsável por controlar todo o processo, normatizando e regulando-o.

Percebe-se a concordância de diversos autores sobre a importância da atuação da União para o adequado funcionamento das políticas públicas. No caso da União atuando no Bolsa Família, há a forte participação do MDSA na gestão e também da Caixa Econômica Federal como responsável pela execução dos repasses dos recursos.

Abrúcio (2007) critica o modelo de federalismo disposto na Constituição Federal de 1988, que compartilha diversas competências entre os entes federativos, o que acaba resultando em inércia para atuarem em questões relevantes e dificulta a cobrança e responsabilização por essa ausência de ação do Estado, já que não fica claro quem é o ente responsável por executar determinadas atividades, dificultando a responsabilização pela inércia em comum para atuar em cada situação.

Além disso, os benefícios políticos gerados pela ação podem não ser obtidos por outros entes que despenderam esforços e recursos financeiros em prol da política, o que desestimula os gestores dos estados e da União a atuarem nesses casos, já que não obterão retorno político com tais ações, o que acaba resultando no direcionamento dos

dispêndios desses entes a realizarem investimentos em outras ações mais vantajosas politicamente para seus governantes.

Conforme exposto, os principais problemas decorrentes do federalismo estão relacionados com a dificuldade em lidar com redirecionamento de políticas públicas e de lidar com questões macroeconômicas não previstas pelos constituintes de 1988. Estes fatores são mais relevantes que os problemas decorrentes do desenho constitucional, o que mostra o distanciamento entre dispositivos da constituição e a realidade econômica e política do país, que se sobrepõem em detrimento das previsões da constituição (SOUZA, 2005).

Outro ponto abordado por Souza (2005) e que é digno de destaque é a dificuldade de se alcançar o objetivo do federalismo cooperativo, em razão da diferença nas capacidades de implementação de políticas públicas pelos entes subnacionais, decorrentes da disparidade financeira, técnica e de gestão e também devido à ausência de mecanismos que estimulem a efetiva cooperação, o que resulta em um sistema altamente competitivo, distorcendo a proposta de cooperação entre os entes prevista constitucionalmente.

No mesmo sentido, Burlandy et al. (2007, p. 91) destacam que: "um dos maiores obstáculos seja a persistência de uma lógica de relacionamento intergovernamental fortemente competitiva, em detrimento de interações cooperativas".

O Bolsa Família, por ser uma política pública que abrange todo país e envolve repasses constantes de recursos, de informações sobre os beneficiários, inclusão e exclusão conforme a sua situação atualizada, além da necessidade de acompanhamento periódico de condicionalidades, tem trazido desafios para o seu adequado cumprimento pelos entes federativos.

De acordo com Burlandy et al. (2007), nenhum outro programa social no país foi tão dependente da articulação intersetorial das instituições da federação e de diálogo político entre os entes quanto foi o Bolsa Família.

A forma da atuação do governo federal no âmbito do PBF pode ser verificada no artigo 2º do Decreto nº 5.209/2004. Segundo esse dispositivo, a União operacionaliza o Programa Bolsa Família por meio do Ministério do Desenvolvimento

Social e Agrário (MDSA), então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme abaixo:

Art. 2º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome coordenar, gerir e operacionalizar o Programa Bolsa Família e, em especial, executar as seguintes atividades: (Redação dada pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

I - realizar a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família; (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

II - supervisionar o cumprimento das condicionalidades e promover a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados; (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

III - acompanhar e fiscalizar a execução do Programa Bolsa Família, podendo utilizar-se, para tanto, de mecanismos intersetoriais; (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

IV - disciplinar, coordenar e implementar as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família; e (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)

V - coordenar, gerir e operacionalizar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010) (BRASIL, 2004a)

Conforme disciplinado no referido Decreto, a função de coordenação do governo central no Brasil e no caso do PBF demonstra a intenção de manter um padrão e uma uniformidade no tratamento dos beneficiários, para que eles possam ser atendidos de forma a evitar prejuízos em razão da situação econômica e de infraestrutura desigual existente entre os municípios.

A atuação do governo central na coordenação de políticas públicas no Brasil, conforme Burlandy et al. (2007, p. 2), é justificada em razão dos desafios de se coordenar um país de dimensões continentais, com uma variedade de entes envolvidos, somado à realidade social do público-alvo da política:

Dois traços característicos da política social brasileira vêm se destacando enquanto questões-chave a serem enfrentadas: a) os segmentos pobres são os que tradicionalmente têm maiores dificuldades de acessar os bens e serviços sociais, contribuindo para a persistência da desigualdade social; e b) a falta de interação entre os diferentes setores de governo, entre governo e sociedade e a conseqüente dificuldade de coordenação das ações desenvolvidas.

Kerstenetzky (2014) considera que as políticas sociais do Brasil evoluíram de seguros coletivos na década de 1930, que privilegiava os trabalhadores com registro de carteira de trabalho, para uma seguridade social com características universalizantes

na Constituição de 1988, que buscou assegurar a todas as pessoas direitos sociais, sejam na previdência social, ou na assistência social, com uma tendência de gastos sociais crescentes.

Foi nesse contexto que o Programa Bolsa Família começou a ser implementado, representando a principal política social para a população de baixa renda do país, alcançando milhões de famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza.

2.2. Pobreza e Extrema Pobreza

Conceituar pobreza é uma atividade complexa, que pode ser feita sobre o aspecto estritamente econômico ou com incorporação de aspectos não econômicos à análise. A categorização de pobreza pode ocorrer de forma subjetiva, estabelecendo-se o que seria suficiente para satisfazer as necessidades das pessoas ou que seria um nível de privação aceitável, e pode ser estabelecida de forma relativa, quando um indivíduo é comparado a outros sob algum atributo desejado, como renda, condição de emprego ou poder (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Ao tratar da evolução da abordagem a questões sociais como a miséria, a pobreza e as manifestações delas decorrentes, Montaño (2012, p. 3) traz a abordagem da sociologia, que as analisava no período entre os séculos XVI e XIX "não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por ela atingidos". Nesse sentido, com o surgimento da sociologia, houve a separação entre as questões sociais e as questões econômicas.

Assim, segundo Montaño (2012), as causas da pobreza eram atribuídas ao próprio indivíduo que sofria dessa situação, seja por deficiências de educação, onde o indivíduo não sabe agir conforme as leis do mercado, seja por incapacidade de planejamento familiar, ou até mesmo por problema moral-comportamental, como mal gasto de recursos, alcoolismo, ócio e vadiagem. Dessa forma, o enfrentamento desses problemas sociais por parte do Estado ocorria essencialmente por meio de organizações filantrópicas.

A partir de 1834, o tratamento da pobreza com medidas assistenciais e filantrópicas começa a mudar na Inglaterra, com a anulação da "Lei dos Pobres" (*Poor*

Law), de 1601, passando então a se reprimir e castigar os pobres, considerando a pobreza uma questão delitativa, onde os pobres passam a ser vistos como uma ameaça à ordem e, por consequência, resultando na estratificação entre pobres e trabalhadores, de modo que apenas estes possuíam direito à saúde e à assistência social (MONTAÑO, 2012).

Conforme Montañó (2012, p. 6), essa visão muda a partir da expansão capitalista pós-segunda guerra, alterando a abordagem social da pobreza de "caso de polícia" para a "abordagem política", por meio das políticas sociais estatais que a enxerga como um problema de distribuição do mercado, relativo à oferta e demanda de bens e serviços.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a pobreza não pode ser definida de forma única e universal, mas pode-se afirmar que ela se relaciona com carências relacionadas ao não atingimento por parte de um indivíduo de um padrão mínimo de vida conforme as referências socialmente estabelecidas em um contexto histórico (BRASIL, 2001). Os conceitos de pobreza e extrema pobreza podem ser muitos, a depender da região, dos critérios e dos objetivos da conceituação.

Diversos países e organismos internacionais adotam medidas de pobreza com base nos rendimentos ou no poder de consumo das famílias, sendo considerado pobre quem estivesse abaixo desse nível mínimo de capacidade de consumo (BRASIL, 2001). Dessa forma, a linha de pobreza representa o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do valor de referência estabelecido.

No Brasil, o Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, atualizou a faixa de renda *per capita* para fins de enquadramento da pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família, que passou a ser de até R\$ 85,00 para a situação de extrema pobreza e a partir desse valor até R\$ 170,00 para enquadramento em situação de pobreza (BRASIL, 2016).

Apesar de o Brasil possuir um grande número de pessoas abaixo da linha da pobreza, ele não deve ser considerado um país pobre, com recursos escassos, mas deve, sim, ser visto como um país com enorme desigualdade (BRASIL, 2001). O referido estudo expõe que a renda *per capita* dos brasileiros é muito superior a sua linha da

pobreza, o que significa que, caso fosse bem distribuída a riqueza, não haveria um número tão elevado de pobres no país.

Outro argumento nesse sentido é de que a renda *per capita* do Brasil o situa entre o terço mais rico no mundo, reforçando a questão do problema da desigualdade e injustiça social como os reais causadores desse elevado nível de pobreza apresentado no país (BRASIL, 2001).

Autores como Osório, Soares e Souza (2011) definem a pobreza como o estado de privação de um indivíduo abaixo de um mínimo moralmente exigido da sociedade. Expõem também que a pobreza de uma sociedade representa o agregado do estado de privação dos seus membros.

Segundo Osório, Soares e Souza (2011), a única maneira para se erradicar a pobreza extrema seria por meio da concessão de benefício financeiro próximo ao valor considerado como limite para a linha de pobreza. Dessa forma, entendem ser possível a sua erradicação no país. Segundo os autores, o repasse de recursos em quantidade próxima ao limite mínimo estabelecido para a extrema pobreza realmente teria o condão de retirar a grande maioria da população dessa situação de miséria extrema.

Outro aspecto relevante abordado por Osório, Soares e Souza (2011, p. 27) que merece ser ressaltado é a diferença dos impactos do crescimento da economia do país na renda das famílias pobres e nas extremamente pobres:

A resposta é que a pobreza extrema, ao contrário da pobreza em sentido amplo, responde de modo limitado ao crescimento geral da economia. Enquanto a renda das famílias entre a linha de extrema pobreza e outra linha mais elevada – por exemplo, meio salário mínimo – responde bem aos aumentos do emprego e da renda do trabalho e à diminuição da desigualdade entre os trabalhadores, o mesmo não ocorre com a renda dos extremamente pobres, para quem as transferências são fundamentais. Por essa razão, durante o período de unificação dos programas de transferência de renda no PBF e de sua expansão acelerada, o efeito sobre a pobreza extrema foi intenso.

Dessa forma, o Programa Bolsa Família se propõe a combater a pobreza e a extrema pobreza por meio do repasse de recursos e mediante a exigência de condicionalidades para reduzirem a enorme desigualdade socioeconômica existente no país, com vistas a interromper a transferência intergeracional da pobreza e da extrema pobreza.

Osório, Soares e Souza (2011) consideram a definição de pobreza extrema do PBF como a melhor opção para a escolha da linha da extrema pobreza. Segundo eles (p. 11):

Ela parte das definições existentes, aproveita os sistemas de informação já constituídos e todo o conhecimento produzido sobre os beneficiários – efetivos e potenciais – do PBF. Além disso, o PBF se firmou como o principal programa da política de enfrentamento da pobreza nos últimos anos.

Verifica-se que o conceito de extrema pobreza do PBF se utiliza de sistemas de informações relativos aos beneficiários do programa e até mesmo potenciais beneficiários, sendo essa definição considerada a mais adequada, representando um fator positivo, já que o PBF é considerado a maior política de combate à pobreza no país, realizada por meio de transferência de renda aos seus beneficiários.

2.3. Políticas Públicas Sociais de Transferência de Renda

As políticas públicas sociais estão relacionadas com a forma que o Estado decide atuar na questão da proteção social, especialmente sobre a forma de redistribuição dos recursos arrecadados para reduzir as desigualdades estruturais na sociedade, que são resultantes do desenvolvimento econômico, conforme Höfling (2001, p. 2):

políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com a autora, as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, devido aos conflitos entre o capital e o trabalho no decorrer da revolução industrial (HÖFLING, 2001).

Para Jannuzzi (2016), um programa social é um conjunto articulado de atividades para produzir um serviço de interesse comum, solucionar ou mitigar um problema da sociedade como um todo ou em grupos específicos.

Um programa social pode ser realizado por meio de uma política de transferência de renda, que, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2007/2008), contribui para mitigar a ligação entre risco e vulnerabilidade e seus impactos auxiliam na obtenção de melhores resultados na saúde,

educação e alimentação. Essas políticas também favorecem a criação de bases legais para as populações carentes alcançarem os seus direitos sociais.

Apesar disso, Gaetani (1997) considera que a área social desempenha um papel periférico nos governos, trazendo maior interesse sob a ótica clientelista e dos favores políticos que essa camada pode proporcionar com seus votos.

Assim, no Brasil, país em que a burocracia autorreferenciada apresenta uma baixíssima articulação horizontal, somada à posição das atividades assistenciais (ex.: saúde, educação, assistência social) de "pedintes" do comando econômico, acabam resultando em uma "concorrência intergovernamental e não uma convergência sinérgica" (GAETANI, 1997).

No caso do Bolsa Família, há um aspecto positivo, pois esses esforços parecem trazer maior agregação aos entes federados, possibilitando uma atuação integrada e que proporciona melhorias para a população beneficiária, que não está interessada nesses meandros político-administrativos, mas quer ter seus direitos respeitados e garantidos pelo Estado.

Sobre o PBF definir faixas de renda para a seleção da população que será considerada pobre ou extremamente pobre para fins de recebimento dos benefícios, há críticas a essa forma de definição. A primeira é quanto ao valor da renda para receber o benefício, considerada baixa, o que acaba deixando pessoas pobres fora do programa. Nesse sentido, Burlandy et al (2007, p. 88): "...a definição arbitrária de um valor *per capita* muito baixo tende a impossibilitar a inclusão de famílias que, apesar de situada em uma faixa de renda um pouco acima do valor definido, encontram-se também em situação de pobreza".

Outra crítica, também exposta pelos autores, trata da segregação da renda definida para o enquadramento da população com direito ao benefício. No caso do PBF, não há qualquer vínculo a índices como o do salário mínimo ou da inflação, de modo a reajustar esse valor. Isso significa que, caso não ocorram constates reajustes nos valores repassados, a tendência desses programas é de ter os padrões corroídos pela inflação, o que restringiria ainda mais a população que teria direito aos benefícios do Bolsa Família, considerando que os valores têm sido atualizados por meio de Decreto do Presidente da República.

É importante que o Bolsa Família tenha mecanismos que permitam uma seleção justa e adequada da camada da população que terá acesso aos benefícios do programa, além de conseguir proporcionar ao menos os direitos sociais básicos para uma vida com dignidade a toda a população. Conforme Senna et al (2007, p. 88):

uma das mais difíceis tarefas a ser enfrentada por programas focalizados como o PBF é a construção de critérios e mecanismos de seleção dos grupos sociais que serão ou não contemplados, de forma a considerar o conjunto de vulnerabilidades sociais a que esses segmentos estão expostos.

Confirma-se a importância do programa ser justo em seus critérios de seleção da população beneficiária, de modo a se possibilitar que as pessoas que estejam em condição de privação de necessidade básicas possam ser alcançadas pela política pública e consigam superar essa vulnerabilidade, rompendo a barreira da miséria e da pobreza.

Segundo Kerstenetzky (2014), os dois principais paradigmas de políticas públicas sociais são o de programas governamentais para o alívio de situações de pobreza, privação e vulnerabilidade e o outro o de ações e programas sobre a capacidade de resolver problemas sociais, atender necessidades e criar oportunidades.

A autora expõe que, a primeira concepção pressupõe que os problemas sociais são periféricos e residuais, enquanto a segunda é ampla e considera que a economia de mercado gera custos e necessidades sociais que demandam a intervenção protetora e preventiva do Estado, considerando políticas sociais parte integrante do sistema político brasileiro.

Sob a ótica do Programa Bolsa Família, pode-se considerar que ele atua em ambas as concepções, pois as transferências de recursos destinadas às famílias permitem o alívio da situação de privação e vulnerabilidade, já a concepção de resolução de problemas sociais, que busca resolver problemas sociais e criar oportunidades, é relacionada às condicionalidades de educação e saúde, que buscam trazer oportunidades às famílias de educar e cuidar da saúde de suas crianças, com o objetivo de interromper a transferência intergeracional da pobreza.

Uma importante forma de se promover uma política social é por meio da transferência de renda, que é considerada a segunda geração de políticas sociais pós-Constituição de 1988 (CAVALCANTE, 2009).

O Brasil passou recentemente por uma expansão nessa atuação do Estado, tendo atualmente dois grandes programas dessa natureza: o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

Para que a população possa ser beneficiária desses programas do Governo Federal, é necessário que elas estejam inseridas no Cadastro Único, que é o único meio utilizado pela União para controlar os beneficiários do Bolsa Família e de outros programas sociais. Destaca-se que, o simples fato de uma família estar cadastrada não significa que ela será beneficiária do PBF, é preciso que a família se enquadre como possível beneficiária e atenda a requisitos e regramentos dispostos na Lei n. 10.836/2004 (BRASIL, 2004b).

Os programas de transferência condicionada de renda são destinados às pessoas em condições de insegurança alimentar e nutricional, com dificuldade de acesso a alimentos. Grande parte da renda obtida pelos beneficiários desses programas é destinada para compra de alimentos (RESENDE; OLIVEIRA, 2008), especialmente para crianças, impactando também no aumento do cuidado com a saúde (BURLANDY, 2007).

Considerando esses fatores, verifica-se que a transferência condicionada de recursos vem se apresentando como uma política que objetiva amenizar a situação de pobreza das camadas mais pobres do país, buscando uma efetividade junto aos beneficiários.

2.4. Efetividade das Políticas Públicas

A efetividade está ligada à capacidade de alcançar os resultados pretendidos e a avaliação da efetividade de uma política pública demonstra as relações de causalidade da política e a realidade social afetada por ela (MARINHO; FAÇANHA, 2011). Discorrem os autores que a efetividade e a eficiência de um programa são indispensáveis para a sua eficácia e para o conhecimento dos resultados pretendidos, sendo assim, consideram que os programas sociais só serão eficientes caso sejam preliminarmente efetivos e eficazes. Dessa forma, a efetividade "diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos (MARINHO; FAÇANHA, 2011, p. 2).

CASTRO (2006) considera que a efetividade na área pública indica em que medida os resultados da ação trazem benefícios à população, sendo mais abrangente que a eficácia, que só indica se o objetivo foi atingido; a efetividade mostra, portanto se o objetivo trouxe melhorias para a população beneficiária da política pública.

Segundo Marinho e Façanha (2011), a efetividade está relacionada com a implementação e o aprimoramento de objetivos, sendo as organizações consideradas efetivas quando suas realizações possuem credibilidade e apontam para a permanência. Além disso, ressaltam que nas avaliações *ex-post* o objetivo principal é analisar a efetividade de uma política ou programa, para verificar em que medida foram atingidos os resultados esperados e os impactos gerados por eles.

Para Lima (2010, p. 54):

a efetividade se refere ao grau em que a política ou programa produziram mudanças significativas e duradouras nas condições de vida do seu público-alvo (impactos) ou efeitos mais amplos sobre uma comunidade, região e sobre as instituições (efetividade social e efetividade institucional)

Sendo assim, percebe-se que a efetividade de um programa pode ser medida diretamente no seu público-alvo ou mesmo em instituições ou em comunidades e regiões. Para Frasson (2001), a avaliação de impacto avalia a efetividade, que significa os efeitos do projeto no grupo-alvo. Assim, afirma (Frasson, 2001, p. 243):

A avaliação de efetividade é imprescindível na medida em que o projeto pode estar alcançando seus objetivos (eficácia) e os recursos podem estar sendo aplicados adequadamente (eficiência), sem que o projeto esteja respondendo às necessidades ou provocando mudanças reais no público-alvo (efetividade). Daí a necessidade de se criar mecanismos que possibilitem avaliar o impacto dos projetos desenvolvidos.

Além da imprescindibilidade da avaliação da efetividade, Frasson (2001) acrescenta que somente a avaliação da efetividade possibilita estabelecer a causalidade das ações do projeto com o resultado final, podendo-se aplicar modelos experimentais ou quase-experimentais.

Cardoso (2011) em seu estudo sobre eficácia e efetividade de políticas públicas destaca a complexidade da medição da sua efetividade, que deve demonstrar que os resultados se vinculam aos produtos da política pública estudada. Para tanto, a autora considera que são necessárias as seguintes questões: 1- em que medida ocorreu a efetiva mudança nas condições sociais da população analisada no estudo; e 2- em que

medida os resultados das intervenções da política pública se relacionam com os propósitos nela definidos.

De acordo com Jannuzzi (2016, p. 46), a avaliação e a efetividade de uma política pública:

refere-se ao esforço analítico de produzir informação e conhecimento para o desenho, implementação e validação de programas e projetos sociais, por meio de abordagens metodológicas interdisciplinares da pesquisa social, com a finalidade de aprimorar a gestão das intervenções, **seja no cumprimento de seus objetivos (eficácia), nos seus impactos mais duradouros e abrangentes em termos de públicos e dimensões sociais alcançados (efetividade), seja nos custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (eficiência).** (grifos do autor)

Diante das explicações acima, é possível compreender melhor o que é efetividade (os impactos mais duradouros e abrangentes no alcance social) e diferenciá-la dos conceitos de eficácia, que se relacionam com o atingimento de objetivos, e eficiência, que são os custos condizentes com o que se é produzido em termo de escala e complexidade.

Para o estudo proposto neste trabalho, que se propõe a verificar a efetividade do Programa Bolsa Família para beneficiários da Região Nordeste, a identificação da efetividade desse programa será medida comparativamente ao grupo de não beneficiários, de modo a identificar diferenças passíveis de serem atribuídas ao Bolsa Família e que não foram identificadas no grupo contrafactual, de não beneficiários dessa política pública.

3. MÉTODO

A presente pesquisa foi realizada com o método quase experimental, no qual os membros dos grupos com e sem o programa não são selecionados aleatoriamente. O modelo utilizado foi o modelo para comparação com a política pública já em andamento, denominado "modelo somente depois com grupo de comparação" (COHEN; FRANCO, 2008, p. 134).

Esse modelo é utilizado para análises em projetos iniciados, mas que ainda não foram encerrados. O modelo contrasta os resultados obtidos com o grupo submetido à intervenção (beneficiários do PBF) e o outro grupo contrafactual, que não recebeu o tratamento da política.

Conforme Gertler et al (2015, p. 189):

A maioria das avaliações de impacto testa uma hipótese simples incorporada à questão: *o programa tem impacto?* Em outras palavras, *O impacto do programa é diferente de zero?* Responder a esta pergunta requer dois passos:

1. Estimar os resultados médios dos grupos de tratamento e de comparação.
2. Avaliar se existe diferença entre o resultado médio do grupo de tratamento e o resultado médio do grupo de comparação.

Vale ressaltar que esta visão de avaliação de impacto se insere em uma abordagem quantitativa, dentro de um método quase experimental em que são verificadas as diferenças entre o resultado médio do grupo beneficiário do Bolsa Família comparativamente ao grupo não beneficiário. Neste caso, o contexto não adquire muita relevância, em razão da existência dos mesmos fatores interagindo nos dois grupos, portanto, o que difere e deve ser medido é o aspecto comparativo em relação a dois grupos de análise.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo avaliar impactos do Programa Bolsa Família em seus beneficiários da Região Nordeste por meio da análise de dados do Cadastro Único de Programas do Governo Federal (CadÚnico).

Os objetivos específicos estão relacionados com a definição dos grupos de comparação, compostos por beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família. Tais grupos foram formados a partir das pessoas inscritas no CadÚnico, consistindo na identificação do perfil socioeconômico de cada grupo com a posterior realização da comparação entre ambos.

Os critérios de comparação surgiram das variáveis do CadÚnico escolhidas para retratar a realidade socioeconômica das famílias de cada grupo e sua evolução no período de 2012 a 2016, servindo como indicadores para as análises. Com isso, buscou-se obter os "resultados líquidos" do programa, ou seja, o seu impacto (COHEN; FRANCO, 2008).

Quanto ao enquadramento metodológico, trata-se de uma avaliação de política pública, utilizando uma abordagem quantitativa, combinada com análise qualitativa dos principais resultados. O método quantitativo busca garantir a precisão dos resultados, evitando distorções na sua análise e interpretação e promove uma margem de segurança quanto às inferências, sendo aplicado com frequência nos estudos descritivos, que buscam descobrir a relação de causalidade entre os fenômenos (RICHARDNSON, 1999).

Entre as metodologias de avaliação de políticas públicas, supõe-se que existam relações causais e a determinação de impacto exige aplicar modelos experimentais ou quase experimentais, necessitando controlar os efeitos não atribuíveis ao objeto analisado (COHEN; FRANCO, 2008).

A análise qualitativa é utilizada para entender a natureza de um fenômeno social, podendo ser realizada nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos (RICHARDSON, 1999). A abordagem a ser realizada neste trabalho supõe a existência de relações causais do programa em estudo e a evolução socioeconômica do grupo beneficiário.

De acordo com Cohen e Franco (2008, p. 120): "A função do experimento é determinar se cada um dos fatores considerados como possíveis causas está invariavelmente relacionado com o efeito". Segundo os autores, os métodos experimentais, quase experimentais e não experimentais permitem testar as relações causais nas unidades de análise. Destaca-se que o método experimental é o ideal para comparação dos grupos em investigações quantitativas, onde a pesquisa é realizada da mesma maneira que nas pesquisas das ciências naturais, realizadas em laboratório.

Dada a dificuldade dessa forma de análise nas avaliações sociais, há uma reinterpretção do modelo por parte das ciências Sociais. Dessa maneira, são estabelecidos dois grupos diferenciados, onde um sofre a intervenção social (grupo de tratamento) e outro serve como grupo de controle, não se submetendo à política

(MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO; SANTOS, 2005). Apesar disso, a existência desses dois grupos não é garantia de que ambos sejam equivalentes (MINAYO et al., 2005).

Esse modelo serve para programas de combate à pobreza, cujos critérios de seleção mais importantes são os socioeconômicos e a localização rural ou urbana da população (COHEN; FRANCO, 2008).

Dessa forma, para atribuir os impactos gerados pelo Bolsa Família, foi realizada comparação das variações do grupo de controle com as variações no grupo de beneficiários do programa, sendo verificados os resultados passíveis de serem atribuídos ao PBF.

As informações utilizadas nas análises são secundárias, sendo a fonte principal obtida do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), que forneceu dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) referentes à Região Nordeste, no período de 2012 a 2016.

Além disso, informações complementares foram obtidas dos sítios do MDSA, do IPEA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outras fontes, como, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Quanto aos meios, foi realizada pesquisa documental, com análise de documentos oficiais, dados estatísticos e relatórios dos órgãos públicos relacionados com o programa Bolsa Família.

3.1. Grupo pesquisado

Conforme exposto no subtópico anterior, a pesquisa utilizou dois grupos de comparação: beneficiários do Bolsa Família (grupo de tratamento) e não beneficiários (grupo de controle), ambos inscritos no Cadastro Único. Os dados constantes desse cadastro serviram como subsídio para a divisão desses dois grupos distintos.

A definição dos grupos foi realizada a partir de uma "linha de corte" estabelecida em função da renda. A separação considerou o limite de renda *per capita* definido pelo Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 para recebimento dos benefícios do PBF, que é de R\$ 170,00 (BRASIL, 2016). Após essa segregação, os beneficiários do Bolsa Família foram separados em um grupo e os não beneficiários em outro.

Acima desse limite de renda *per capita* só serão encontrados não beneficiários do Bolsa Família no CadÚnico, em razão do limite imposto pelo referido Decreto.

Como o objetivo desse estudo é comparar dois grupos com a maior semelhança possível, optou-se por manter idêntico limite da renda em ambos grupos. Isso significa que apenas famílias com renda média per capita de até R\$ 170,00 poderão receber os benefícios do Bolsa Família. Acima desse valor, até o limite de três salários mínimos por família, é permitida a inscrição no CadÚnico, entretanto, não há possibilidade de se encontrar beneficiários do PBF acima desta renda *per capita*.

A população considerada na pesquisa foi a de inscritos no CadÚnico no período de 2012 a 2016, que sejam moradores de municípios da Região Nordeste. Conforme exposto, o critério de delimitação dos grupos foi baseado na renda *per capita*, de até R\$ 170,00. Assim, ao se obter o total de beneficiários e não beneficiários que se enquadraram nos critérios estabelecidos, considerou-se para o estudo toda a população do grupo que tivesse as informações das variáveis adequadamente informadas para as análises.

A definição dos grupos foi operacionalizada a partir de filtros no banco de dados do CadÚnico até se chegar aos dois grupos definidos no estudo, sendo tais filtros realizados da seguinte maneira:

Em 2012, o total de pessoas inscritas no CadÚnico era de 24.931.880, referentes a 7.174.245 famílias. A partir desse total, o primeiro critério de seleção foi de famílias com renda *per capita* de até R\$ 170,00. Com isso, os números reduziram para 22.652.703 pessoas pertencentes a 6.266.769 famílias.

Já em 2016, foram 32.374.506 pessoas referentes a 11.115.950 famílias. Com a limitação de R\$ 170 *per capita*, os números reduziram para 24.727.588 e 7.922.840, respectivamente.

Verifica-se que houve um considerável aumento de inscritos no CadÚnico com renda máxima de R\$ 170, que passou de 6.266.769 de famílias, com 22.652,703 de pessoas em 2012 para 7.922.840 de famílias, com 24.727.588 pessoas em 2016, um aumento de dois milhões, setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco pessoas no período.

Ao se reunir os dados dos inscritos que mantiveram seu *status* de beneficiário ou de não beneficiário nos anos de 2012 e 2016, ou seja, que não alteraram sua condição no CadÚnico, seja trocando sua condição de beneficiário ou de não beneficiário ou mesmo deixando de compor o CadÚnico, o número de famílias foi de 3.413.094 e de 10.910.160 pessoas, o que representou a intersecção entre os anos de 2012 e 2016, e o número efetivamente analisado neste estudo.

A partir daí, essa amostra foi separada em dois grupos, um de beneficiários do PBF e outro não beneficiário, conforme definido na Tabela Família (Anexo I), na coluna MARC_PBF, onde 1 significa que a família é beneficiária do programa e 0 representa as famílias não beneficiárias do PBF.

Os grupos então apresentaram a seguinte composição: 306.096 famílias não beneficiárias e 10.604.064 famílias beneficiárias do programa. Percebe-se a grande predominância de beneficiários do Bolsa Família no CadÚnico na faixa de renda de até R\$ 170,00.

A principal característica desses grupos, além de serem constituídos por pessoas inscritas no CadÚnico, é que ambos possuem situação econômica semelhante, por apresentarem renda *per capita* familiar muito próximas entre o grupo de beneficiários do Bolsa Família e o de não beneficiários, todas com limite de renda média *per capita* mensal de R\$ 170,00.

Por outro lado, as principais diferenças entre as famílias dos grupos selecionados são o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família e a sujeição a suas condicionalidades, enquanto as famílias do grupo de controle, apesar de apresentarem renda *per capita* familiar muito próxima, não recebem esses recursos nem se sujeitam às condicionalidades do PBF.

3.2. Variáveis selecionadas

As variáveis foram selecionadas em função da sua relação com as condicionalidades do Bolsa Família e com a possibilidade de influenciar na qualidade de vida das famílias e nas condições socioeconômicas da população, conforme o enquadramento das informações de cada pessoa.

Jannuzzi (2005, p. 8) exemplifica indicadores que podem ser utilizados para medir programas:

(...) como indicador-insumo, o volume de recursos do programa, com percentual do orçamento ou em bases *per capita*; como indicadores-processo, os percentuais de famílias cadastradas pelas prefeituras e daquelas efetivamente atendidas, que podem fornecer elementos para a avaliação da eficiência do programa; como **indicador-resultado**, a proporção de famílias em situação de indigência, ou com rendimentos abaixo de determinado valor, medida que deveria refletir o grau de eficácia com que o programa atendeu ao objetivo esperado; como **indicadores-impacto**, a taxa de evasão escolar e a desnutrição infantil, efeitos potenciais do programa implementado que permitem dimensionar a sua efetividade social. (grifos do autor)

Verifica-se a possibilidade de se utilizar diversas variáveis para medir os resultados de um programa. Esse estudo se valeu de variáveis constantes no CadÚnico para realizar a comparação dos grupos definidos na pesquisa. Sendo assim, as variáveis selecionadas foram utilizadas como indicadores para medir a efetividade do Bolsa Família. Dentre os registros existentes nesse Cadastro, conforme detalhamento do Dicionário de Variáveis do Cadastro Único (Anexo I), foram selecionadas as seguintes variáveis, com as respectivas nomenclaturas atribuídas pelo CadÚnico:

Características do local do domicílio (CO_LOCAL_DOMIC_FAM)

Informação (autodeclarada, não oficial) do local onde o domicílio se situa, se urbano ou rural.

Quantidade de pessoas no domicílio

Informa o total de pessoas no domicílio que reside a família. Mais de uma família pode conviver em um domicílio, mas essa informação não é utilizada para o cálculo da renda *per capita* familiar.

Analfabetismo (CO_SABE_LER_ESCREVER_MEMB)

Informa se a pessoa sabe ler e escrever.

Trabalho infantil (IN_TRABALHO_INFANTIL_PESSOA)

Informa se há trabalho infantil na família.

Renda média da família (VL_RENDA_MEDIA_FAM)

Informa o valor da renda média *per capita* da família.

Destino do lixo domiciliar (CO_DESTINO_LIXO_DOMIC_FAM)

Informa como é coletado o lixo: diretamente; indiretamente; queimado ou enterrado; jogado em terreno baldio ou na rua; jogado no rio ou mar; ou se tem outro destino.

Acesso à água canalizada (CO_AGUA_CANALIZADA_FAM)

Informa se o domicílio tem água canalizada.

Forma de abastecimento da água (CO_ABATECE_AGUA_DOMIC_FAM)

Informa como o domicílio é abastecido com água: rede geral de distribuição; poço ou nascente; cisterna; ou outra forma de abastecimento.

Escoamento sanitário (CO_ESCOA_SANITARIO_DOMIC_FAM)

Informa como é realizado o escoamento sanitário do domicílio: rede coletora de esgoto ou pluvial; fossa séptica; fossa rudimentar; vala a céu aberto; direto em rio, lago ou mar; ou outra forma de escoamento.

Calçamento do domicílio (CO_CALCAMENTO_DOMIC_FAM)

Informa se o domicílio é totalmente calçado, parcial ou se não tem calçamento.

Índice de escolaridade (ensino fundamental, médio etc.);

Essas variáveis do Cadastro Único foram as escolhidas para o estudo e serão analisadas nos resultados da pesquisa dispostos no capítulo 4.

3.3. Procedimentos metodológicos e análise de dados

Como procedimento metodológico foi utilizada pesquisa documental a partir dos dados do CadÚnico, sendo possível, devido à grande quantidade de informações constantes neste banco de dados, realizar a avaliação de diversos indicadores socioeconômicos dos grupos selecionados. Esse método de análise costuma ser utilizado na avaliação de políticas públicas e é denominado de *propensity score* ou score de propensão (ROSENBAUM; RUBIN, 1983).

Foram também obtidas informações adicionais por meio da análise documental de bancos de dados públicos, dos quais se destacam: informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que é responsável pela coordenação

Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal; dados do IBGE e IPEA; e dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Quadro 2, abaixo, apresenta os procedimentos metodológicos utilizados em função dos objetivos específicos da pesquisa:

Quadro 2: Objetivos específicos e procedimentos metodológicos

Objetivos específicos:	Procedimentos metodológicos	Detalhamento
<u>Objetivo 1</u> Identificar, entre os inscritos no Cadastro Único, o grupo de beneficiários do PBF e o de não no exercício de 2012 e de 2016.	Pesquisa documental	Analisar a planilha "Dicionário de Variáveis do Cadastro Único" para selecionar o grupo de beneficiários e o de não beneficiários do PBF dentro do limite de até R\$ 170,00 de renda.
<u>Objetivo 2</u> Identificar o perfil socioeconômico do grupo de beneficiários do Programa Bolsa Família e do grupo de não beneficiário desse programa nos municípios em estudo.	Pesquisa documental	A partir dos grupos definidos, realizar a análise das tabelas Pessoa e Família e realizar diagnóstico do perfil socioeconômico de cada grupo no período de 2012 e 2016.
<u>Objetivo 3</u> Comparar a variação dos indicadores socioeconômicos dos grupos e identificar os impactos que podem ser atribuídos ao PBF.	Pesquisa documental e análise quantitativa	A partir do perfil socioeconômico dos grupos, realizar análise das variáveis socioeconômicas verificar as diferenças entre eles no período de 2012 a 2016.
<u>Objetivo 4</u> Elaborar mapas georeferenciados no âmbito municipal, com base no CEP, de acordo com a renda e com o Indicador de Qualidade de Vida.	Pesquisa documental e análise quantitativa	Compor mapas elaborados a partir do CEP dos municípios dos beneficiários com base dos dados obtidos com a renda e o Indicador da qualidade de vida.

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise dos grupos foi realizada com o software R (versão 3.4.2) que associa análise quantitativa com análise qualitativa. A análise qualitativa dos dados foi realizada a partir das variáveis selecionadas do CadÚnico e dos resultados coletados com a pesquisa quantitativa, observando os indicadores socioeconômicos comparados aos dois grupos analisados e sua variação em função do Programa Bolsa Família. Buscou-se identificar a existência de relações causais do PBF com a evolução socioeconômica do grupo beneficiário.

Foram utilizadas estatísticas descritivas das variáveis selecionadas, com: tabelas de distribuição de frequência; medidas-resumo (tendência central, separatrizes e dispersão) e desenvolvimento de um indicador de qualidade de vida, com base nas variáveis selecionadas no CadÚnico.

Além disso, foram elaborados mapas georeferenciados com base no Código de Endereçamento Postal (CEP) dos municípios para as variáveis de renda e para o indicador criado nesse estudo. O georeferenciamento consistiu na utilização das coordenadas geográficas do código postal dos municípios e sua inserção no mapa do Brasil, mais precisamente da Região Nordeste, conforme os dados da renda da população desses municípios. Com essa abordagem, realizou-se uma análise comparativa entre um grupo beneficiário do PBF e outro não beneficiário, de modo a identificar impactos capazes de serem atribuídos ao PBF.

Dessa forma, foi possível verificar no grupo selecionado não beneficiário do PBF o que teria ocorrido com os indivíduos beneficiários do programa caso não tivessem recebido o tratamento. Com isso, foi possível realizar uma análise comparada entre dois grupos com condições socioeconômicas semelhantes, à exceção da intervenção do Bolsa Família.

O estudo da efetividade do Bolsa Família permitiu uma análise mais apurada da causalidade do programa em relação à melhoria de condição socioeconômica de seus beneficiários ou, de outra maneira, caso se verifique que os seus objetivos não estão sendo adequadamente atingidos, os resultados poderão subsidiar ações corretivas na política pública.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Este tópico foi desenvolvido em três subtópicos, a partir dos objetivos específicos da pesquisa, conforme a seguir. Inicialmente foi realizada a caracterização dos grupos de não beneficiários e de beneficiários, após a identificação, entre os inscritos no CadÚnico, dos grupos de beneficiários e não beneficiários do PBF dos municípios da Região Nordeste com renda de até R\$ 170 no período de 2012 a 2016. Em seguida, foi identificada a variação dos indicadores socioeconômicos desses grupos, de modo a se constatar as diferenças observáveis entre eles e passíveis de serem atribuídas ao Programa Bolsa Família.

4.1. Caracterização dos grupos analisados

Os grupos de beneficiários e não beneficiários do PBF foram selecionados entre inscritos no CadÚnico do governo federal e formados com famílias inscritas no CadÚnico localizadas na Região Nordeste, entre as quais foram selecionadas apenas as inscritas com renda média *per capita* de até R\$ 170,00, já que esse é o limitador para que uma família possa ser beneficiária do Bolsa Família. Assim, as famílias com renda média *per capita* a partir de R\$ 170,00 não poderão ser incluídas no PBF, motivo pelo qual foram excluídas da amostra.

Dessa forma, optou-se por escolher os cadastrados não beneficiários do PBF com o mesmo limitador de renda, pelo fato das características socioeconômicas de ambos os grupos ficarem mais próximas, favorecendo a verificação da diferenciação entre os impactos atribuíveis ao programa.

As principais características identificadas nesses grupos são demonstradas nas Tabelas 1 a 3 a seguir. As demais variáveis socioeconômicas e suas evoluções no período 2012-2016 serão expostas no próximo subtópico (4.2.).

A Tabela 1 apresenta a distribuição por estado da Região Nordeste das amostras dos grupos de beneficiários e de não beneficiários e a sua variação geográfica no período 2012-2016:

Tabela 1: Quantidade de não beneficiários e beneficiários por Estado da Região Nordeste

UF/Ano	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%

UF/Ano	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
MA	33,834	33,883	0.14	1,665,550	1,664,547	-0.06
PI	20,389	20,391	0.01	743,189	744,034	0.11
CE	48,713	48,699	-0.03	1,614,163	1,613,966	-0.01
RN	18,630	18,609	-0.11	520,886	521,025	0.03
PB	26,266	26,248	-0.07	826,273	827,190	0.11
PE	47,312	47,238	-0.16	1,615,461	1,615,514	0.00
AL	19,991	19,995	0.02	601,758	599,803	-0.32
SE	11,775	11,846	0.60	390,751	391,573	0.21
BA	79,186	79,187	0.00	2,626,033	2,626,412	0.01
Total	306,096	306,096	-	10,604,064	10,604,064	-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do CadÚnico.

Analisando os dados constantes na Tabela 1, que calculou a variação geográfica percentual da amostra a partir da seguinte equação: (valor em 2016 - ano base)/ano base, em que ano base é o ano de 2012, verifica-se que, no período, ocorreram poucas movimentações das famílias para fora de seus estados.

A partir da definição dos grupos, foi feita uma análise do enquadramento onde residem essas famílias, se em zona urbana ou rural (Tabela 2). Com o total de respondentes não beneficiários de 305.948 e beneficiários 10.603.981 para este item em 2012, foi possível identificar as seguintes proporções:

a) não beneficiários da política: zona urbana: 73,31%; zona rural: 26,68%;

b) beneficiários: zona urbana: 62,32%; zona rural: 37,67%.

Tabela 2: Características do local onde está situado o domicílio

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Urbanas	224,336	223,642	-0.3	6,609,082	6,186,137	-6.4
Rural	81,648	82,401	0.9	3,994,899	4,417,583	10.6
Sem resposta	112	53	-52.7	83	344	314.5
Total	306,096	306,096	-	10604064	10604064	-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do CadÚnico.

Verifica-se que há uma concentração urbana em ambos os grupos, e um maior índice de urbanização no grupo de não beneficiários, com 73,31%, frente aos 62,32% do grupo de beneficiários. Apesar disso, percebe-se uma movimentação em direção ao meio rural no período de 2012-2016, tanto no grupo de não beneficiários, que aumentou 0,9% quanto no de beneficiários, que teve o expressivo aumento de 10,6%.

Conforme citado neste trabalho, no geral, os estudiosos não verificaram diferenças relevantes de impactos do PBF relacionadas com o tipo de domicílio, seja urbano ou rural. Cabe destacar que Melo (2010) indicou diferenças de impactos do PBF em razão do gênero nas localidades rurais, em razão das atividades exercidas no campo pelas meninas serem menos prejudiciais que as dos meninos, os quais acabam trabalhando na produção e em atividades agrícolas e são prejudicados na qualidade de seus estudos, enquanto as meninas acabam em atividades domésticas menos penosas. Com relação aos impactos no meio urbano, que representa a grande maioria da amostra, não foram apontadas diferenças de impactos em razão do gênero.

Outro ponto relacionado com a qualidade de vida da população e que consta do CadÚnico é a quantidade de pessoas nos domicílios. Tais informações estão dispostas na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Quantidade de pessoas no domicílio

N°	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
1	4,914	19,447	295.7	87,917	202,672	130.5
2	13,862	43,535	214.1	560,892	962,281	71.6
3	20,504	52,839	157.7	1,526,114	2,161,201	41.6
4	28,764	56,935	97.9	2,190,681	2,798,576	27.7
5	16,885	30,852	82.7	1,694,065	2,093,481	23.6
6	6,901	11,997	73.8	954,985	1,185,730	24.2
7	2,831	4,277	51.1	508,933	603,861	18.7
8	1,441	2,124	47.4	270,239	304,917	12.8
9	522	859	64.6	135,845	148,170	9.1
10	263	464	76.4	71,308	75,246	5.5
11	122	139	13.9	32,583	33,298	2.2
12	47	80	70.2	17,135	16,789	-2.0
13	12	37	208.3	6,507	6,460	-0.7

N°	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
14	14	19	35.7	2,799	2,824	0.9
15	18	21	16.7	1,358	1,404	3.4
Sem resp	208,996	82,471	-60.5	2,542,703	7,154	-99.7
Total	306,096	306,096	-	10,604,064	10,604,064	-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do CadÚnico.

Uma primeira análise dessa variável que merece atenção é a grande melhora no índice de resposta dos dois grupos. Os não beneficiários tiveram uma variação de 208.996 famílias sem resposta em 2012, reduzindo esse número para 82.471, representando 60,5% de melhora, o que significou um aumento de respostas nesse item de mais de 120 mil pessoas.

Muito mais significativa foi a melhora relativa e em números absolutos do grupo de beneficiários, que passou de uma taxa de não resposta de 2.751.699 e passou para apenas 89.625 não respondentes em 2016, uma redução percentual de 96,7% no período.

Isso demonstra uma grande melhoria na coleta dessas informações no período 2012-2016, especialmente para o grupo de beneficiários do Bolsa Família, que parece ter um acompanhamento e registro dos dados mais efetivo em razão do acompanhamento dos beneficiários do programa, o que resultou em melhor qualidade dos dados inseridos no CadÚnico.

Para demonstrar essa diferenciação entre os grupos no índice de resposta, pode-se comparar o índice de 2012 dos beneficiários, que era de 24% sem respostas, enquanto que os não beneficiários não alcançaram esse percentual nem em 2016, mesmo com a melhora no índice de não resposta, quando chegaram a reduzi-lo para 26,9%, índice ainda considerado alto, frente ao índice de quase 0% dos beneficiários.

Desse modo, com os dados existentes até o ano de 2016, as variações com maior representatividade quantitativa ficaram nas residências com até 6 habitantes para ambos grupos, sendo de 6 pessoas o limite de habitantes da grande maioria da população existente nos dois grupos pesquisados. Vale ressaltar que o aumento no percentual de moradores por residência no período 2012-2016 teve impacto do maior

índice de respostas no ano de 2016, ou seja, a variação no período ocorreu também pelo grande aumento no índice de respostas.

A partir das análises demonstradas nas Tabelas de 1 a 3, pôde-se constatar que:

a) houve pouca mobilidade dos beneficiários entre os estados, com baixíssima mudança em ambos os grupos (Tabela 1);

b) há uma concentração dos domicílios em meio urbano de 73,31% dos não beneficiários e de 62,32% dos beneficiários, com um movimento no sentido do meio rural, que aumentou 0,9% e 10,6%, respectivamente em cada grupo (Tabela 2). Percebe-se que a população beneficiária do PBF tem maior índice rural e, ainda, passou por um aumento significativo do número de domicílios rurais. Essa informação pode servir de subsídio para direcionamento de ações do Bolsa Família, de modo a aperfeiçoar o alcance e melhorar os impactos do programa.

Quanto aos não beneficiários, é possível considerar a hipótese de que a predominância de residências em zonas urbanas contribui para terem menor participação no Bolsa Família. Isso porque as pessoas que se enquadram na faixa de renda apta ao recebimento dos benefícios do PBF e não estão vinculadas ao programa são muito maior em áreas urbanas que em rurais. Em outras palavras, o índice de pessoas teoricamente aptas a se inscrever no PBF e que efetivamente estão inseridas no programa é cerca de 2/3 maior em zonas rurais que nas urbanas, mesmo considerando que nas zonas urbanas o acesso às informações e às instituições oficiais tende a ser mais fácil, o que deveria facilitar esse acesso e gerar maior vinculação ao PBF. Apesar disso, houve maior proporcão de inscritos no Bolsa Família no meio rural.

Nesse contexto, nota-se que há uma concentração urbana dos inscritos no CadÚnico e que o grupo dos beneficiários têm maior proporção de habitantes no meio rural que o grupo dos não beneficiários e, ainda, passaram por aumento nesse índice de mais de 10% no período 2012-2016;

c) com relação à quantidade de pessoas por residência, houve a grande predominância dos domicílios com 2 a 6 pessoas em ambos os grupos (Tabela 3). Vale destacar a maior precisão na coleta das informações do grupo de beneficiários, em razão da maior taxa de resposta apresentada.

Diante das análises realizadas, percebe-se certa uniformidade nas características dos grupos em estudo e na evolução dos seus dados no período 2012-2016. No subtópico 4.2., a seguir, serão analisadas outras variáveis do CadÚnico, com vistas a identificar seu comportamento e buscar identificar eventuais impactos atribuíveis ao Bolsa Família.

4.2. Variação dos indicadores do grupo de beneficiários e de não beneficiários

As análises das variações dos indicadores no período 2012-2016 serão realizadas separadamente, de modo a abranger as variáveis que possuem informações de forma mais ampla dos dois grupos (Indicadores Socioeconômicos) com a resposta da maioria das pessoas dos grupos de não beneficiários e de beneficiários, e as variáveis de educação (Indicadores Educacionais) com questões relacionadas ao nível de instrução e que, em sua maioria, são interdependentes, ou seja, as respostas de um item estão relacionadas a questionamentos subsequentes e, em razão disso, não apresentam índice de resposta tão elevado quanto as demais variáveis.

4.2.1. Variáveis Socioeconômicas

A primeira análise da variação dos indicadores nos dois grupos será sobre o acesso à água encanada, que representa importante recurso que impacta na saúde e na qualidade de vida das famílias. Os resultados dos índices de acesso à água encanada pelos grupos no período 2012-2016 constam na Tabela 4:

Tabela 4: O domicílio tem água encanada?

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	$\Delta\%$	2012	2016	$\Delta\%$
Sim	212,047	226,725	6.9	6,423,050	7,230,225	12.6
Não	91,041	72,221	-20.7	3,973,073	3,159,695	-20.5
Sem resposta	3,008	7,150	137.7	207,941	214,144	3.0
Total	306,096	306,096	-	10,604,064	10,604,064	-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do CadÚnico.

Conforme se verifica na Tabela 4, os dados indicam que os dois grupos obtiveram melhorias no acesso à água encanada no período 2012-2016. Entre os respondentes nos dois anos, no grupo dos não beneficiários houve um aumento de 6,9% de domicílios com acesso à água encanada, representando 14.678 domicílios em

números absolutos, enquanto que no grupo dos beneficiários houve um aumento de 12,6% de domicílios com acesso a esse recurso, o que representou 807.175 novos domicílios.

Em complemento a esses dados, a Tabela 1A, constante no Apêndice deste trabalho, trata da forma de escoamento sanitário dos domicílios. O saneamento básico das casas por meio de rede coletora cresceu em 3,4% nas residências de não beneficiários do programa e 6,2% nas de beneficiários. A utilização de fossa séptica também reduziu em 9,3% e em 6%, respectivamente. Houve também a redução de uso de vala a céu aberto em 45,7% no grupo de não beneficiários e de 72,5% no de beneficiários. Esses números indicam melhorias na forma de saneamento básico no período, mas houve também um aumento do uso da fossa rudimentar em 9,7% no grupo de não beneficiários e 17,4% no de beneficiários.

Percebe-se, no geral, uma grande melhoria no escoamento sanitário dessas famílias, especialmente com a forte redução das valas a céu aberto em ambos os casos, mas com melhores índices nos domicílios de beneficiários do programa. Apesar disso, verifica-se que ainda há grande necessidade de se promover saneamento adequado para essas famílias, conforme verificado nos dados.

Vale ressaltar o número de não respondentes na Tabela 1A que, da mesma maneira que outras variáveis deste estudo, apresentam consideráveis índices de não resposta, o que reduz a precisão dos dados obtidos. Entretanto, verifica-se a tendência de melhorias dos indicadores analisados, contudo, seria interessante que o governo dedique maior atenção e esforços para o correto preenchimento das informações dos inscritos no CadÚnico, de modo a aumentar a precisão dos dados desse Cadastro.

Merece ser comentado também que os dados relativos aos beneficiários do Bolsa Família estão com maior índice de resposta percentual que os dos não beneficiários. Isso ocorre em diversas variáveis analisadas nesse estudo e pode ser decorrente da maior exigência do PBF por dados de seus beneficiários, seja em razão da estruturação dos entes federados para atender ao programa, seja para o acompanhamento da evolução das condições das famílias beneficiárias por parte dos gestores, ou até mesmo para o controle das condicionalidades exigidas dos beneficiários do Bolsa Família.

Outra análise da qualidade das moradias das famílias se refere ao calçamento dos domicílios, conforme a Tabela 2A, que consta do Apêndice deste trabalho. Ao se considerar o período de 2012 a 2016, constata-se que entre os não beneficiários a porcentagem de calçamento total nos domicílios foi de 48,62% para 53,61%, enquanto o índice de calçamento parcial não se alterou e os domicílios sem calçamento reduziram de 43,40% para 38,52%. Já os beneficiários, apresentaram aumento de 32,14% para 42,86% no índice de calçamento total, com índice de calçamento parcial inalterado e os domicílios sem calçamento reduziram de 61,65% para 50,82%.

É possível constatar que os não beneficiários apresentam melhores índices dessa variável, com cerca de 53% de calçamento total, representado moradias de melhor qualidade, comparativamente ao grupo de beneficiários do Bolsa Família, com cerca de 42%. Apesar disso, quando se verifica a variação do período 2012-2016, considerando o aumento do número de respostas a esse quesito, constata-se que os beneficiários experimentaram o dobro da evolução percentual dos domicílios com calçamento total, com um aumento de mais de 10% no índice de resposta nesses cinco anos.

Mecanismos de coleta de lixo também foram aprimorados, com crescente melhoria nos dois grupos pesquisados, especialmente com o aumento da coleta indireta de lixo, que representou a modalidade de coleta com maior expansão relativa e em números absolutos entre as opções constantes nesse quesito do CadÚnico, como pode ser observado na Tabela 5:

Tabela 5: Forma de coleta do lixo

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Coletado diretamente	185,523	198,438	7.0	5,099,330	5,663,100	11.1
Coletado indiretamente	3,645	9,500	160.6	279,467	434,269	55.4
Queimado ou Enterrado	58,343	57,072	-2.2	3,510,016	3,611,713	2.9
Jogado em terreno baldio etc.)	29,117	21,674	-25.6	1,071,334	583,008	-45.6
Jogado em rio ou mar	41	90	119.5	5,307	5,367	1.1
Tem outro destino	26,408	12,173	-53.9	430,507	92,462	-78.5
Sem resposta	3,019	7,149	136.8	208,103	214,145	2.9
Total	306,096	306,096	-	10,604,064	10,604,064	-

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do CadÚnico.

Os resultados mostram, ainda, uma melhora no índice de descarte do lixo em terrenos baldios ou nas ruas ou avenidas nos dois grupos, com redução de 25,6% nas famílias de não beneficiários e 45,6% nas famílias beneficiárias. Verifica-se um aumento do descarte em rio ou mar para os dois grupos, mas, na verdade, em números absolutos esse crescimento foi praticamente nulo, representando aumento de 49 não beneficiários e 60 beneficiários. O que apresentou maior representatividade foi a expansão nos indicadores de melhorias do descarte do lixo por parte dos dois grupos analisados, com índices mais significativos no grupo de não beneficiários.

A qualidade de vida das famílias pode ter relação também com o índice de trabalho infantil das famílias. A Tabela 6 apresenta o comportamento do índice de trabalho infantil nos dois grupos estudados.

Tabela 6: Trabalho infantil na família

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Sim	3,020	1,987	-34.21	258,452	142,973	-44.68
Não	303,056	303,097	0.01	10,345,248	10,460,582	1.11
Sem resposta	20	1,012	4960.00	364	509	39.84
Total	306,096	306,096	-	10,604,064	10,604,064	-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados do CadÚnico

Como pode ser observado na Tabela 6, entre 2012 e 2016 a quantidade de crianças que trabalham no grupo dos não beneficiários reduziu em 1.033 crianças, ou 34% do índice de 2012. O grupo de beneficiários do Bolsa Família apresentou melhor resultado, com redução de 44% no trabalho infantil, significando a retirada de 115.479 crianças do trabalho.

A redução do trabalho infantil parece ter forte relação com a melhoria das condições de vida das novas gerações e pode levar à redução na transferência intergeracional da pobreza, mediante a melhor qualificação das famílias, que é um dos objetivos do PBF.

Os melhores resultados no grupo de beneficiários do Bolsa Família podem ter relação com as condicionalidades ligadas à educação, que têm exigido das famílias que suas crianças tenham índices mínimos de frequência à escola, o que também pode estar contribuindo para a redução do trabalho infantil nessas famílias.

A variável renda declarada é outro importante indicador da qualidade de vida das famílias. A Tabela 7 apresenta a renda média *per capita* declarada pelos não beneficiários do Bolsa Família, enquanto a Tabela 8 apresenta essas informações do grupo de beneficiários:

Tabela 7: Renda média declarada pelos não beneficiários do Bolsa Família (em R\$)

UF	Não Beneficiário – 2012				Não Beneficiário – 2016				
	Mediana	Média	Desv.P	CV%	Mediana	Média	Desv.P	CV%	Δ%
MA	57,50	64,79	47,16	72,8	50,00	61,50	54,53	88,7	-5,1
PI	71,60	73,19	48,78	66,6	65,00	70,11	57,22	81,6	-4,2
CE	83,00	82,34	48,78	59,2	90,00	84,73	55,59	65,6	2,9
RN	82,50	82,12	48,64	59,2	91,00	84,36	55,88	66,2	2,7
PB	75,00	76,70	47,52	62,0	66,00	69,65	57,36	82,3	-9,2
PE	70,00	74,17	47,16	63,6	70,00	76,30	54,06	70,9	2,9
AL	75,00	75,29	47,29	62,8	70,00	72,37	55,98	77,3	-3,9
SE	75,00	76,19	48,24	63,3	70,00	74,75	55,36	74,1	-1,9
BA	70,00	73,39	47,94	65,3	70,00	74,34	55,36	74,5	1,3

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do CadÚnico.

Nota: Desv. P. = desvio padrão; CV = coeficiente de variação.

Tabela 8: Renda média declarada pelos beneficiários do Bolsa Família (em R\$)

UF	Beneficiários 2012				Beneficiários 2016				
	Mediana	Média	Desv. P	CV%	Mediana	Média	Desv. P	CV%	Δ%
MA	25,00	31,31	27,51	87,9	28,00	37,98	36,56	96,3	21,3
PI	21,00	28,75	28,68	99,7	20,00	33,21	37,59	113,2	15,5
CE	33,00	40,16	33,07	82,3	40,00	48,96	41,55	84,9	21,9
RN	36,66	42,35	35,02	82,7	41,00	49,82	42,49	85,3	17,6
PB	31,00	36,62	32,15	87,8	27,00	37,87	39,11	103,3	3,4
PE	34,00	39,46	31,14	78,9	37,00	45,81	40,53	88,5	16,1
AL	33,00	39,93	32,53	81,5	40,00	48,05	42,28	88,0	20,4
SE	37,00	41,49	31,05	74,8	50,00	52,31	38,29	73,2	26,1
BA	33,00	37,00	30,32	81,9	35,00	43,30	38,53	89,0	17,0

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA.

Nota: Desv. P. = desvio padrão; CV = coeficiente de variação.

Antes de analisar essas duas tabelas, é importante informar que os valores da renda mínima e máxima não foram nelas inseridos porque em todos os estados e nos dois grupos foram encontrados os valores mínimos de R\$ 0,00 e máximos de R\$ 170,00, ou seja, todos continham pessoas sem qualquer renda e pessoas com o limite máximo estabelecido para a amostra, que é de R\$ 170,00.

Com base na Tabela 7, que trata da renda média *per capita* dos não beneficiários, é possível calcular o valor médio no âmbito da Região Nordeste, que foi de R\$ 75,02 em 2012. O estado que apresentou o menor valor médio foi o Maranhão, com R\$ 64,79 e o maior valor foi o Ceará, que alcançou renda média de R\$ 82,34.

Ao se realizar essas análises no grupo de beneficiários, conforme dados da Tabela 8, são obtidos os seguintes valores para 2012: renda média da Região Nordeste R\$ 36,95; menor valor médio no estado do Piauí de R\$ 28,75; e maior o Rio Grande do Norte, com R\$ 42,35.

A partir dos dados supra, é possível tecer algumas análises sobre a situação econômica dos dois grupos, dentre as quais:

a) os não beneficiários apresentam uma renda média na Região Nordeste equivalente a mais do dobro da renda dos beneficiários do PBF, com respectivamente R\$ 75,02 e R\$ 36,95;

b) o estado com a menor renda média do grupo de não beneficiários também apresenta a renda média maior que o dobro da do estado com menor renda do grupo de beneficiários, com respectivamente R\$ 64,79 e R\$ 28,75;

c) já o estado com maior renda média do grupo de não beneficiários, atingiu um valor próximo ao dobro do maior valor dos não beneficiários, com respectivamente R\$ 82,34 e 42,35;

d) os dois grupos apresentam grande desigualdade na renda média *per capita*, pois todos os estados apresentaram renda média mínima = R\$ 0,00 e máxima = R\$ 170,00 tanto para o grupo de não beneficiários do Bolsa Família quanto para o de beneficiários;

e) observa-se que a mediana é inferior à média em todos os estados no grupo de beneficiários do Bolsa Família, mostrando que mais da metade dos respondentes recebem valores inferiores ao da média, que é bem inferior a dos não beneficiários. Essa

predominância de valores abaixo da média é perceptível também a partir do elevado desvio padrão apresentado;

f) a grande superioridade de renda do grupo dos não beneficiários é verificada em todos os estados da Região Nordeste, sem qualquer exceção, ou seja, essa predominância se manteve constante em todos estados nordestinos.

A par das análises já realizadas, outro aspecto salutar do programa é que, mesmo com a grande diferença de renda entre os grupos, que indica uma maior fragilidade dos beneficiários, o grupo dos beneficiários conseguiu melhores resultados no período 2012-2016 na redução do trabalho infantil e, também, na redução do índice de analfabetismo das amostras estudadas.

Diante dessa enorme diferença de renda média apresentada entre os grupos no ano de 2012, é possível constatar que os beneficiários do Programa Bolsa Família apresentam uma situação econômica muito inferior à situação dos não beneficiários, o que indica que a política está sendo direcionada e aplicada em famílias com maiores privações econômicas, trazendo maiores retornos e gerando melhores resultados com os recursos utilizados pelo programa.

Analisando a coluna do coeficiente de variação (CV) das Tabelas 7 e 8, em que, quanto maior o CV, mais dispersa é a renda e, quanto menor, mais homogênea é a renda entre as pessoas dos grupos, verifica-se que os não beneficiários apresentam um CV menor, de 64,2% na média dos estados, enquanto os beneficiários apresentaram uma maior dispersão da renda, com 84,3% na média. Isso demonstra que a renda dos não beneficiários é mais homogênea, ou seja, indica menos desigualdade dentro do grupo comparativamente ao grupo dos beneficiários. Apesar disso, os índices de ambos são elevados e indicam uma relevante diferenciação de renda nos grupos.

Quanto à evolução da renda média *per capita* dos dois grupos entre 2012 e 2016, apresentada na coluna ($\Delta\%$) das Tabelas 7 e 8, constata-se um fato interessante: os não beneficiários, apesar de possuírem uma renda maior, apresentaram decréscimo da renda entre 2012-2016. A maior parte dos estados indicou perdas de renda no período, que foram de até -9,2%. Por outro lado, os beneficiários experimentaram aumento nos índices de renda em todos os estados, com crescimento de até 21,3 na variação do estado com o melhor desempenho.

Esses resultados indicam que os benefícios financeiros concedidos pelo Programa Bolsa Família foram capazes de reduzir a desigualdade entre os grupos estudados. Os aumentos nos valores repassados tiveram maior impacto na renda dos beneficiários do que o crescimento da renda obtida pelo grupo dos não beneficiários.

Isso pode ter ocorrido também em razão da crise econômica enfrentada pelo país nos últimos anos, o que aumentou o desemprego e reduziu as ofertas de trabalho, principalmente para as pessoas com baixa qualificação, que normalmente são as de baixa renda. Assim, esses resultados indicam que os recursos repassados pelo PBF contribuíram para amortecer impactos da crise econômica do país, reduzindo a diferença de renda entre os não beneficiários e os beneficiários do programa.

Para confirmar as análises sobre a renda dos dois grupos foi realizado o "Teste T", que serve para comparar o valor da estatística "T" com o valor crítico, conforme um nível de significância, de modo a aceitar ou rejeitar uma hipótese (WOOLDRIDGE, 2013).

Dessa forma, é possível constatar se as médias das amostras dos beneficiários e não beneficiários é significativamente diferente. Assim, a realização do "Teste T" indicará se há diferenças significativas entre os grupos de beneficiários e não beneficiários, com a seguinte hipótese: "há diferença significativa entre as médias de renda das amostras dos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família nos anos de 2012 e 2016", tendo ocorrido os seguintes resultados:

O teste do *p-value* foi próximo de zero, o que faz concluir que, ao nível de confiança de 95% o resultado deve ser considerado significativo, ou seja, a hipótese seria rejeitada apenas se o *p-value* fosse maior que 5%. Conforme Wooldridge (2013, p. 125):

Em vez de fazer o teste em diferentes níveis de significância, é mais informativo responder à seguinte questão: dado o valor observado da estatística t, qual é o menor nível de significância ao qual a hipótese nula seria rejeitada? Esse nível é conhecido como o **p-valor** do teste.

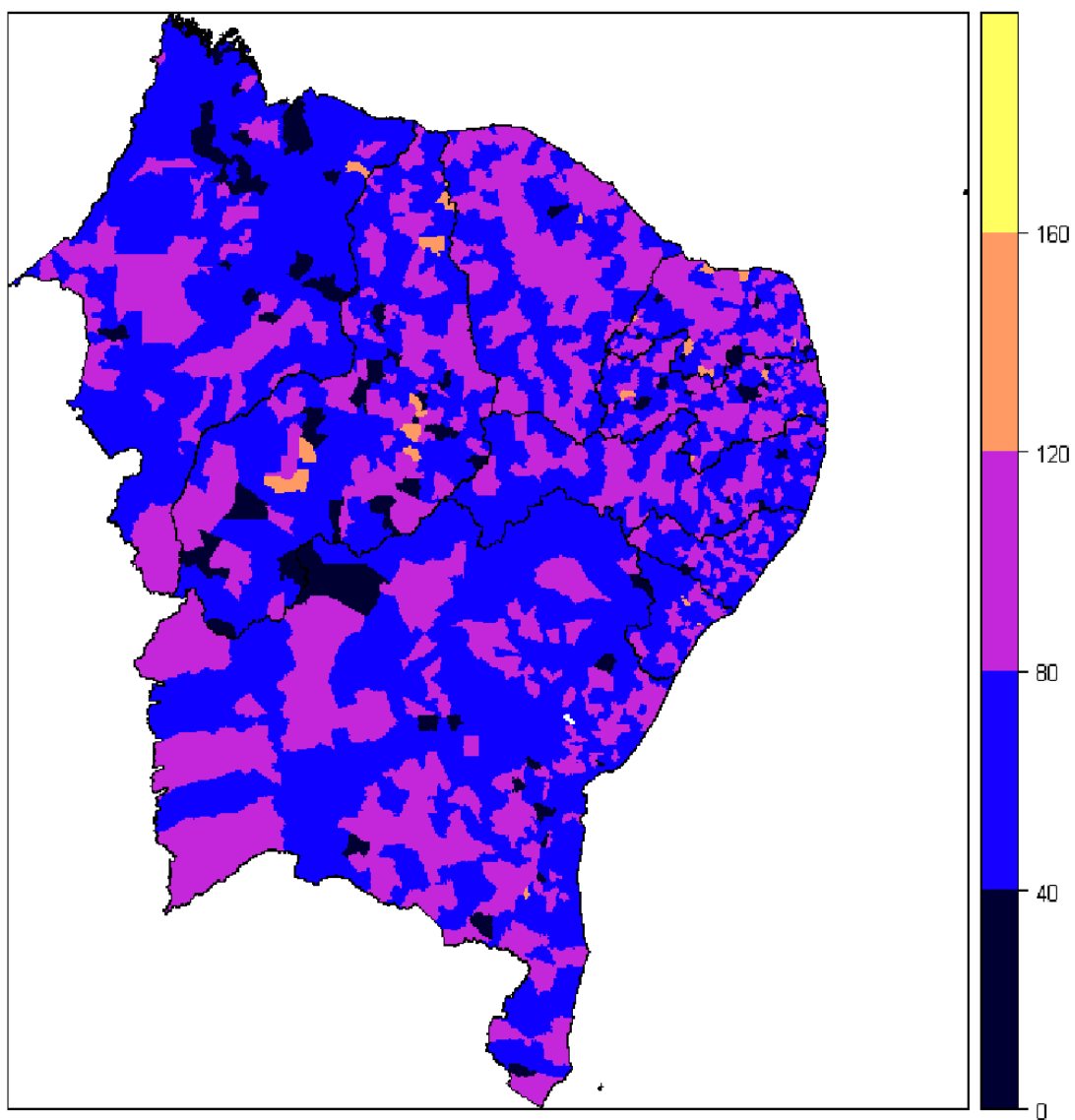
Assim, o Teste T indicou que há diferença significativa na renda entre os grupos de não beneficiários e beneficiários. Além disso, os valores encontrados demonstram que a renda é estatisticamente maior para os não beneficiários em 2012 e em 2016, com os seguintes valores médios da renda:

a) em 2012: beneficiários R\$ 41.63015; não beneficiários R\$ 77.03870;

b) em 2016: beneficiários R\$ 47.49975; não beneficiários R\$ 85.42418.

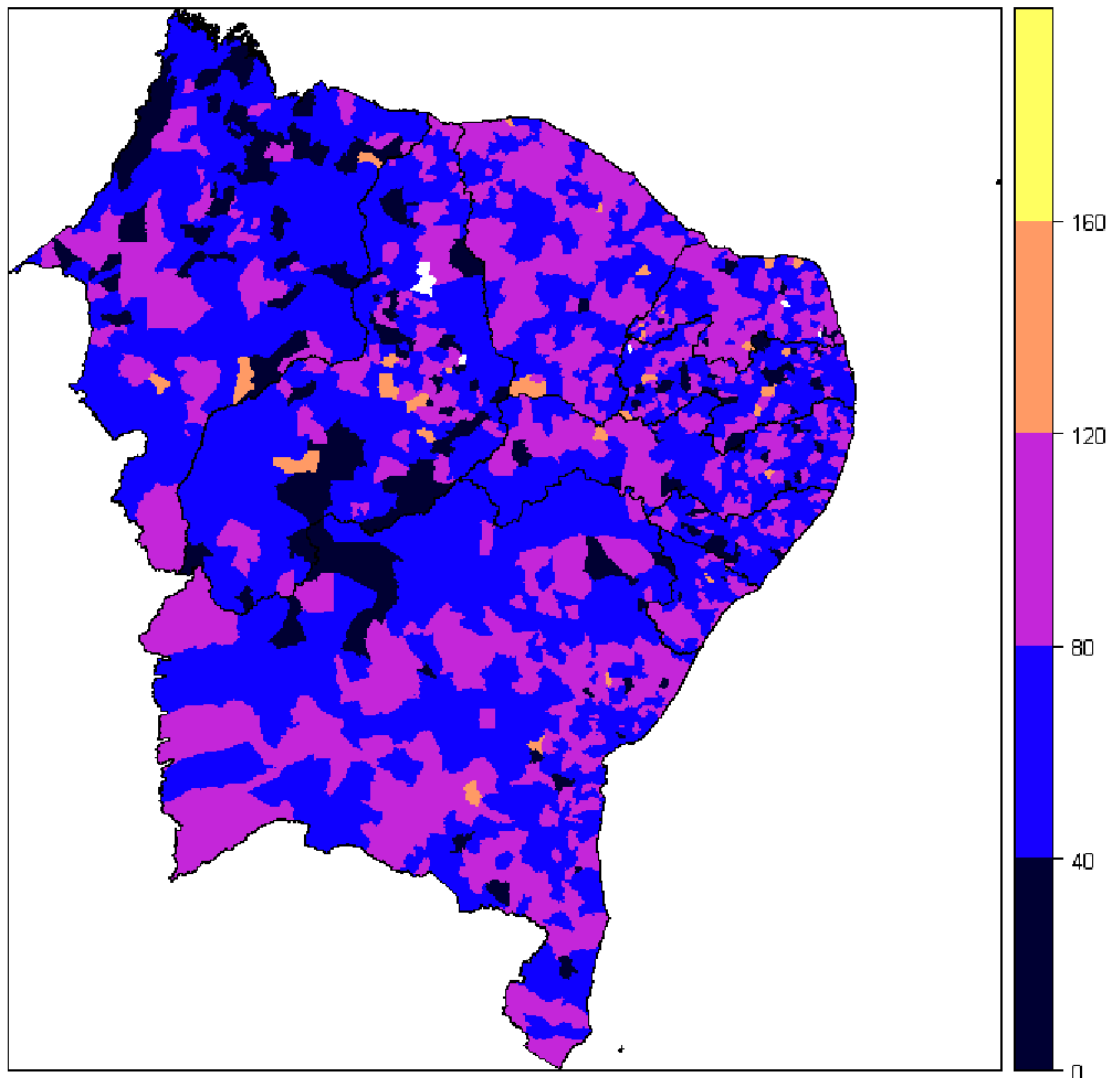
Em complemento às tabelas de renda, e com o objetivo de ilustrar a composição da renda nos municípios estudados e a sua evolução no período 2012-2016, foram elaboradas as Figuras 2 e 3, relativas ao grupo de não beneficiários e as Figuras 4 e 5, relativas ao grupo de beneficiários. O georeferenciamento foi realizado a partir do Código de Endereçamento Postal (CEP) dos Municípios da Região Nordeste e as figuras apresentam coloração conforme a faixa de renda média mensal verificada nos municípios, sendo escalonadas em faixas de 40 reais para cada cor, conforme a seguir:

Figura 2: Distribuição da renda georeferenciada por município (não beneficiários - 2012)

Renda Média por Município - Não Beneficiários do Bolsa Família - 2012

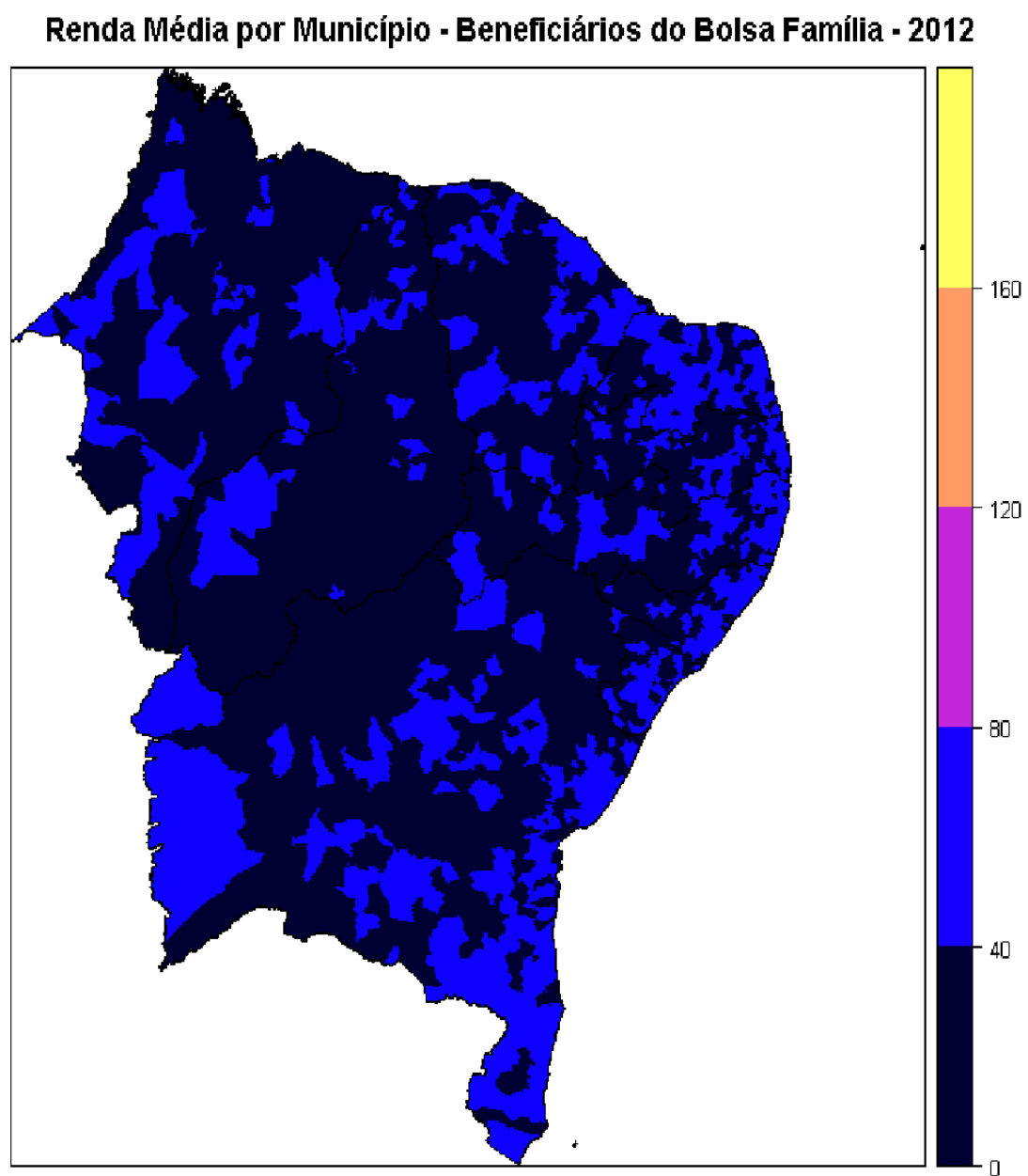
Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA

Figura 3: Distribuição da renda georeferenciada por município (nãobeneficiários - 2016)

Renda Média por Município - Não Beneficiários do Bolsa Família - 2016

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA.

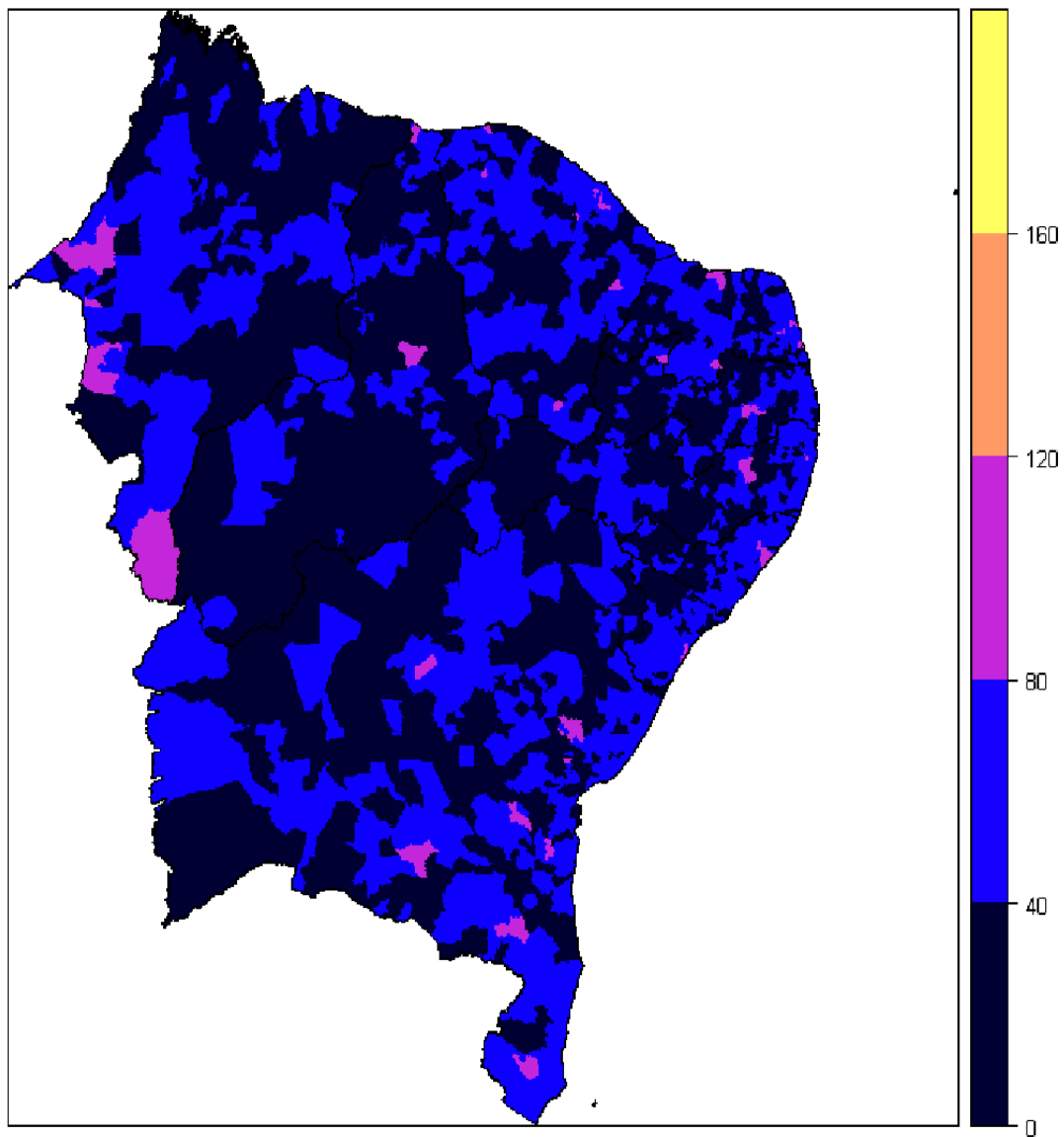
Figura 4: Distribuição da renda georeferenciada por município (beneficiários - 2012)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA.

Figura 5: Distribuição da renda georeferenciada por município (beneficiários - 2016)

Renda Média por Município - Beneficiários do Bolsa Família - 2016



Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA.

A visualização das Figuras 2 a 5 permite algumas análises:

a) a renda dos não beneficiários é maior nos dois períodos, com predominância das cores azul e rosa, das faixas de renda de R\$ 40 a R\$ 120. Já a renda do grupo de

beneficiários, ficou menor, com predominância das cores preta e azul, entre R\$ 0 e R\$ 80;

b) o grupo de não beneficiários demonstrou uma leve redução na renda no período 2012-2016, com redução da cor rosa e aumento das cores azul e preta;

c) os beneficiários do PBF apresentaram evolução na renda entre 2012-2016, perceptível pela redução da cor preta e aumento da cor azul e surgimento da cor rosa em alguns municípios. Além disso, percebe-se nos dois anos que a costa do litoral Nordeste apresentou melhor renda média dos municípios no geral, com quase a totalidade dos municípios na cor azul, indicando renda entre R\$ 40 e R\$ 80 comparativamente ao interior da Região, que apresentou a maior parte da renda média de R\$ 0 a R\$ 40.

A partir daqui será realizado um estudo das variáveis educacionais dos grupos pesquisados.

4.2.2. Variáveis Educacionais

Como informado, a partir deste subtópico as demais variáveis são inter-relacionadas, de modo que uma resposta leva obrigatoriamente a outra questão, a depender do que for respondido em cada sequência, à exceção da variável "Pessoa sabe ler e escrever?". Isso impactará no número de respondentes das demais variáveis, que irá reduzir por não haver necessidade de que todos a respondam, mas essa situação não impede que seja realizada comparação entre os dois grupos estudados neste trabalho, conforme verifica-se nas demais tabelas a seguir.

A primeira variável analisada não sofre esse tipo de inter-relação, de modo que foi respondida por amplo número de pessoas nos dois grupos. A Tabela 9 apresenta as informações sobre os índices de analfabetismo declarados pelos grupos pesquisados:

Tabela 9: Pessoa sabe ler e escrever?

	Não Beneficiário			Beneficiário			Total		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Sim	247,376	252,468	2.06	8,263,747	8,682,757	5.1	8,511,123	8,263,747	-2.91
Não	57,248	52,890	-7.61	2,335,168	1,921,240	-17.7	2,392,416	2,335,168	-2.39
Sem Resposta	1,472	738	-49.86	5,149	67	-98.7	6,621	5,148	-22.25
Total	306,096	306,096	0.00	10,604,064	10,604,064	0.0	10,910,160	10,604,063	-2.81

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA

A quantidade de pessoas que não sabiam ler e escrever diminuiu em ambos grupos no período analisado, o que representa um fator positivo. A maior queda do analfabetismo ocorreu entre as pessoas que são beneficiárias do Bolsa Família, que possuía 2.335.168 pessoas, ou 22% do grupo e reduziu para 1.921.240 pessoas, significando -18,1% da amostra. Dessa forma, foi constatado que 413.928 pessoas do grupo de beneficiários deixaram de ser analfabetas no período 2012-2016.

No grupo de não beneficiários também ocorreu uma redução do número de analfabetos, mesmo com o aumento dos respondentes, mas essa melhoria foi mais modesta do que a apresentada pelos beneficiários do PBF. Foi alcançada uma redução de 7,61% desse índice, referente a 4.358 pessoas a menos que declaravam ser analfabetas.

O melhor desempenho na redução do analfabetismo identificado no grupo dos beneficiários do Bolsa Família pode ser atribuído ao aumento no tempo de estudo que esse grupo pôde obter, seja em razão da redução do trabalho infantil ter sido mais forte nesse grupo, o que permitiu às crianças dedicarem mais tempo aos estudos ou às aulas, seja pela exigência de frequência mínima às aulas por parte do grupo de beneficiários, que pôde contribuir para aumentar o tempo dessas crianças na escola.

Esses fatores podem ter sido responsáveis pela maior redução da taxa de analfabetismo no grupo dos beneficiários do Programa Bolsa Família e podem contribuir também para uma melhoria nos índices de escolaridade dessas famílias.

A partir de agora, serão analisadas variáveis que apresentam respostas inter-relacionadas e tratam dos índices de escolaridade dos grupos estudados. A Tabela 10 apresenta dados do acesso das famílias à escola ou creche da rede pública ou privada, conforme a seguir:

Tabela 10: Frequenta escola ou creche?

	Não Beneficiário			Beneficiário			Total		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Sim, pública	92,610	77,916	-15.9	4,787,376	4,814,619	0.6	4,879,986	4,787,376	-1.9
Sim, particular	6,005	7,252	20.8	161,112	215,832	34.0	167,117	161,112	-3.6
Não, já frequentou	144,649	173,289	19.8	3,832,804	4,775,758	24.6	3,977,453	3,832,804	-3.6
Nunca frequentou	49,191	41,271	-16.1	1,721,272	797,322	-53.7	1,770,463	1,721,271	-2.8
Sem Resposta	13,641	6,368	-53.3	101,500	533	-99.5	115,141	101,499	-11.8
Total	306,096	306,096		10,604,064	10,604,064		10,910,160	10,604,063	

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA.

Com a taxa de analfabetismo reduzida, conforme análises realizadas da Tabela 9, é possível identificar um aspecto relacionado com a Tabela 10, que é a redução do índice de pessoas que nunca havia frequentado escola ou creche. Como era esperado após as análises da Tabela 9, houve redução nos índices de pessoas que nunca frequentaram escolas ou creches nos dois grupos estudados, com melhores resultados verificados no grupo dos beneficiários do PBF, que obtiveram redução de 53,7%, com menos 923.950 pessoas nessa condição, frente à redução de 16,1% entre os beneficiários, com menos 7.920 pessoas que nunca frequentaram escola ou creche.

Para o período 2012-2016, os dados também apontam um aumento da utilização do ensino particular pelos dois grupos, sendo que o de não beneficiários reduziu a utilização da rede pública em 15,9%, enquanto os beneficiários praticamente não alteraram esse percentual, com aumento de apenas 0,6%. Os dados indicam ainda que o percentual de pessoas que já frequentaram escolas ou creches, mas atualmente não frequentam cresceu nos dois grupos, 19,8% e 24,6%, para não beneficiários e beneficiários, respectivamente.

A Tabela 11 faz uma descrição dos cursos que os componentes dos dois grupos frequentam. Conforme exposto no dicionário da base de dados do CadÚnico (Anexo I), essa resposta é obrigatória para quem respondeu 1 ou 2 na Tabela 10 (1-Sim, rede pública ou 2-Não, rede particular).

Tabela 11: Curso que a pessoa frequenta

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Creche, Pré-Escola, Classe de Alfabetização e Alfabetização de Adultos	7,494	4,311	-42.5	746,381	350,153	-53.1
Ensino Médio Regular, Especial e EJA (supletivo)	19,358	18,912	-2.3	402,764	908,531	125.6
Pré-Vestibular	6	7	16.7	165	260	57.6
Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado	375	849	126.4	2,728	12,701	365.6
Sem resposta	210,640	222,244	5.5	5,697,091	5,574,398	-2.2
Total	306,096	306,096	0.0	10,604,064	10,604,064	0.0

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do MDSA

O envelhecimento dos respondentes durante o período analisado pode ter contribuído para a diminuição da quantidade de crianças nas creches e na classe de alfabetização nos dois grupos, considerando que novos entrantes não são considerados nas amostras, apenas as pessoas que participaram no período 2012-2016 são mantidas nas análises.

A Tabela 11 demonstra poucos avanços nos cursos do grupo de não beneficiários, com exceção do aumento de pessoas no curso superior e na pós-graduação, que melhoraram em 126,4% no período. Os beneficiários apresentaram melhores índices, com aumento de 365,6% no curso superior e pós-graduação e 125,6% no ensino médio, regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses resultados reforçam o melhor desempenho no quesito educação para o grupo de beneficiários do Bolsa Família no período analisado.

A Tabela 12 inserida abaixo, apresenta informações sobre o ano e a série que a pessoa frequenta, e, conforme consta na descrição do CadÚnico (Anexo I), essa informação deve ser obrigatoriamente respondida se na Tabela 11 a resposta foi que a pessoa frequenta o ensino fundamental ou médio, exceto o médio especial.

Tabela 12: Ano e série que a pessoa frequenta

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Primeiro e Segundo	27,577	22,980	-16.7	1,280,311	1,258,847	-1.7
Terceiro e Quarto	21,760	19,350	-11.1	1,155,833	1,099,851	-4.8
Quinto e Sexto	20,214	17,896	-11.5	1,009,019	1,119,187	10.9
Sétimo e Oitavo	16,599	15,388	-7.3	600,200	894,149	49.0
Nono	1,173	2,783	137.3	91,978	276,250	200.3
Sem resposta	218,773	227,699	4.1	6,466,723	5,955,780	-7.9
Total	306,096	306,096	0.0	10,604,064	10,604,064	0.0

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do CadÚnico.

Verifica-se na Tabela 12 uma redução acumulada ao longo das séries cursadas e uma concentração elevada no nono ano em 137,3% para os não beneficiários. Esta concentração acompanha o último ano a ser cursado pelos beneficiários do programa e chega a 321,8% em 2012, conforme se verifica na Tabela 13, disposta logo abaixo.

Ao se analisar o grupo de beneficiários, constata-se um aumento crescente a partir do quinto e sexto anos em 10,9%, seguido de 49% para o sétimo e oitavos anos e mais de 200% para o nono ano. Estes resultados sugerem que as crianças estão dando continuidade aos estudos. Com isso, a presença da criança na escola tende a reduzir a jornada de trabalho infantil ou mesmo afastá-la, contribuindo também para a redução da taxa de analfabetismo identificada neste estudo.

Vale destacar o aumento de 4,1% no número de respondentes no período 2012-2016 para os não beneficiários e a redução em 7,9% no grupo de beneficiários, Conforme a Tabela 12 demonstra, o que acaba contribuindo para alterações nos índices obtidos nessas análises.

Por fim, cabe ressaltar que os resultados obtidos pelos dois grupos estão sujeitos a impactos de outros programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa de Cisternas, Tarifa Social de Energia elétrica. Apesar disso, como os dois grupos são passíveis de serem atingidos por essas políticas, não há distorções na análise comparativa entre tais grupos.

A seguir, o último subtópico trata de um indicador criado neste estudo com base nas informações obtidas no CadÚnico e visa possibilitar uma comparação entre a qualidade de vida das pessoas em função de seus dados sociais informados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas sociais são utilizadas como instrumento para combater a pobreza nos países e deveriam ter grande atenção dos governos, dada a fragilidade em que as pessoas de baixa renda vivem, como é o caso de milhões de pessoas no Brasil.

A partir das análises desse estudo, foi possível constatar que os grupos estudados estavam enquadrados em características socioeconômicas muito similares, conforme proposto e detalhado na metodologia. Isso permitiu que as modificações nos índices das variáveis selecionadas do CadÚnico fossem relacionadas com a participação ou não no Programa Bolsa Família, de modo a possibilitar mais um estudo sobre essa relevante política pública para o país e que atende milhões de famílias pelo Brasil.

Neste trabalho optou-se por concentrar os esforços de análise na Região Nordeste, que é responsável por mais da metade dos beneficiários do Bolsa Família existentes no país. Entretanto, vale ressaltar a possibilidade de extrapolar as constatações aqui realizadas para as demais regiões do país, considerando que as características socioeconômicas dos inscritos no CadÚnico são bastante semelhantes pelo país.

Conforme exposto no decorrer do trabalho, os impactos do crescimento da economia na qualidade de vida da população são diferenciados nas famílias na faixa de renda da extrema pobreza e nas famílias na linha da pobreza. Dessa maneira, faz-se necessário que as políticas públicas tenham condições de tratar ambas as faixas de renda, especialmente a da extrema pobreza, cujas famílias vivem em situação de grave fragilidade e possuem pouca capacidade para obter benefícios diretamente da melhoria da situação econômica do país.

Assim, a transferência de renda mostra-se extremamente importante para as famílias em condição de extrema pobreza, por encontrarem-se em situação de extrema fragilidade, o que prejudica sua capacidade de reação para melhorar suas condições e aproveitar as oportunidades advindas do crescimento econômico e aumento dos empregos em seu país.

As análises constantes no item 4.1. demonstraram que os dois grupos estudados apresentaram características muito semelhantes de distribuição geográfica na Região Nordeste, com baixo índice de mudança entre os estados em que as famílias

residem (Tabela 1). Outro ponto verificado foi a predominância de residências em ambientes urbanos, com maior índice no grupo dos não beneficiários com 73,31%, enquanto os beneficiários do PBF apresentaram índice de 62,3% de população urbana (Tabela 2).

Como as áreas urbanas tendem a ter melhores estruturas de serviços públicos, como hospitais, escolas, creches etc. seria importante que os gestores do programa considerassem efetivamente essa situação, visando minimizar eventuais desigualdades entre os beneficiários em razão das diferenças de infraestrutura local relacionada às condicionalidades do programa.

Constatou-se também que o grupo de beneficiários apresentou menor índice de urbanização e ainda teve um maior índice de deslocamento para o meio rural, com o aumento de 10,6% dessa população, frente ao índice inferior a 1% do grupo de não beneficiários do programa. Quanto ao tamanho das famílias, houve uma predominância de 2 a 6 pessoas em ambos grupos, tanto em 2012 quanto em 2016 (Tabela 3). Essas análises reforçaram as semelhanças entre os grupos analisados, além do limite de renda média *per capita* de 170 reais.

Outro ponto digno de nota se refere às condicionalidades do PBF, pois a questão dos impactos dessas condicionalidades merece mais atenção, especialmente para tentar garantir maior efetividade das exigências feitas aos beneficiários do programa. Caso seja possível aumentar a efetividade por meio de ajustes nas condicionalidades, principalmente considerando a melhoria dos serviços públicos prestados de saúde e educação, isso representaria importantes melhorias nos resultados do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, destaca-se a importância das condicionalidades do programa, as quais beneficiam as famílias e permitem aos entes estatais diagnosticarem fragilidades nos serviços públicos prestados, de modo a adequá-los, beneficiando não apenas as famílias inseridas no Bolsa família, mas também a comunidade usuária dos serviços públicos aprimorados.

A necessidade de ajustar as condicionalidades pode ser pensada em razão do amadurecimento esperado dos beneficiários, considerando que o programa existe desde 2004 e já se passaram mais de 13 anos, o que permitiria expandir as exigências de saúde e educação como, por exemplo, ir além da simples cobrança de frequência escolar, considerando o desempenho dos alunos e a taxa de aprovação. Essa medida seria mais

efetiva se fossem incentivadas melhorias na qualidade do ensino prestado pelos municípios às crianças e aos adolescentes.

No que se refere ao valor repassado pelo programa ser considerado ainda insuficiente para afastar o trabalho infantil, trazendo uma dupla jornada para as crianças, pode ser esperada uma maior efetividade das condicionalidades de saúde e educação caso esses recursos sejam majorados.

Além da constatação neste estudo da redução do trabalho infantil para as famílias beneficiárias do programa, que já pode impactar na melhoria do desempenho dos alunos, esse aumento de renda pode possibilitar a melhoria da qualidade da alimentação e das instalações físicas, além do aumento dos recursos destinados aos alunos, que pode ter impacto também nas condições de saúde da família.

Com relação ao aumento dos recursos transferidos às famílias, apesar de ajudar na melhoria das condições socioeconômicas dos beneficiários, seria necessário considerar o risco de certa acomodação com o recebimento do benefício, o que demandaria a criação de mecanismos para melhor controlar a permanência dos beneficiários, bem como de alguns incentivos para obtenção de empregos.

Sobre os eventuais trabalhos a serem realizados em pesquisas futuras, além do desenvolvimento do indicador de qualidade de vida a ser proposto a seguir, poderiam ser desenvolvidos estudos sobre o custo resultante da imposição de condicionalidades, comparativamente aos benefícios desse controle. Tal abordagem já foi objeto de estudo em outros países e demonstrou um elevado custo para esse controle, o que pode ser uma importante informação para eventuais ajustes no programa brasileiro.

Uma abordagem ambiciosa, mas que merece ser alvo de estudos futuros, é a verificação dos resultados gerados com os recursos do Programa Bolsa Família e comparar com os custos relativos à sua gestão, bem como dos seus repasses. Essa análise poderia dar fortes subsídios sobre a pertinência de se manter, ampliar ou reduzir o programa.

Por fim, como maior constatação deste trabalho, foi que entre os dois grupos pesquisados, apesar dos não beneficiários do Bolsa Família terem melhores condições sociais e maior renda média *per capita*, mais precisamente o dobro dessa renda frente aos beneficiários, os índices de educação e trabalho infantil encontrados no período 2012-2016 apontaram para melhores desempenhos dos beneficiários do programa, o que

indica que as condicionalidades de presença na escola estão contribuindo para a redução do trabalho infantil e para desenvolver os índices de educação das famílias.

Nesse sentido, a hipótese do estudo apontada no item "1.3. Problema de pesquisa e objetivos" foi a de que: "o Programa Bolsa Família foi capaz de gerar impactos socioeconômicos significativamente superiores em seus beneficiários, por meio do repasse de recursos e de suas condicionalidades, comparativamente aos não beneficiários do programa". Sendo assim, é possível considerar que essa hipótese efetivamente foi identificada nos resultados, especialmente em razão da redução do trabalho infantil, melhores índices de escolaridade e, também, pela melhor evolução da renda para os beneficiários do programa no período 2012-2016.

Ainda assim, vale reforçar a importância de se aprimorar as condicionalidades, de modo que possam contribuir ainda mais para a efetividade do Programa Bolsa Família, como aumentar a exigência de melhoria na qualidade da vida escolar dos filhos dos beneficiários, além da já existente necessidade de presença mínima na escola. Também a existência de programas complementares de acesso ao emprego e capacitação profissional possibilitariam melhores resultados para a qualidade de vida dos beneficiários.

Por fim, sugere-se a criação de um índice capaz de medir o nível de qualidade de vida dos beneficiários depois de determinado período de implementação do Programa Bolsa Família, que pode ser denominado Indicador de Qualidade de Vida (IQV), conforme a seguir:

Como produto dessa pesquisa foi proposta a criação de um Indicador de Qualidade de Vida com variáveis do CadÚnico. Para o indicador proposto foram selecionadas 10 variáveis do CadÚnico conforme o Quadro 3, abaixo. Para cada item podem ser atribuídas pontuações de acordo com a sua contribuição para a qualidade de vida do grupo analisado, de modo que o IQV criado possa representar o somatório das pontuações atribuídas em todos esses 10 itens.

Quadro 3: Itens do CadÚnico propostos para a criação do indicador de qualidade de vida

Trabalho infantil na família
Sim
Não
Pessoa sabe ler e escrever?
Sim
Não
Curso mais elevado que a pessoa frequentou
1 - Creche
2 - Pré-escola (exceto CA)
3 - Classe de Alfabetização - CA
4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), 1ª fase do 1º grau
5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginásial), 2ª fase do 1º grau
6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
7 - Ensino Fundamental Especial
8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
9 - Ensino Médio Especial
10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
14 - Alfabetização para Adultos (Mobral e outros)
15 - Nenhum
Características do local onde está situado o domicílio
Urbano
Rural
Domicílio tem água encanada
Sim
Não
Forma de abastecimento de água
Rede geral de distribuição
Poço ou nascente
Cisterna
Outra forma
Forma de escoamento sanitário
Rede coletora de esgoto ou pluvial
Fossa séptica
Fossa rudimentar
Vala a céu aberto
Direto para um rio, lago ou mar
Outra forma
Calçamento
Total
Parcial
Não Existe
Quantidade de pessoas no domicílio
Até 2 pessoas

De 3 a 4 pessoas
De 5 a 7 pessoas
De 8 a 10 pessoas
mais de 10 pessoas
Forma de coleta do lixo
1 - Coletado diretamente
2 - Coletado indiretamente
3 - Queimado ou enterrado na propriedade
4 - Jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida etc.)
5 - Jogado em rio ou mar
6 - Outro destino

Fonte: elaborado pelo autor.

Para calcular o indicador seria somada a pontuação atribuída em cada um dos 10 itens de modo a obter, em números, a qualidade de vida de cada pessoa, considerando vários aspectos relativos a sua condição de vida, de acordo com as declarações registradas no CadÚnico.

É importante atentar-se para o risco de subjetividade do indicador proposto. Sendo assim, que as variáveis selecionadas devem estar devidamente amparadas por referências/pesquisas que demonstrem a sua contribuição para a qualidade de vida das pessoas.

Dessa forma, podem ser atribuídas diferentes pontuações para cada variável, de modo a se estabelecer o *score* de cada questão, mas deve haver a preocupação em dar maior pontuação para as condições que indicam melhor qualidade de vida, com a consequente redução da pontuação atribuída a cada subitem conforme se reduz a condição de qualidade de vida das opções existentes no questionário.

A utilização desse índice pode auxiliar na análise da realidade social das famílias, bem como informar sobre os impactos das diversas políticas públicas em seu público alvo, trazendo importantes informações para melhoria das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de administração pública*, Rio de Janeiro, v. 41, p. 67-86, 2007.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.
- AMARAL, E. F. D. L.; MONTEIRO, V. D. P. Avaliação de Impacto das Condiionalidades de Educação do Programa Bolsa Família. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, 2013.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.
- BICHIR, R. M. *Os mecanismos de coordenação federal do Programa Bolsa Família*. Brasília: MDS; Sagi, 2014.
- BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Controladoria-Geral da União. Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (2012). Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/bolsafamilia2012.pdf>>. Acesso em 11 out/2017.
- _____. Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm> Acesso em: 12 jun/2016.
- _____. Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jun. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em 12 jun/2016.
- _____. Decreto n. 8.794, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8794-29-junho-2016-783290-publicacaooriginal-150682-pe.html>>. Acesso em: 15 ago/2016.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios*. Brasília, DF: IBGE, 2006. Disponível em: <

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38156.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4049>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Bolsa Família 2003 a 2010: avanços e desafios*. Brasília, DF: IPEA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livro_bolsafamilia2003-2010_vol2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). *Cadastro Único: quem pode se cadastrar*. 2015a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/quem-pode-se-cadastrar>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Bolsa Família: saiba quais são as regras para participar do programa. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/bolsa-familia-saiba-quais-sao-as-regras-para-participar-do-programa>>. 2017b. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Acompanhamento das condicionalidades de saúde alcança terceiro melhor resultado da história. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2017/setembro/06092017_boletim_BFInforma.html>. 2017c. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. *Pagamento mensal – 2016*. 2017a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados/bolsa-familia/pagamento-mensal-2016>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). *Manual de Gestão do Programa Bolsa Família*. 2. ed. Brasília, DF: MDS, 2015b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Pobreza multidimensional: questões conceituais e metodológicas para seu dimensionamento SAGI/MDS*. 2015c.

BRASIL. Presidência da República (PR). Casa Civil. *Exposição de Motivos nº 47, de 20 de outubro de 2003*. 2003. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD_06NOV2003.pdf#page=132>. Acesso em 20 jan. 2017.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441-51, 2007.

_____; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política pública social brasileira? *Rev. Katál*. v1. n1. Florianópolis, p. 86-94. jan/jun. 2007.

- CAMPELLO, T. NERI, M. C.; *Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10_anos.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.
- CARDOSO, E.; SOUZA, A. P. *The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil*. Nashville: Department of Economics/Vanderbilt University, 2004. Disponível em: <<http://www.accessecon.com/pubs/VUECON/vu04-w07.pdf>>.
- CARDOSO, A. S. C. S. Análise de eficácia e efetividade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, 294 p. Belém (2011).
- CASTRO, R. B. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. *ENANPAD 2006, 30 Encontro ANPAD 23 a 27 de setembro/2006* - Salvador/BA.
- CAVALCANTE, P. L. Programa Bolsa Família: descentralização, centralização ou gestão em redes?. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 60, n. 1, p. 29-46, jan./mar. 2009.
- CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na Renda e na Educação, nos anos de 2004 a 2006. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan./abr. 2013.
- COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. *A pobreza como um fenômeno multidimensional*. RAE-eletrônica, v.1, n. 2, jul-dez/2002.
- DERANI, C. Política pública e a norma política. *Revista da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n.41, p.19-28, jul. 2004.
- FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para Além da Renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31 n. 92, out/2016.
- FENWICK, T. B. Avoiding governors: the success of Bolsa Família. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 102-131, 2009.
- FOGUEL, M. N. Diferenças em diferenças. In: MENEZES FILHO, N. A. (Org). *Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016. p. 99-126.
- FRASSON, I. *Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf?sequence>>. Acesso em 26 fev 2018.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GAETANI, F. Gestão e avaliação de políticas sociais: subsídios para a discussão. Brasília, MARE/ENAP. Texto para Discussão 14, Brasília, abril/1997. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/documents/586010/601535/14texto.pdf/dd603c67-b0d1-4b38-a920-c43f6eef474e>>. Acesso em 12 dez/2017.

- GERTLER, P. J.; MARTINEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. J. 2015. *Avaliação de Impacto na Prática*. Banco Mundial, Washington, 2015.
- GLEWWE, P; KASSOUF, A. L. *The impact of the Bolsa Escola/Familia conditional cash transfer program on enrollment, grade promotion and drop out rates in Brazil*. Brasília, DF: Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2008.
- HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- HUNTER, W. POWER, T. J. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics & Society*, Miami, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.
- HUNTER, W.; SUGIYAMA, N. B. Transforming Subjects into Citizens from Brazil's Bolsa Família. *Perspectives on Politics*, Indiana, v. 12, n. 4, p. 829-845, dec. 2014.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília, DF, v.56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005.
- _____. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Alínea, 2016.
- KERSTENETZKY, C. L. *Políticas Públicas sociais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Fluminense, 2014. (Texto para Discussão, n. 92). Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD92.pdf>>.
- LICIO, E.; RENNO, L.; CASTRO, H. C. de O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-54, jun./2009.
- LIMA, V. F. A. Tendências da Avaliação no Âmbito das Políticas Públicas - Desafios e Perspectivas. *I Seminário Internacional & III Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos* (2010). Disponível em: <<http://arcus-ufpe.com/files/semeap10/semeap1003.pdf>>. Acesso em 25/2/2018.
- MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. *Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro, abr/2001. IPEA. Texto Para Discussão n. 787.
- MARQUES, R. M.; LEITE, M. G.; MENDES, A.; FERREIRA, M. R. J. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 11, p. 114-132, jan./mar. 2009.
- MEDEIROS, M.; BRITO, T.; SOARES, F. *Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: contribuições para o debate*. (Texto para Discussão, n. 1.283). 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4540>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- MELO, R. M. S.; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 48, n. 3, p. 635-657, 2010.

- MENENGUIM, F. B.; FREITAS, I. V. B. *Aplicações em avaliação de Políticas públicas: metodologia e estudo de caso*. IPEA - Núcleo de estudos e pesquisas do Senado Federal - Textos para Discussão 123, mar/2013.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P.; SANTOS, N. C. Métodos, Técnicas e Relações em Triangulação. In: MINAYO, M. C. de S., ASSIS, S. G. de, SOUZA, E. R. de. *Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2005. p. 71-100.
- MONTAÑO, C. Pobreza, "questão social" e o seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr/jun 2012.
- NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. As bases municipais da votação de Lula em 2006. *Cadernos do Fórum Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 15-25, fev. 2007.
- OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. IPEA - Texto Para Discussão 1619, maio/2011.
- PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano 2007-2008*. 2008. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2007-8-portuguese.pdf>>. Acesso em: 10 jan2017.
- _____. *Relatório do desenvolvimento humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano*. 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.
- RESENDE, A. C. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os Gastos das Famílias Brasileiras. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, abr./jun. 2008.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHA, S. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, 2008.
- ROSENBAUM, P.; RUBIN, D. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. *Biometrika*, Britain, v. 70, n. 1, p. 41-55, apr.1983.
- RUA, M. G. *Políticas públicas*. Brasília, DF: Capes/ UAB, 2009.
- SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In: _____; FERRAREZ, E. *Políticas Públicas*. Brasília, DF: Enap, 2006. p. 13-17.
- SENNA, M. C.; BURLANDY, L; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 86-94, Jun/2007.
- SILVEIRA NETO, R. D. Impacto do programa Bolsa Família sobre a frequência à escola: estimativas a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílio (PNAD). In: CASTRO, J. A. de, MODESTO, L. *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 53-72.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 269-301, nov.2008.

SOARES, S; SÁTYRO, N. O *Programa Bolsa Família*: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.(Texto para Discussão, n. 1424). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. *Avaliação de Políticas e Programas do MDS: resultados*. v. 2. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

TESTA, M. G.; FRONZA, P.; PETRINI, M.; PRATES, J. C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-1542, 2013.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

WORLD BANK. *Salvaguardas contra a reversão dos ganhos sociais durante a crise econômica no Brasil*. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/469091487328690676/pdf/112896-WP-P157875-PORTUGUESE-PUBLIC-ABSTRACT-SENT-afeguardingBrazilEnglish.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

ZUCCO, C. A governabilidade num segundo governo Lula. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE CIÊNCIA POLÍTICA DO URUGUAY (AUCIP), 1, 2006, Montevideo. *Anais...*Montevideo: [s.n.], 2006.

_____. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal of Latin American Studies*, v.40, n. 1, p. 29-49, 2008.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Tabelas complementares do Cadastro Único

Tabela 1A: Forma de escoamento sanitário

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Rede coletora de esgoto ou pluvial	92,400	95,530	3.4	2,101,894	2,232,239	6.2
Fossa séptica	64,665	58,671	-9.3	1,751,032	1,646,582	-6.0
Fossa rudimentar	90,466	99,259	9.7	3,561,942	4,181,681	17.4
Vala a céu aberto	41,003	22,284	-45.7	1,007,778	276,969	-72.5
Direto para um rio, lago ou mar	488	1,023	109.6	27,242	42,563	56.2
Outra forma	4,667	2,872	-38.5	146,424	89,229	-39.1
Sem Resposta	12,407	26,457	113.2	2,007,752	2,134,801	6.3
Total	306,096	306,096	-	10,604,064	10,604,064	-

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do CadÚnico.

Tabela 2A: Calçamento nos domicílios

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Total	46,132	109,561	137.5%	2,526,194	3,677,192	45.6%
Parcial	7,559	17,478	131.2%	487,314	604,632	24.1%
Não Existe	41,185	89,905	118.3%	4,846,050	6,105,020	26.0%
Sem Resposta	211,220	89,152	-57.8%	2,744,506	217,220	-92.1%
Total	306,096	306,096	0.0%	10,604,064	10,604,064	0.0%

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados do CadÚnico.

Tabela 3A: Forma de abastecimento de água

	Não Beneficiário			Beneficiário		
	2012	2016	Δ%	2012	2016	Δ%
Rede geral de distribuição	205,783	212,344	3.2	5,895,952	6,316,840	7.1
Poço ou nascente	62,244	55,114	-11.5	2,809,396	2,412,976	-14.1
Cisterna	3,158	7,601	140.7	505,775	832,370	64.6
Outra forma	31,903	23,887	-25.1	1,185,005	827,735	-30.1
Sem Resposta	3,008	7,150	137.7	207,936	214,143	3.0
Total	306,096	306,096	0.0	10,604,064	10,604,064	0.0

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do CadÚnico.

ANEXOS

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Cadastro
Conhecer
para incluir Único

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Informações das pessoas do Cadastro Único

Dicionário de Variáveis do CadÚnico - Versão 7

TB_PESSOA						
Ordem	Campo	Coluna - Arquivo Base Versão 7	Tam	Tipo	Domínio/Descrição	Nulo
1	SIS	CD_IBGE_CADASTRO	7	N	Númérico de sete algarismos descrevendo a UF e o município. Preenchido pelo Sistema do Cadastro Único.	Não
2	SIS	CO_FAMILIAR_FAM	11	N	Código Familiar – Sequência numérica atribuída a cada família cadastrada, gerada pelo Sistema do Cadastro Único, que faz a vinculação entre o domicílio, a família e as pessoas que a compõem.	Não
3	SIS	MARC_PBF	8	N	1 - Beneficiário PBF 0 - Não Beneficiário PBF	Não
4	SIS	CO_CHV_NATURAL_P ESSOA	11	N	Número do membro da Família - Sequência numérica atribuída a cada pessoa cadastrada, gerada pelo Sistema do Cadastro Único, que faz a vinculação entre a pessoa e a família que a compõem.	Não
5	SIS	DT_CADASTRAMENT O_MEMB	8	N	Data de cadastramento da Pessoa no CadÚnico formato AAAA-MM-DD Esta data é gerada no momento em que as informações da pessoa coletadas nos Formulários de Cadastramento são incluídas no Sistema do Cadastro Único (V7). Portanto, difere da data da entrevista, preenchida pelo entrevistador quando as informações são coletadas nos Formulários.	Sim
6	SIS	CO_EST_CADASTRAL _MEMB	1	N	Estado cadastral da pessoa: 3 - CADASTRADO 5 - AGUARDANDO ATRIBUIÇÃO NIS 6 - AGUARDANDO ALTERAÇÃO DE CARACTERIZAÇÃO	Não
7	10.02	IN_TRABALHO_INFAN TIL_PESSOA	1	N	Trabalho infantil na família 1 - Sim 2 - Não	Sim
8	4.02	NO_PESSOA	70	TXT	Nome da pessoa	Não
9	4.03	NU_NIS_PESSOA	11	N	NIS - Número de Identificação Social. Pessoal, único e intransferível, identifica as pessoas cadastradas. Gerado pelo agente operador (CAIXA).	Sim
10	4.04	NO_APELIDO_PESSOA	34	TXT	Apelido/Nome Social da pessoa	Sim
11	4.05	CO_SEXO_PESSOA	1	N	Sexo 1 - Masculino 2 - Feminino	Sim
12	4.06	DT_NASC_PESSOA	8	N	Data de nascimento da pessoa no formato AAAA-MM-DD	Não

13	4.07	CO_PARENTESCO_RF_PESSOA	2	N	Relação de parentesco com o RF - Identifica a pessoa da família como Responsável pela Unidade Familiar, parente ou não parente dele. 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF 2 - Cônjuge ou companheiro(a) 3 - Filho(a) 4 - Enteadado(a) 5 - Neto(a) ou bisneto(a) 6 - Pai ou mãe 7 - Sogro(a) 8 - Irmão ou irmã 9 - Genro ou nora 10 - Outro parente 11 - Não parente	Sim
14	4.08	CO_RACA_COR_PESSOA	1	N	Cor ou raça 1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Amarela; 4 - Parda; 5 - Indígena; dependendo da opção marcada no formulário	Sim
15	4.09	NO_COMPLETO_MAE_PESSOA	70	TXT	Nome da mãe	Sim
16	4.10	NO_COMPLETO_PAIP_PESSOA	70	TXT	Nome do pai	Sim
17	4.11	CO_LOCAL_NASCIMENTO_PESSOA	1	N	Local de nascimento 1 - Neste município (Onde está sendo feito o cadastramento) 2 - Em outro município 3 - Em outro país	Sim
18	4.12	SG_UF_MUNIC_NASC_PESSOA	2	TXT	UF de nascimento da Pessoa	Sim
19	4.13	NO_IBGE_MUNIC_NASC_PESSOA	35	TXT	Nome do Município de nascimento da Pessoa	Sim
20	4.13	CO_IBGE_MUNIC_NASC_PESSOA	7	N	Código IBGE do Município de nascimento da Pessoa	Sim
21	4.14	NO_PAIS_ORIGEM_PESSOA	40	TXT	Nome do país de nascimento da Pessoa.	Sim
22		CO_PAIS_ORIGEM_PESSOA	4	N	Código do País de nascimento da Pessoa.	Sim
23	4.15	CO_CERTIDAO_REGISTRADA_PESSOA	1	N	Pessoa registrada em cartório 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento - Pessoa registrada, mas não tem Certidão porque perdeu ou qualquer outro motivo. 3 - Não - Pessoa que nunca foi registrada, não tem a Certidão de Nascimento e nenhum outro documento de identificação. 4 - Não sabe - Pessoa que não sabe se foi registrada nem possui documentos, exceto Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI).	Sim
24	5.01-A	CO_CERTIDAO_CIVIL_PESSOA	1	N	Tipo de Certidão 1 - Nascimento 2 - Casamento 3 - RANI (Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena) 4 - Óbito	Sim
25	5.01-1	NO_CARTORIO_PESSOA	70	TXT	Nome do cartório da certidão	Sim
26	5.01-2	CO_LIVRO_CERTIDAO	8	TXT	Livro da certidão	Sim
27	5.01-3	CO_FOLHA_CERTIDAO	4	TXT	Folha da certidão	Sim
28	5.01-4	CO_TERMO_CERTIDAO	8	TXT	Termo da certidão	Sim
29	5.01-5	DT_EMISSAO_CERTIDAO	8	N	Data de emissão da da certidão formato AAAA-MM-DD	Sim
30	5.01-6	SG_UF_CERTIDAO	2	TXT	UF da Certidão	Sim
31	5.02	NU_CPF_PESSOA	11	N	CPF da Pessoa - O Responsável pela Unidade Familiar deve apresentar CPF ou Título de Eleitor. Apenas número de CPF válido é cadastrado.	Sim

32	5.03-1	NU_IDENTIDADE_PESSOA	16	TXT	Número da Carteira de Identidade da Pessoa	Sim
33	5.03-2	CO_COMPLEMENTO_PESSOA	5	TXT	Complemento do número da Carteira de Identidade da Pessoa	Sim
34	5.03-3	DT_EMISSAO_IDENT_PESSOA	8	N	Data de emissão da Carteira de Identidade da Pessoa, formato AAAA-MM-DD	Sim
35	5.03-4	SG_UF_IDENT_PESSOA	2	TXT	UF da Carteira de Identidade da Pessoa	Sim
36	5.03-5	SG_ORGAO_EMISSOR_PESSOA	8	TXT	Órgão Emissor da Carteira de Identidade da pessoa	Sim
37	5.04-1	NU_CART_TRAB_PREV_SOC_PESSOA	7	N	Número da Carteira de Trabalho e Previdência Social da pessoa	Sim
38	5.04-2	NU_SERIE_TRAB_PREV_SOC_PESSOA	5	N	Série da Carteira de Trabalho e Previdência Social da pessoa	Sim
39	5.04-3	DT_EMISSAO_CART_TRAB_PESSOA	8	N	Data da emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social da pessoa, formato AAAA-MM-DD	Sim
40	5.04-4	SG_UF_CART_TRAB_PESSOA	2	TXT	UF da Carteira de Trabalho e Previdência Social da pessoa	Sim
41	5.05-1	NU_TITULO_ELEITOR_PESSOA	13	N	Número do Título de Eleitor da Pessoa	Sim
42	5.05-2	NU_ZONA_TIT_ELEITOR_PESSOA	4	N	Zona do Título de Eleitor da Pessoa	Sim
43	5.05-3	NU_SECAO_TIT_ELEITOR_PESSOA	4	N	Seção do Título de Eleitor da pessoa	Sim
44	6.01	CO_DEFICIENCIA_MEMB	1	N	Pessoa tem deficiência – Conforme declaração do Responsável Familiar 1 - Sim 2 - Não	Sim
45	6.02-1	IN_DEF_CEGUEIRA_MEMB	1	N	Deficiência Cegueira: 1 - Opção marcada	Sim
46	6.02-2	IN_DEF_BAIXA_VISAO_MEMB	1	N	Deficiência Baixa Visão: 1 - Opção marcada	Sim
47	6.02-3	IN_DEF_SURDEZ_PROFUNDA_MEMB	1	N	Deficiência Surdez severa: 1 - Opção marcada	Sim
48	6.02-4	IN_DEF_SURDEZ_LEVE_MEMB	1	N	Deficiência Surdez leve: 1 - Opção marcada	Sim
49	6.02-5	IN_DEF_FISICA_MEMB	1	N	Deficiência Física: 1 - Opção marcada	Sim
50	6.02-6	IN_DEF_MENTAL_MEMB	1	N	Deficiência Mental: 1 - Opção marcada	Sim
51	6.02-7	IN_DEF_SINDROME_DOWN_MEMB	1	N	Deficiência Down: 1 - Opção marcada	Sim
52	6.02-8	IN_DEF_TRANSTORNOMENTAL_MEMB	1	N	Deficiência Transtorno mental: 1 - Opção marcada	Sim
53	6.03-1	IN_AJUDA_NAO_MEMB	1	N	Ajuda Terceiros não recebida: 1 - Opção marcada	Sim
54	6.03-2	IN_AJUDA_FAMILIA_MEMB	1	N	Ajuda Terceiros família: 1 - Opção marcada	Sim
55	6.03-3	IN_AJUDA_ESPECIALIZADA_MEMB	1	N	Ajuda Terceiros Especializada: 1 - Opção marcada	Sim
56	6.03-4	IN_AJUDA_VIZINHO_MEMB	1	N	Ajuda Terceiros vizinhos: 1 - Opção marcada	Sim
57	6.03-5	IN_AJUDA_INSTITUICAO_MEMB	1	N	Ajuda Terceiros instituição rede social: 1 - Opção marcada	Sim
58	6.03-6	IN_AJUDA_OUTRA_MEMB	1	N	Ajuda Terceiros outra forma: 1 - Opção marcada	Sim
59	7.01	CO_SABE_LER_ESCREVER_MEMB	1	N	Indica se a pessoa sabe ler e escrever 1 - Sim 2 - Não	Sim
60	7.02	IN_FREQUENTA_ESCOLA_MEMB	1	N	Indica se a pessoa frequenta escola ou creche 1 - Sim, rede pública - Informa-se série e grau de instrução. 2 - Sim, rede particular - Informa-se série e grau de instrução. 3 - Não, já frequentou - Informa-se última série concluída com aprovação e conclusão do curso 4 - Nunca frequentou	Sim

67	7.07	CO_CURSO_FREQUENTA_MEMB	2	N	Curso que a pessoa frequenta - Preenchimento obrigatório se a resposta foi 1 ou 2 na variável in_frequenta_escola_memb. 1 - Creche 2 - Pré-escola (exceto CA) 3 - Classe de Alfabetização - CA 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos) 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos) 6 - Ensino Fundamental especial 7 - Ensino Médio regular 8 - Ensino Médio especial 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª) 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª) 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo) 12 - Alfabetização para adultos (EJA, etc.) 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado 14 - Pré-vestibular	Sim
68	7.08	CO_ANO_SERIE_FREQUENTA_MEMB	2	N	Ano e série que a pessoa frequenta - Preenchimento obrigatório se a resposta foi 4, 5, 6, 7 ou 8 na variável "co_curso_frequenta_memb" 1 - Primeiro(a) 2 - Segundo(a) 3 - Terceiro(a) 4 - Quarto(a) 5 - Quinto(a) 6 - Sexto(a) 7 - Sétimo(a) 8 - Oitavo(a) 9 - Nono(a) 10 - Curso não-seriado	Sim
69	7.09	CO_CURSO_FREQ_PESSOA_MEMB	2	N	Curso mais elevado que a pessoa frequentou - Preenchimento obrigatório se a resposta foi 3 na variável in_frequenta_escola_memb. 1 - Creche 2 - Pré-escola (exceto CA) 3 - Classe de Alfabetização - CA 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos) 7 - Ensino Fundamental Especial 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal) 9 - Ensino Médio Especial 10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª) 11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª) 12 - Ensino Médio EJA (Supletivo) 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado 14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.) 15 - Nenhum	Sim
70	7.10	CO_ANO_SERIE_FREQUENTOU_MEMB	2	N	co_ano_serie_frequentou_memb - Último ano e série frequentado pela pessoa - Preenchimento obrigatório se a resposta foi 4, 5, 6, 7, 8 ou 9 na variável "co_curso_frequenta_memb" 1 - Primeiro(a) 2 - Segundo(a) 3 - Terceiro(a) 4 - Quarto(a) 5 - Quinto(a) 6 - Sexto(a) 7 - Sétimo(a) 8 - Oitavo(a) 9 - Nono(a) 10 - Curso não-seriado	Sim

71	7.11	CO_CONCLUIU_FREQ UENTOU_MEMB	1	N	A pessoa concluiu o curso - Preenchimento obrigatório se a resposta foi 4, 5, 6, 7, 8 ou 9 na variável "co_curso_frequenta_memb". 1 - Sim - A pessoa concluiu o curso mais elevado que frequentou. 2 - Não - A pessoa não concluiu o curso mais elevado que frequentou.	Sim
72	8.01	CO_TRABALHOU_SE MANA_MEMB	1	N	Pessoa trabalhou na semana passada - Informa se a pessoa exerceu, na semana anterior à entrevista, trabalho com ou sem remuneração. Preenchido somente para pessoa com 14 anos de idade ou mais. 1 - Sim - É considerado trabalho tanto o exercício de atividades remuneradas quanto o exercício de atividades não remuneradas. As tarefas domésticas ou atividades de subsistência não são consideradas trabalho. 2 - Não - Pessoa que, na semana anterior à entrevista, não exerceu qualquer trabalho.	Sim
73	8.02	CO_AFASTADO_TRA B_MEMB	1	N	Pessoa afastada na semana passada 1 - Sim - Pessoa que tinha algum trabalho, mas não o exerceu na semana anterior à entrevista por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro motivo. 2 - Não - Na semana anterior à entrevista, não teve qualquer trabalho.	Sim
74	8.03	CO_AGRICULTURA_T RAB_MEMB	1	N	Indica se o trabalho principal que a pessoa exerce é em atividades de agricultura, criação de animais, pesca ou coleta 1 - Sim 2 - Não	Sim
75	8.04	CO_PRINCIPAL TRAB _MEMB	2	N	Função principal - Identifica a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento (negócio, firma, instituição, etc.) em que trabalha, o trabalho principal que a pessoa tinha na semana anterior à data da entrevista. 1 - Trab. por conta própria (bico, autônomo) 2 - Trab. temporário em área rural 3 - Emp. sem carteira de trabalho assinada 4 - Emp. com carteira de trabalho assinada 5 - Trab. doméstico sem cart. de trab. assinada 6 - Trab. doméstico com cart. de trab. assinada 7 - Trabalhador não-remunerado 8 - Militar ou servidor público 9 - Empregador 10 - Estagiário 11 - Aprendiz	Sim
76	8.05	VL_REMUNER_EMPR EGO_MEMB	5	N	Valor de remuneração - Valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos realizados no mês anterior à data da entrevista, sem casa decimais.	Sim
77	8.06	CO_TRABALHO_12_M ESES_MEMB	1	N	Pessoa teve trabalho remunerado em algum período dos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista 1 - Sim - Teve trabalho remunerado em qualquer período nos últimos 12 meses ou estava afastado pelo Instituto Social de Seguro Social (INSS) em qualquer período nos últimos 12 meses 2 - Não - Não teve trabalho remunerado nem estava afastado pelo INSS em qualquer período nos últimos 12 meses.	Sim
78	8.07	QT_MESES_12_MESE S_MEMB	2	N	Quantidade de meses trabalhados em qualquer período nos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista	Sim
79	8.08	VL_RENDA_BRUTA_1 2_MESES_MEMB	5	N	Valor de remuneração bruta - Em reais, sem casas decimais. É a soma das remunerações que a pessoa efetivamente recebeu em todos os trabalhos que teve durante os 12 meses anteriores à entrevista .	Sim

80	8.09-1	VL_RENDA_DOACAO_MEMB	5	N	Valor recebido de doação/ajuda regular de não morador - Sem casas decimais. Identifica remunerações mensais não provenientes de trabalho ou de licença pelo INSS, recebidos normalmente pela pessoa. Deve ser computado no cálculo da renda total e renda per capita da família.	Sim
81	8.09-2	VL_RENDA_APOSENT_MEMB	5	N	Valor recebido de aposentadoria, aposentadoria rural, pensão, BPC - Sem casas decimais. Este campo pode ser preenchido por pessoa menor de 14 anos de idade.	Sim
82	8.09-3	VL_RENDA_SEGURO_DESEMP_MEMB	5	N	Valor recebido de seguro desemprego ou do seguro defeso - Sem casas decimais. Renda temporária, o entrevistador soma os valores de todas as parcelas recebidas ou a receber, divide por 12 e registra o resultado desta operação neste quesito.	Sim
83	8.09-4	VL_RENDA_PENSAO_ALIMEN_MEMB	5	N	Valor recebido de pensão alimentícia - Sem casas decimais. Este campo pode ser preenchido por pessoa menor de 14 anos de idade.	Sim
84	8.09-5	VL_RENDA_OUTRAS_MEMB	5	N	Valor recebido de outras fontes - Sem casas decimais. Não inclui benefícios do Bolsa Família, outros programas de transferência de renda, PETI, Pró-Jovem ou Auxílio Emergencial Financeiro.	Sim
85	2.04	IN_DORMIR_RUA_MEMB	1	N	Dorme na rua	Sim
86	2.04	QT_DORMIR_FREQ_RUA_MEMB	1	N	Quantidade de vezes por semana que dorme na rua	Sim
87	2.04	IN_DORMIR_ALBERGUE_MEMB	1	N	Dorme em albergue: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
88	2.04	QT_DORMIR_FREQ_ALBERGUE_MEMB	1	N	Quantidade de vezes por semana que dorme em albergue	Sim
89	2.04	IN_DORMIR_DOMPART_MEMB	1	N	Dorme em domicílio particular: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
90	2.04	QT_DORMIR_FREQ_DOMPART_MEMB	1	N	Quantidade de vezes por semana que dorme em domicílio particular	Sim
91	2.04	IN_DORMIR_OUTRO_MEMB	1	N	Dorme de outra forma: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
92	2.04	QT_DORMIR_FREQ_OUTRO_MEMB	1	N	Quantidade de vezes por semana que dorme de outra forma	Sim
93	2.05	CO_TEMPO_RUA_MEMB	1	N	Tempo em que vive na rua – Identifica quanto tempo faz que a pessoa vive na rua: 1 - Até seis meses 2 - Entre seis meses e um ano 3 - Entre um e dois anos 4 - Entre dois e cinco anos 5 - Entre cinco e dez anos 6 - Mais de dez anos	Sim
94	2.06	IN_MOTIVO_PERDA_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por perda de moradia: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
95	2.06	IN_MOTIVO_AMEACA_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por ameaça: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
96	2.06	IN_MOTIVO_PROBS_FAM_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por problemas familiares: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
97	2.06	IN_MOTIVO_ALCOOL_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por alcoolismo: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
98	2.06	IN_MOTIVO_DESEMPREGO_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por desemprego: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
99	2.06	IN_MOTIVO_TRABALHO_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por trabalho: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim

100	2.06	IN_MOTIVO_SAUDE_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por tratamento de saúde: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Não
101	2.06	IN_MOTIVO_PREF_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por preferência: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
102	2.06	IN_MOTIVO_OUTRO_MEMB	1	N	Motivo da condição de rua por outro motivo: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
103	2.06	IN_MOTIVO_NAO_SABE_MEMB	1	N	Não sabe/não lembra o motivo da condição de rua: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
104	2.06	IN_MOTIVO_NAO_RESP_MEMB	1	N	Não respondeu o motivo da condição de rua: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
105	2.07	CO_TEMPO_CIDADE_MEMB	1	N	Tempo em que mora na cidade – Identifica quanto tempo faz que a pessoa vive na cidade em que reside atualmente. 1 - Até seis meses 2 - Entre seis meses e um ano 3 - Entre um e dois anos 4 - Entre dois e cinco anos 5 - Entre cinco e dez anos 6 - Mais de dez anos	Sim
106	2.08	COD-VIVE-FAM-RUA-MEMB	1	N	Vive com sua família na rua: 1 - Sim 2 - Não	Sim
107	2.09	CO_CONTATO_PARENTE_MEMB	1	N	Tem contato com parente fora da condição de rua: 1 - Todo dia 2 - Toda semana 3 - Todo mês 4 - Todo ano 5 - Quase nunca 6 - Nunca	Sim
108	2.10	IN_ATIV_COM_ESCOLA_MEMB	1	N	Atividade comunitária em ESCOLA: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
109	2.10	IN_ATIV_COM_ASSOCIACAO_MEMB	1	N	Atividade comunitária em ASSOCIAÇÃO: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
110	2.10	IN_ATIV_COM_COOP_MEMB	1	N	Atividade comunitária em COOPERATIVA: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
111	2.10	IN_ATIV_MOV_SOC_MEMB	1	N	Atividade comunitária em Movimento social: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
112	2.10	IN_ATIV_NAO_SABE_MEMB	1	N	Não sabe se frequentou atividade comunitária: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
113	2.10	IN_ATIV_NAO_RESP_MEMB	1	N	Não respondeu se frequentou atividade comunitária: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
114	2.11	IN_ATEND_CRAS_MEMB	1	N	Atendido por CRAS: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
115	2.11	IN_ATEND_CREAS_MEMB	1	N	Atendido por CREAS: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
116	2.11	IN_ATEND_CENTRO_REF_RUA_MEMB	1	N	Atendido por Centro Referência População de Rua: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim

117	2.11	IN_ATEND_INST_GOV_MEMB	1	N	Atendido por Instituição Governamental: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
118	2.11	IN_ATEND_INST_NAO_GOV_MEMB	1	N	Atendido por Instituição não Governamental: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
119	2.11	IN_ATEND_HOSPITAL_GERAL_MEMB	1	N	Atendido por Hospital Geral: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
120	2.11	IN_ATEND_NENHUM_MEMB	1	N	Não foi atendido por nenhum local: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
121	2.12	CO_CART_ASSINADA_MEMB	1	N	Teve emprego com carteira assinada: 1 - Sim 2 - Não 3 - Não sabe	Sim
122	2.13	IN_DINH_CONST_MEMB	1	N	Ganha dinheiro com construção civil: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
123	2.13	IN_DINH_FLANELHINHA_MEMB	1	N	Ganha dinheiro como guardador de carro: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
124	2.13	IN_DINH_CARREGADOR_MEMB	1	N	Ganha dinheiro como carregador: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
125	2.13	IN_DINH_CATADOR_MEMB	1	N	Ganha dinheiro como catador: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
126	2.13	IN_DINH_SERVS_GERAIS_MEMB	1	N	Ganha dinheiro com serviços gerais: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
127	2.13	IN_DINH_PEDE_MEMB	1	N	Ganha dinheiro como pedinte: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
128	2.13	IN_DINH_VENDAS_MEMB	1	N	Ganha dinheiro com vendas: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Sim
129	2.13	IN_DINH_OUTRO_MEMB	1	N	Ganha dinheiro de outra forma: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Não
130	2.13	IN_DINH_NAO_RESP_MEMB	1	N	Não respondeu como ganha dinheiro: 0 - Opção não marcada no formulário 1 - Opção marcada no formulário	Não

Informações das famílias do Cadastro Único

Dicionário de Variáveis do CadÚnico - Versão 7

TB_FAMÍLIA						
Ordem	Campo	Coluna - Arquivo Base Versão 7	Tam	Tipo	Domínio/Descrição	Nulo
1	1.02 e 1.03	CD_IBGE_CADASTRO	7	N	Código numérico de sete algarismos descrevendo a UF e o município. Preenchido pelo Sistema do Cadastro Único.	Não
2	SIS	CO_FAMILIAR_FAM	11	N	Código Familiar – Sequência numérica atribuída a cada família cadastrada, gerada pelo Sistema do Cadastro Único, que faz a vinculação entre o domicílio, a família e as pessoas que a compõem.	Não
3	SIS	MARC_PBF	8	N	1 – Beneficiário PBF 0 – Não Beneficiário PBF	Não
4	SIS	DT_CADASTRO_FAM	8	N	Data do cadastramento da Família - Data da primeira inclusão da família no Cadastro Único, formato AAAA-MM-DD, gerada pelo Sistema do Cadastro Único no momento em que as informações coletadas são incluídas.	Não
5	SIS	DT_ATUALIZACAO_FAM	8	N	Data da última atualização dos dados considerados sensíveis a manutenção do cadastro da família no formato AAAA-MM-DD	Não
6	SIS	CO_EST_CADASTRAL_FAM	1	N	Estado cadastral da família: 3- CADASTRADO	Não
7	SIS	VL_RENDA_MEDIA_FAM	9	M	Valor da renda média (per capita) da família. Valor da renda per capita em reais (R\$). Caso existam casas decimais será visualizado um ponto. Ex: Se a renda média da família for R\$ 125,90, será mostrado "125.90". Os valores decimais presentes na base são remanescentes de cadastros realizados na versão anterior do Sistema do Cadastro Único (V6).	Sim
8	1.07	CO_MODALIDADE_OPER_FAM	1	N	Modalidade da operação: 1 – Inclusão - Selecionada pelo entrevistador e preenchida pelo Sistema do Cadastro Único para famílias ou pessoas entrevistadas pela primeira vez. 2 – Alteração - Selecionada pelo entrevistador e preenchida pelo Sistema do Cadastro Único para indicar alteração de informações anteriormente prestadas	Não
9	1.08	CO_FORMA_COLETA_FAM	1	N	Forma de coleta: 0 - Informação ausente migrada da versão anterior V6 do Sistema do Cadastro Único - Na V6, não existia essa informação. 1 - Sem visita domiciliar – Preenchido pelo entrevistador quando a entrevista for realizada em local disponibilizado pela Prefeitura. 2 - Com visita domiciliar - Preenchido pelo entrevistador quando a entrevista for realizada no domicílio da família.	Não

10	1.11	NO_LOCALIDADE_FAM	76	TXT	Nome da localidade (bairro, povoado, vila) onde está situado o domicílio da família. As informações relativas ao endereço também são coletadas a partir da autodeclaração da família.	Sim
11	1.12	NO_TIP_LOGRADOURO_FAM	38	TXT	Tipo de logradouro - Caracteriza o logradouro (exemplo: rua, avenida, travessa). Se o endereço da família é Rua General Câmara, neste campo preenche-se RUA.	Sim
12	1.13	NO_TIT_LOGRADOURO_FAM	38	TXT	Título do logradouro - Denominação do logradouro (exemplo: general, santa, doutor). Se o endereço da família é Rua General Câmara, neste campo preenche-se GENERAL. Se o logradouro não tiver título, este campo ficará em branco.	Sim
13	1.14	NO_LOGRADOURO_FAM	76	TXT	Nome do logradouro - Campo aberto no qual se deve preencher a denominação do logradouro. Nesse campo, utilizando-se o exemplo Rua General Câmara, constará a palavra CÂMARA.	Sim
14	1.15	NU_LOGRADOURO_FAM	16	TXT	Número do endereço	Sim
15	1.16	DS_COMPLEMENTO_FAM	22	TXT	Complemento do número do endereço.	Sim
16	1.17	DS_COMPLEMENTO_ADIC_FAM	75	TXT	Complemento adicional do endereço (Ex.: apartamento, casa, sobrado, fundos, quadra, bloco)	Sim
17	1.18	NU_CEP_LOGRADOURO_FAM	8	TXT	CEP do endereço, formato 99999999 - Se o CEP declarado não for reconhecido pelo Sistema do Cadastro Único, não será possível a inclusão e a informação ficará em branco.	Sim
18	1.19-A	CO_UNIDADE_TERRITORIAL_FAM	10	N	Código da Unidade Territorial Local - Campo numérico de formato NNN, disponível à gestão municipal do Cadastro Único para atribuição de divisões no território do município.	Sim
19	1.19-B	NO_UNIDADE_TERRITORIAL_FAM	100	TXT	Nome da Unidade Territorial Local	Sim
20	1.20	DS_REFERENCIA_LOCAL_FAM	256	TXT	Referência para localização do endereço - Campo aberto.	Sim
21	1.21	NO_ENTREVISTADOR_FAM	70	TXT	Nome do entrevistador responsável pela última entrevista com a família	Sim
22	1.22	NU_CPF_ENTREVISTADOR_FAM	11	N	CPF do entrevistador responsável pela última entrevista com a família, campo numérico no formato NNNNNNNNNNNN	Sim
23	1.23	DS_OBS_ENTREVISTADOR_FAM	256	TXT	Observações apontadas pelo entrevistador	Sim
24	SIS	IN_FAM_ALTERADA_V7	1	N	Marcação do tipo de alteração dos dados da família 0 - Família que preencheu formulário da versão anterior do Sistema do Cadastro Único, V6, mas não preencheu formulário da versão atual, V7. 1 - Família que preencheu formulário da versão anterior do Sistema do Cadastro Único, V6, e preencheu formulário da versão atual, V7. 2 - Família cadastrada na V7 do Sistema do Cadastro Único	Não
25	2.01	CO_LOCAL_DOMIC_FAM	1	N	Características do local onde está situado o domicílio - Autodeclarado, não oficial: 1 - Urbanas 2 - Rurais	Sim
26	2.02	CO_ESPECIE_DOMIC_FAM	1	N	Espécie do domicílio: 1 - Particular Permanente 2 - Particular improvisado 3 - Coletivo	Sim
27	2.03	QT_COMODOS_DOMIC_FAM	2	N	Quantidade de cômodos do domicílio - Considera-se cômodo o compartimento do domicílio coberto por um teto e limitado por paredes, inclusive banheiro e cozinha.	Sim

28	2.04	QT_COMODOS_DORMITORIO_FAM	2	N	Quantidade de cômodos servindo como dormitório no domicílio.	Sim
29	2.05	CO_MATERIAL_PISO_FAM	1	N	Material predominante no piso do domicílio: 1 - Terra 2 - Cimento 3 - Madeira aproveitada 4 - Madeira aparelhada 5 - Cerâmica, lajota ou pedra 6 - Carpete 7 - Outro Material	Sim
30	2.06	CO_MATERIAL_DOMIC_FAM	1	N	Material predominante nas paredes externas do domicílio 1 - Alvenaria/tijolo com revestimento 2 - Alvenaria/tijolo sem revestimento 3 - Madeira aparelhada 4 - Taipa revestida 5 - Taipa não revestida 6 - Madeira aproveitada 7 - Palha 8 - Outro Material	Sim
31	2.07	CO_AGUA_CANALIZADA_FAM	1	N	Se o domicílio tem água encanada: 1 - Sim 2 - Não	Sim
32	2.08	CO_ABASTE_AGUA_DOMIC_FAM	1	N	Forma de abastecimento de água 1 - Rede geral de distribuição 2 - Poço ou nascente 3 - Cisterna 4 - Outra forma	Sim
33	2.09	CO_BANHEIRO_DOMIC_FAM	1	N	Existência de banheiro ou sanitário: 1 - Sim 2 - Não	Sim
34	2.10	CO_ESCOA_SANITARIO_DOMIC_FAM	1	N	Forma de escoamento sanitário: 1 - Rede coletora de esgoto ou pluvial 2 - Fossa séptica 3 - Fossa rudimentar 4 - Vala a céu aberto 5 - Direto para um rio, lago ou mar 6 - Outra forma	Sim
35	2.11	CO_DESTINO_LIXO_DOMIC_FAM	1	N	Forma de coleta do lixo: 1 - É coletado diretamente 2 - É coletado indiretamente 3 - É queimado ou enterrado na propriedade 4 - É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.) 5 - É jogado em rio ou mar 6 - Tem outro destino	Sim
36	2.12	CO_ILUMINACAO_DOMIC_FAM	1	N	Tipo de iluminação: 1 - Elétrica com medidor próprio 2 - Elétrica com medidor comunitário 3 - Elétrica sem medidor 4 - Óleo, querosene ou gás 5 - Vela 6 - Outra forma	Sim
37	2.13	CO_CALCAMENTO_DOMIC_FAM	1	N	Calçamento: 1 - Total 2 - Parcial 3 - Não Existe	Sim
38	3.01	IN_FAMILIA_INDIGENA_FAM	1	N	Família indígena: 1 - Sim 2 - Não	Sim
39	3.02	CO_POVO_INDIGENA_FAM	3	N	Código de povo indígena, campo numérico de 4 posições formato NNNN - O Sistema do Cadastro Único é carregado com tabela auxiliar que cria	Sim

					códigos para os povos indígenas relacionadas pelo órgão competente (FUNAI) ao MDS.	
40	3.02	NO_POVO_INDIGENA_FAM	70	TXT	Nome do povo indígena - Preenchimento obrigatório para família indígena.	Sim
41	3.03	CO_INDIGENA_RESIDE_FAM	1	N	Reside em reserva indígena – Preenchimento obrigatório para família indígena. 1 - Sim 2 - Não	Sim
42	3.04	CO_RESERVA_INDIGENA_FAM	6	N	Código da reserva indígena, campo de 4 posições no formato NNNN – O Sistema do Cadastro Único é carregado com tabela auxiliar que cria códigos para as reservas indígenas relacionadas pelo órgão competente (FUNAI) ao MDS.	Sim
43	3.04	NO_RESERVA_INDIGENA_FAM	70	TXT	Nome da reserva indígena - Preenchimento obrigatório se a família indígena declarou residir em reserva indígena.	Sim
44	3.05	IN_FAMILIA_QUILOMBOLA_FAM	1	N	Família quilombola: 1 - Sim 2 - Não	Sim
45	3.06	CO_COMUNIDADE_QUILOMBO LA_FAM	4	N	Código da comunidade quilombola - Campo de 4 posições no formato NNNN. O Sistema do Cadastro Único é carregado com tabela auxiliar que cria códigos para as comunidades relacionadas pelo órgão competente ao MDS.	Sim
46	3.06	NO_COMUNIDADE_QUILOMBO LA_FAM	120	TXT	Nome da comunidade quilombola.	Sim
47	3.07	QT_PESSOAS_DOMIC_FAM	2	N	Quantidade de pessoas no domicílio - Total de pessoas no domicílio em que reside a família entrevistada. Mais de uma família pode conviver em um mesmo domicílio. Informação não utilizada para cálculo da renda per capita. Esta informação é declarada pela própria família.	Sim
48	3.08	QT_FAMILIAS_DOMIC_FAM	2	N	Quantidade de famílias no domicílio - Identifica a existência de famílias distintas que moram no mesmo domicílio. utilizada para cálculo da renda per capita. Esta informação é declarada pela própria família.	Sim
49	3.09-1	QT_PESSOA_INTER_0_17_AN OS_FAM	2	N	Quantidade de pessoas internadas ou abrigadas em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou em outro estabelecimento similar há 12 meses ou mais na faixa etária de 0-17 anos	Sim
50	3.09-2	QT_PESSOA_INTER_18_59_AN OS_FAM	2	N	Quantidade de pessoas internadas ou abrigadas em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou em outro estabelecimento similar há 12 meses ou mais na faixa etária de 18-59 anos	Sim
51	3.09-3	QT_PESSOA_INTER_60_ANOS _FAM	2	N	Quantidade de pessoas internadas ou abrigadas em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou em outro estabelecimento similar há 12 meses ou mais na faixa etária de 60 anos ou mais	Sim
52	3.10-1	VL_DESP_ENERGIA_FAM	5	N	Valor de despesas com energia. Sem casas decimais. (Ex: Despesa de R\$ 126,00, será 126.)	Sim
53	3.10-2	VL_DESP_AGUA_ESGOTO_FA M	5	N	Valor de despesas com água. Sem casas decimais. (Ex: Despesa de R\$ 126,00, será 126.)	Sim
54	3.10-3	VL_DESP_GAS_FAM	5	N	Valor de despesas com gás. Sem casas decimais. (Ex: Despesa de R\$ 126,00, será 126.)	Sim
55	3.10-4	VL_DESP_ALIMENTACAO_FAM	5	N	Valor de despesas com alimentação. Sem casas decimais. (Ex: Despesa de R\$ 126,00, será 126.)	Sim

56	3.10-5	VL_DESP_TRANSPOR_FAM	5	N	Valor de despesas com transportes. Sem casas decimais. (Ex: Despesa de R\$ 126,00, será 126.)	Sim
57	3.10-6	VL_DESP_ALUGUEL_FAM	5	N	Valor de despesas com aluguel. Sem casas decimais. (Ex: Despesa de R\$ 126,00, será 126.)	Sim
58	3.10-7	VL_DESP_MEDICAMENTOS_FAM	5	N	Valor de despesas com medicamentos. Sem casas decimais. (Ex: Despesa de R\$ 126,00, será 126.)	Sim
59	3.11-a	NO_ESTAB_ASSIST_SAUDE_FAM	70	TXT	Nome do estabelecimento EAS/MS.	Sim
60	3.11-b	NU_ESTBO_SAUDE	12	N	Código do estabelecimento EAS/MS.	Sim
61	3.12-a	NO_CENTRO_ASSIST_FAM	70	TXT	Nome do CRAS/CREAS em que a família é atendida.	Sim
62	3.12-b	CO_CENTRO_ASSIST_FAM	12	N	Código do CRAS/CREAS.	Sim
63	2.07	IN_PARC_MDS_FAM	3	N	<p>Grupos tradicionais e específicos - Desde 2011, o Cadastro Único utiliza esta variável para identificar Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos (GPTE).</p> <p>101 Família Cigana 201 Família Extrativista 202 Família de Pescadores Artesanais 203 Família pertencente a Comunidade de Terreiro 204 Família Ribeirinha 205 Família de Agricultores Familiares 301 Família Assentada da Reforma Agrária 302 Família beneficiária do Programa Nacional de Crédito Fundiário 303 Família Acampada 304 Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura 305 Família de Preso do Sistema Carcerário 306 Família de Catadores de Material Reciclável 000 Nenhuma</p>	Sim